

GISELE RAMOS ONOFRE

**CAMPO MOURÃO: COLONIZAÇÃO, USO DO SOLO E IMPACTOS
SÓCIOAMBIENTAIS**

MARINGÁ

2005

GISELE RAMOS ONOFRE

**CAMPO MOURÃO: COLONIZAÇÃO, USO DO SOLO E IMPACTOS
SÓCIOAMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
Mestrado em Geografia. Área de Concentração: Análise
Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ

2005

GISELE RAMOS ONOFRE

**CAMPO MOURÃO: COLONIZAÇÃO, USO DO SOLO E IMPACTOS
SÓCIOAMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
Mestrado em Geografia. Área de Concentração: Análise
Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre.

Aprovada em 07 de março de 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elpídio Serra – Orientador

Prof. Dr. Maria Teresa de Nóbrega

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DEDICO ESTE TRABALHO

À todos meus amigos e parentes que contribuíram para a conclusão do curso de mestrado. Em especial dedico aos meus pais: Dionira Ferreira Ramos e Américo Santos Alves (in memoriam) e ao meu esposo Vilson Onofre e meu filho Vilson Gabriel Ramos Onofre pelo incentivo, carinho, amor e compreensão que sempre me ofereceram.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Elpídio Serra, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação na elaboração do trabalho, mas também pelo incentivo, confiança e amizade dedicada nesses anos de convivência.

A todos os professores do Departamento de Geografia – UEM: Universidade Estadual de Maringá e Departamento de Geografia – FECILCAM: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Moura, pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio e incentivo.

Em especial, aos professores Edson Noriyuki Yokoo e Zueleide Casagrande de Paula por sua amizade, incentivo, pela ajuda na coleta de dados, pelos conhecimentos transmitido e pela confiança depositada.

A professora Dr. Sinclair Pozza Casemiro, pelo auxílio na correção gramatical deste trabalho.

A todos meus amigos que cursaram as disciplinas exigidas para a conclusão do curso de mestrado, contribuindo através de discussões teórico-metodológicas realizadas em trabalhos em grupos. Especialmente aos amigos: Áurea Viana de Andrade, Fábio Rodrigues da Costa e Oséias Cardoso.

A Universidade Estadual de Maringá e a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior, pela concessão de bolsa que possibilitou a realização desse trabalho.

A todos os funcionários da Biblioteca - UEM e FECILCAM pelo apoio e correção das normas técnicas.

Aos pioneiros, agricultores e moradores mourãoense que cederam entrevistas, fotos e documentos para a elaboração da dissertação de mestrado.

E, finalmente ao meu grande amigo pastor José Anunciação dos Santos, sua esposa Irene e seu filho Eliseu pelo apoio, incentivo, confiança e contribuição para a coleta de dados.

A todos os meus sinceros agradecimentos.....

TODO O PROCESSO de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação. As razões que motivaram tal expansão são bastante explicativas das formas que assume a colonização, uma vez que a apropriação de terra realizada e os usos do solo introduzidos respondem às carências ou às potências que alimentaram a motivação para mover-se.¹

¹ MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 77.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 SÍNTESE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DE CAMPO MOURÃO.....	25
2.1 A descoberta dos campos de mourão e os personagens envolvidos.....	27
2.2 A questão indígena e suas particularidades sociais, políticas e econômicas.....	39
2.3 A importância do caminho de tropas como meio de comunicação com o Paraná Velho.....	48
2.4 O desmembramento de Guarapuava e os novos desmembramentos municipais.....	60
2.5 A consolidação do pólo econômico e a disputa com Peabiru.....	69
3 AS PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	73
3.1 A exploração dos recursos naturais: a madeira como principal atividade econômica após a década de 1950 até início de 1980.....	78
3.2 Os primeiros mecanismos de acesso à terra.....	96
3.3 Terra barata, terra que não serve para o café.....	114
4 A NOVA ORDEM ECONÔMICA E AS LAVOURAS MODERNAS.....	126
4.1 As lavouras mecanizadas e a definição de um novo modelo agrícola.	135
4.2 As consequências sociais e econômicas da modernização agrícola.....	161
4.3 As relações entre o homem e a natureza.....	168
4.4 A COAMO agroindústria cooperativa e as transformações na agricultura de Campo Mourão.....	176
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
6 REFERÊNCIAS.....	192

7 ANEXOS.....	203
7.1 Fotos de alguns dos entrevistados.....	203
7.2 Título do patrimônio municipal.....	204
7.3 Verso do título do patrimônio municipal de Campo Mourão.	205
7.4 Registro do título do patrimônio de Campo Mourão.....	206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiras incursões exploratórias no território paranaense, 1540 a 1560.....	30
Figura 2- Reduções jesuíticas e o avanço das expedições Bandeirantes.....	36
Figura 3 - Esboço do Mapa Etno-Histórico do Estado do Paraná.....	45
Figura 4 – Localização das reservas indígenas do Paraná.....	48
Figura 5 - Antigos Caminhos do Paraná	49
Figura 6 – 1938: Campo Mourão fazendo parte do município de Guarapuava.....	61
Figura 7 - 1945: Campo Mourão fazendo parte do município de Pitanga.....	64
Figura 8 - 1948: Campo Mourão desmembrado de Pitanga.....	65
Figura 9 - Organograma de desmembramento e criação de novos municípios na Região de Campo Mourão.....	66
Figura 10 – Localização de Campo Mourão na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.....	68
Figura 11 - Cobertura Vegetal 1950.....	81
Figura 12 - Principais glebas de terras para fins de colonização na mesorregião Centro Ocidental Paranaense.....	99
Figura 13 - Planta da gleba nº 11 da colônia Mourão.....	106
Figura 14 - Título concedido pelo governo do estado do Paraná, em 04 de outubro de 1929 para o senhor Ananias Luiz Pereira.....	109

Figura 15 - Divisão climática do Estado do Paraná, segundo Wladimir Koppen: destaque para o município de Campo Mourão.....	118
Figura 16 - Classificação dos solos de Campo Mourão.....	121
Figura 17 - Ilustrações sobre o uso correto e seguro dos produtos fitossanitários/ agrotóxicos.....	172

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Carro de boi e mulas cargueiras, utilizados para transportar mantimentos em Campo Mourão.....	55
Foto 2 - Centro de Campo Mourão: Casa de comércio (1945) e correio do Geremias	56
Foto 3 - 1920: Estrada Boiadeira, passagem do gado.....	58
Foto 4 - As fotos da década de 1950 mostram em seqüência: Beneficiamento doméstico de melado para auto consumo; mandiocas gigantes como indicativo da fertilidade da terra da região.	76
Foto 5 - No meio florestal a moradia dos desbravadores.....	79
Foto 6 - Cerrado: Típica vegetação de campos, do município, que inspirou a origem do nome de Campo Mourão.....	82
Foto 7 - Retirada de árvores, do meio da mata mourãoense.....	84
Foto 8 - Serraria Carollo: Roda d' água utilizada para o seu funcionamento.....	86
Foto 9 - Caminhão utilizado para transportar a madeira.....	88
Foto 10 - Serraria de beneficiamento da madeira: destaque para o comprimento das toras.....	90
Foto 11 - Cultura do café 1920: Predominando em algumas localidades da região mourãoense.....	117
Foto 12 - As fotos revelam a melhoria na infra-estrutura urbana, estando apresentadas na seguinte seqüência: Vista aérea 1960, vista aérea 1973, avenida Capitão Índio Bandeira (principal avenida de Campo Mourão) 1960 e 1972.....	138

Foto 13 – As fotos evidenciam em seqüência: assistência técnica prestada pelo agrônomo da COAMO, que vai até a lavoura do cooperado; e encontro de cooperados com objetivo de avaliar os resultados alcançados pelo sistema cooperativista em 2004 e projetar as ações para o próximo ano.....180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Reservas indígenas do Estado do Paraná.....	46
Tabela 2. Colônias agrícolas de Campo Mourão.....	98
Tabela 3. Campo Mourão: utilização das terras agrícolas (em ha plantados) 1970/1996.....	140
Tabela 4. . Campo Mourão: principais cultivos agrícolas (em ha plantados) 1970 /1996.....	142
Tabela 5. Campo Mourão: força animal e mecânica utilizada nas lavouras e pastagens plantadas- 1970/1996.....	145
Tabela 6. Campo Mourão: número de tratores por ordem de potência.....	147
Tabela 7. Campo Mourão: pessoal ocupado na zona rural 1950/1995.....	148
Tabela 8 . Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955.....	150
Tabela 9. Campo Mourão: número de estabelecimentos e área ocupada (ha) - 1970/1996.....	151
Tabela 10. Campo Mourão: condição do produtor - 1970/1996.....	156
Tabela 11. Campo Mourão: população urbana, rural e total 1950/1996.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Utilização das terras do Paraná.....	135
Gráfico 2 - Principais cultivos agrícolas de Campo Mourão.....	143
Gráfico 3 - Área ocupada por categorias dimensionais em Campo Mourão.....	153
Gráfico 4 - População urbana, rural e total de Campo Mourão.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal.

CETUS - Comitê de Educação e Treinamento sobre Uso Seguro.

D.G.T.C - Departamento de Geografia Terras e Colonização.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa.

COOPERMIBRA – Cooperativa Mista agropecuária do Brasil.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

IAP – Instituto ambiental do Paraná.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.

SEMA – Secretária de Estado do Meio Ambiente.

RESUMO

O estudo do processo de colonização é imprescindível para o entendimento da organização e construção espacial, bem como da interação do homem com a natureza. No processo histórico de Campo Mourão, que se localiza de acordo com o IBGE na Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental paranaense, verifica-se que a colonização deixou marcas em termos de agressão ambiental, que podem ser observadas na paisagem geográfica como sendo reflexos da realidade dos fatores sócio-econômicos existentes no município. Tais marcas, por sua vez, sofrem alterações no decorrer do processo histórico como consequência da penetração e consolidação do capital no campo. Na fase recente, como resultado do processo de modernização da agricultura, a paisagem se modificou, tendo em vista novas formas de cultivo que por sua vez, por depender menos do fator trabalho e mais do fator capital levam ao esvaziamento do campo e à concentração fundiária, entre outras modificações. O presente estudo visa num primeiro momento resgatar o processo histórico da ocupação humana e da apropriação da terra no município; num segundo momento o objetivo é apresentar e analisar a paisagem reconstruída por força da pressão econômica e das novas necessidades e realidades do mercado dos produtos agrícolas, ou seja do agro negócio.

Palavras-chave: Campo Mourão. Colonização. Impactos Sócio-Ambientais. Uso do Solo. Modernização agrícola.

RESUMÉE

L' étude du processus de colonisation est indispensable pour la compréhension de l' organisation et de la construction spatiale, ainsi que l' interaction de l' homme avec la nature. C' est dans le processus historique de Campo Mourão, qui se situe selon l' IBGE à la Meso région Géographique Centre-Occidental du Parana, on vérifie que la colonisation a laissé des traces en termes d' agression d' environnement qui peuvent être observées du paysage géographique comme soyant de réflexe de la réalité des facteurs socio-économiques existents au municípe. Telles traces, à son tour, souffrent des modifications au cours de processus historique comme conséquence de la pénétration et de la consolidation du capital au champ. Dans la phase récente, comme résultat du processus de modernisation de l' agriculture, le paysage s' est modifié, ayant en vue des nouvelles formes de culture que à son tour, pour dépendre moins du facteur travail et plus du facteur capital ont mené à la vide du champ et à la concentration des terres parmi des autres modifications. À présent étude vise au premier moment de mettre em evidence le processus historique de l' occupation humaine et de l' appropriation de la terre au municípe; dans le deuxième moment l' objectif est de présenter et d' analyser le paysage reconstruite par la pression économique et des nouveaux besoins et réalités du marché des produits agricoles, ou soit de agro-affaire.

Des mots clés: Campo Mourão. Colonisation. Impacts Socio-environnement. Usage du sol. Modernisation agricole.

INTRODUÇÃO

Colo significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais.¹

O estudo da organização espacial do município de Campo Mourão consiste no objeto do presente trabalho de pesquisa. Campo Mourão se localiza na chamada Mesorregião Centro Ocidental Paranaense², situado na zona geográfica do Terceiro Planalto Paranaense, entre os rios Ivaí e Piquiri.

O nome do município é uma homenagem ao morgado de Matheus D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, governador da capitania de São Paulo (1765/1775). Etimologicamente a palavra Campo origina-se do latim “Campus” designado para uma região de grande extensão de terra, que tem ou não árvores esparsas. Já a palavra Mourão é um sobrenome de origem “Maura” ou do genitivo “Mauronis” ou seja, outra forma da palavra “Mauro” utilizado pelo dicionarista Leite de Vasconcelos que apresenta o termo no latim “Mauranus”, calcado em “Maurus”.³

A pesquisa sobre o município procura apresentar uma síntese geohistórica, englobando: frente de ocupação, período da colonização, pioneiros,

¹ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 11 – 15

² A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense é dividida em duas microrregiões: a de Campo Mourão e a de Goioerê, contém um total de 25 municípios.

³ FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades brasileiras: origem e significado de seus nomes** – Paraná. Curitiba: MB- Memórias do Brasil, 2000.

desmembramento municipal, uso do solo agrícola e geração de impactos sócioambientais, entre outros aspectos desenrolados no decorrer da construção espacial de Campo Mourão.

Na síntese elaborada, a conceituação do termo colonização, segue os preceitos de Laranjeira⁴ que considera Colonização: “o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo”. E o resultado desse processo exploratório é a criação pelo homem de um *arranjo espacial* voltado a atender suas necessidades momentâneas, através da intensiva exploração dos recursos naturais, esquecendo que sua história depende da natureza.

Nessa história a ocupação sócioespacial mourãoense desde a colonização revelou marcas deixadas pelo homem, reproduzindo as evidências da influência humana sobre a natureza. Essas marcas implicaram em graves consequências sócioambientais e o homem com sua ambição juntamente com os avanços tecnológicos mesmo conhecendo a fragilidade da natureza, continuou a gerar impactos e estes em extensão maiores e cumulativos com os causados no passado.

Nestas perspectivas o primeiro capítulo apresenta um panorama da fase inicial de reconhecimento da chamada região de Campo Mourão, que envolveu o deslocamento de aventureiros em busca de recursos naturais para a exploração, sendo mais evidente a partir do século XVI. O marco econômico dessa fase se

⁴ LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 4.

localiza no período de 1900 até 1950, no qual predominou na região a pecuária, sendo desenvolvida, paralelamente as plantações de subsistência: como feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e milho.

Nesse momento verificam-se modificações progressivas na natureza ocasionadas pelo homem, evidenciando a importância do registro dessa metamorfose na qual a floresta abre espaço para a ocupação, e organização humana. Juntamente a essa metamorfose destacam-se as dificuldades encontradas pelos desbravadores para adentrar os sertões do Paraná, que nesse momento representam um obstáculo a ser vencido e explorado.

Já o segundo capítulo, corresponde ao período de 1950 a 1970, no qual verifica-se o desenvolvimento, algumas vezes simultâneo de diferentes marcos econômicos: o da extração da madeira e exploração dos recursos naturais, do cultivo do café e dos cultivos de subsistência. A mescla dessas atividades forneceu o alicerce para sustentação econômica do município.

A exploração dos recursos naturais, sobretudo a extração madeireira, impulsionou a ocupação e o desenvolvimento regional. Todavia com relação ao cultivo do café em Campo Mourão que apesar de obter incentivos, infelizmente na grande maioria das propriedades não alcançou os resultados esperados, entrando em decadência por volta de 1955. Enquanto que em outras localidades do Estado, notadamente do Norte paranaense o café obteve grande sucesso, com reflexos direto na ocupação humana, famílias que nessa região não conseguiram terra se deslocaram para a

região de Campo Mourão na qual era mais fácil se obter o tão almejado acesso a terra.

Neste mesmo capítulo é observado que Campo Mourão sofre no período considerado, seu maior crescimento demográfico, mesmo sendo suas terras consideradas impróprias à cafeicultura. Essa ocupação se explica da seguinte forma: esgotadas as terras propícias ao café na região norte, as populações se deslocam no sentido oeste em busca de terras baratas, encontrando Campo Mourão como espaço ideal, não pela qualidade das terras, mas pela sua localização geográfica a poucos quilômetros de Maringá.

Dessa forma o município passou a exercer o papel de centro atrativo populacional, tendo como consequência do crescimento, o desencadeamento de uma série de conflitos ocasionados pela luta ao acesso a terra. Os desdobramentos desses conflitos envolveram posseiros e grileiros, resultando em violência e expropriação dos menos favorecidos de capital.

O terceiro e último capítulo tece considerações sobre acontecimentos ocorridos pós 1970, correspondente ao quarto marco econômico regional, no qual se implementou o processo de modernização agrícola, desestruturando completamente a organização urbana e rural até então existente, dando início ao cultivo do “binômio soja/trigo”.

Nesse capítulo a principal preocupação é evidenciar como a adesão ao novo padrão de produção influenciou, de um lado a concentração da estrutura fundiária, em que a agricultura passou a ser mais dependente do capital, e de outro lado, como efeito contraditório, a expropriação de grandes levas de trabalhadores, que não tendo para onde ir, rumam em direção ao setor urbano ou a outras localidades, sendo que a maioria sem condições financeiras e nem instrução passa a habitar precariamente nas periferias do setor urbano engrossando os denominados “bolsões de pobreza”.

Diante do desenrolar do contexto histórico de Campo Mourão, para o desenvolvimento dos capítulos considerou-se inicialmente a ocupação da região, que se estabeleceu a partir de dois processos distintos: um envolvendo uma frente de expansão e outro uma frente pioneira. A partir da noção da dinâmica destas duas frentes a abordagem da pesquisa passa a caracterização das principais formas de uso do solo, resgatando os sistemas agrícolas implementados logo após a retirada da cobertura vegetal, suas características e as condições geradas para a fixação do homem no campo.

Em seguida, tomando como referência as transformações ocorridas no campo a partir de 1970 analisa-se os novos modelos agrícolas, voltados às culturas mecanizadas de soja, trigo e milho, os principais cultivos, enfatizando por ultimo o papel da Cooperativa COAMO para o desenvolvimento econômico da região.

Enfim, Campo Mourão, Colonização, Impactos Sócioambientais, Uso do Solo e Modernização agrícola vão se construir em palavras-chave, em torno das quais se

elaborou o presente estudo, que não pretende esgotar o assunto e sim provocar uma reflexão acadêmica acerca dos mecanismos e fatores que geraram a ocupação pioneira do município bem como as transformações recentes.

2 SÍNTESE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DE CAMPO MOURÃO

Vista a distância em suas relações com o homem, a Geografia não é mais do que a História no espaço do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo.¹

Aquilo que é criado pela vida não pode ser morto ou imóvel. As maneiras de produzir mudam; as relações entre o homem e a natureza mudam; a distribuição dos objetos criados pelo homem para poder produzir e assim reproduzir a sua própria vida podem igualmente mudar. Basta que uma nova planta seja domesticada e incorporada à produção para que se imponha um novo comando sobre o tempo; e isso impõe ao mesmo tempo localizações novas, isto é, uma nova organização do espaço.²

A história relata os passos da humanidade na procura da organização espacial, em seu crescente desenvolvimento adaptativo com seu meio ambiente. É importante que o desenrolar desses passos sejam registrados para se entender o passado de forma que o passado “consiga” explicar o presente, servindo de diretriz de apoio para o futuro em busca de uma sobrevivência harmônica entre os seres vivos em seu planeta.

Nesse sentido é importante registrar os fatos geohistóricos sucedidos durante a organização sócioespacial do território paranaense que propiciaram a colonização das terras da região de Campo Mourão. A colonização do município de Campo Mourão e dos municípios ao seu entorno, engloba dois processos distintos: um envolvendo uma frente de expansão e outro uma frente pioneira.

¹ RECLUS, Elisée. **L' Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universelle, 1905. 6 v., p. 4.

² SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

A frente de expansão é caracterizada por Silva³ como sendo uma faixa povoada, que não possui uma vida econômica estruturada. Sua economia baseia-se em produtos que assumem a condição de valor de troca, ou seja, é uma economia de excedentes, cujos participantes dedicam-se, principalmente, à própria subsistência e, secundariamente, à troca de produtos que excedem às suas necessidades. Por outro lado a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico, e pela produção de excedentes que é vendida no mercado. Outra característica da frente de expansão é o uso privado de terras devolutas, que não assumem valor, por isso, a figura de proa da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.

Em relação a frente pioneira Silva⁴ relaciona suas características a instalação de empreendimentos econômicos e, como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado, deixando de ser uma economia de subsistência, passando suas relações socioeconômicas a serem reguladas pelo sistema capitalista. Nesta frente, a terra geralmente é comprada, possui um valor que passa a ser equivalente à capital investido, constituindo a figura de proa o fazendeiro com capital a investir. A partir desta frente em decorrência da valorização das terras, surge, paralelo à figura do comprador, a figura do grileiro, interessado na especulação imobiliária.

³ SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Anais...* São Paulo: A. G. B. , 1973. v. 18. p. 205.

⁴ Ibid., p. 205.

O avanço dessas duas frentes propulsou a construção e organização espacial do município de Campo Mourão. Inicialmente a frente de expansão estabeleceu o povoamento da região mourãoense, a partir da incursão de expedições de guarapuavanos que obtiveram do governo o registro de terras nessa localidade, com pretensões de criar gado. Mas essa frente apresentou-se pouco expressiva demograficamente, implantada precariamente em áreas acessíveis. Com relação à frente pioneira, inicia-se a partir do século XX, com a implementação de política governamental, que consolida a colonização na região, apresentando-se estruturada, organizada e integrada ao mercado⁵.

2.1 A descoberta dos campos de mourão e os personagens envolvidos

A fase inicial de reconhecimento da chamada região de Campo Mourão constituiu um processo lento e descontínuo, com suas raízes em meados do século XVI, composta, a princípio, em maior número, por desbravadores portugueses e espanhóis, que disputavam a posse do território paranaense.

O território brasileiro havia sido partilhado no ano de 1494 pelo Papa Alexandre VI, através do Tratado de Tordesilhas. Segundo o historiador Martins,⁶ este Tratado delimitava e outorgava quase a totalidade do território paranaense, para a Espanha, não correspondendo às pretensões de Portugal. Como consequência, a linha imaginária estabelecida no Tratado teve que ser alterada várias vezes para obter

⁵ SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Anais...* São Paulo: A. G. B. , 1973. v. 18. p. 205.

⁶ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Guairá, [1950]. p. 50.

acordo entre as duas potências concorrentes. Para melhor esclarecimento dos limites do Tratado de Tordesilhas, ele descreve:

Se prevalecesse a demarcação considerada pelos espanhóis no Tratado de Tordesilhas, isto é, que a marcação da linha terminava em Iguape [São Paulo], todo Paraná pertenceria à Espanha e se prevalecesse a linha que terminava em Laguna [Santa Catarina], seria de domínio português uma estreita faixa marítima que não excederia a Serra do mar.

Em virtude do Tratado de Tordesilhas, a disputa entre os dois países pela posse da terra se acirrava e, apesar do interesse geoeconômico por parte da coroa portuguesa em obter a posse do território paranaense, a mesma estava impossibilitada de ocupar imediatamente a porção de terra que havia sido destinada para seu domínio, por falta de recursos financeiros⁷. Com relação à coroa espanhola, amparada pelo Tratado de Tordesilhas, visando estender seus domínios e apropriar-se dos recursos naturais, foi o primeiro país a enviar expedições de reconhecimento para penetrar o interior do Paraná. Discorrendo a respeito desse assunto, Maack⁸ relata que:

A insegurança relativamente à linha demarcatória, a qual, com os recursos existentes no século XVI, só muito dificilmente podia ser estabelecida com exatidão, foi no entanto a razão pela qual os portugueses penetraram no interior com muita hesitação, tendo-se contentado, a princípio, com povoamentos ao longo da costa. [...] Partindo da costa de Santa Catarina, os espanhóis penetraram, mais cedo que os portugueses, no planalto e no interior do novo continente. Eles conseguiram efetuar a primeira travessia do atual Estado do Paraná.

Várias foram as expedições que vieram de Portugal e Espanha para desbravar e procurar riquezas no território paranaense. Os conquistadores, em sua caminhada

⁷ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 7.

⁸ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 61.

nos sertões pelas terras recém descobertas, adentraram rumo ao interior do Paraná graças à existência de um caminho utilizado pelos indígenas denominado de Peabiru, como complementa Drabik⁹:

O caminho do Peabiru é citado por todos os historiadores da História do Brasil e do Paraná como um caminho usado pelos índios, que partindo do Oceano Atlântico atravessava a América do Sul e alcançava o Oceano Pacífico. Sua existência recua para muito tempo antes do descobrimento [...]. Fantástica era sua extensão que do Oceano Atlântico atravessava a América do Sul em direção a Cuzco, capital do Império Inca e continuava até o Oceano Pacífico [...]. Traçando-se uma linha reta da Capital do Império, Cuzco, no rumo leste até o Oceano Atlântico, o ponto seria Salvador, na Bahia, mas buscando-se a menor distância, o ponto cai sobre a Bahia de Paranaguá. Para escapar ao paredão da nossa Serra do Mar ramais buscaram acessos mais suaves para o norte, bem como para o sul.[...]

De acordo com Maack¹⁰, o Peabiru era um caminho usado pelos índios pré-colombianos, com traçado que evitava grandes obstáculos, caso de montanhas e grandes rios. Segundo a Enciclopédia dos municípios brasileiros¹¹, o caminho do Peabiru formava-se por:

[...] dois ramais: um deles, seguindo pela linha-tronco, percorria o itinerário São Vicente-Piratininga, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri; o outro itinerário seguia pelo Tietê, atravessava o Paranapanema, nas proximidades da foz do Pirapó, subia pela margem deste em direção ao Ivaí, atravessando-o pouco acima do rio da Guia, e, margeando à esquerda o rio principal, atingia a localidade onde hoje se encontra a cidade de Campo Mourão.

Das várias expedições que penetraram a floresta, nos primórdios do descobrimento do novo continente, destacam-se os nomes de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (1541),

⁹ DRABIK, Alexandre. O caminho do Peabiru: possibilidade histórica. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, 1999. v. 50, p. 7-12.

¹⁰ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 61.

¹¹ ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Curitiba: IBGE, 1959. p. 88.

Hans Staden (1549) e Ulrich Schimdel (1553). A trajetória desses personagens pode ser visualizada no Figura 1 .

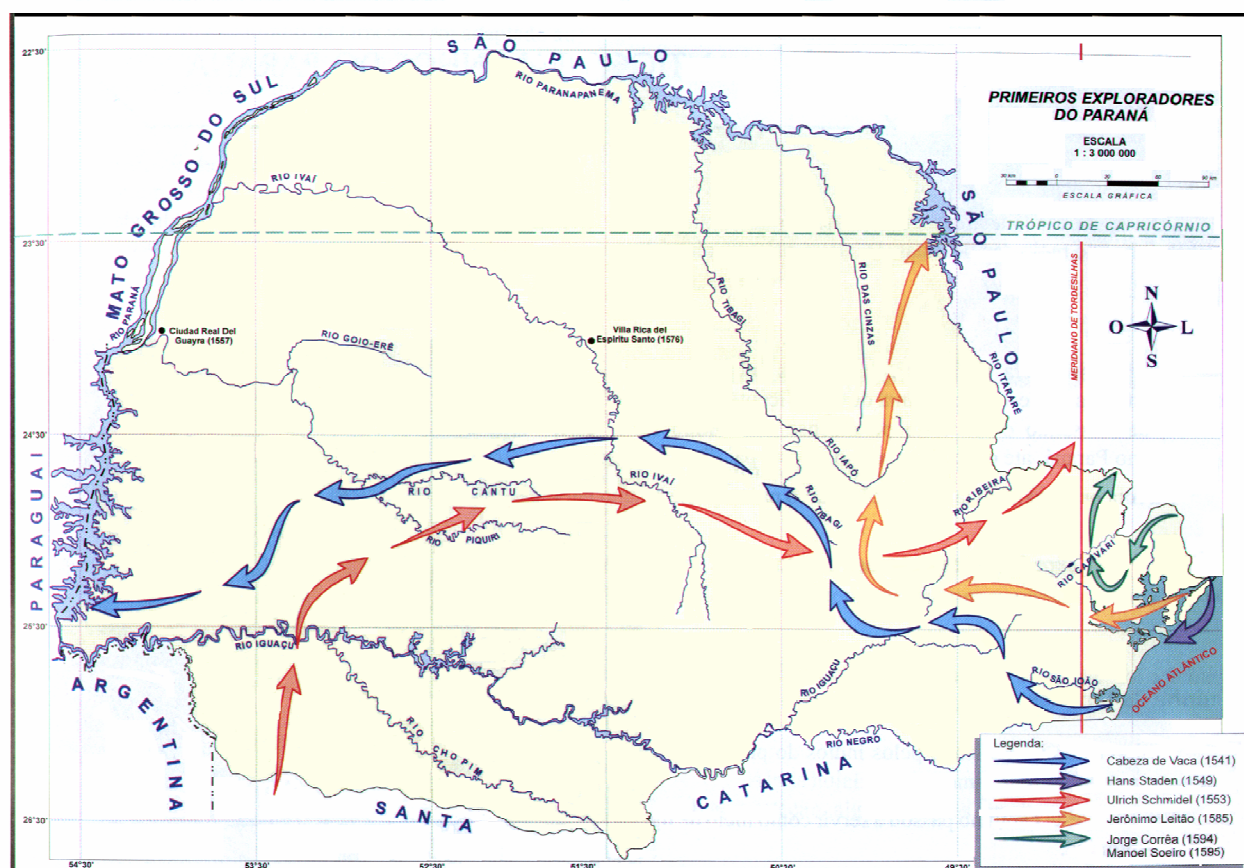


Figura 1 – Primeiras incursões exploratórias no território paranaense, 1540 e 1600.
Fonte – Cigolini, Mello e Lopes (2004, p. 63).

Dessa trajetória pelo interior do Paraná, a primeira expedição que executou a travessia no sentido leste para o oeste até o rio Paraná, percorrendo o caminho do Peabiru, foi a do capitão espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca. Esse adelantado, nomeado governador da província do Rio da Prata, decidiu dirigir-se a Assunção por via terrestre, no ano de 1541.

De acordo com Maack,¹² a expedição de Cabeza de Vaca foi guiada pelos índios, partindo de São Francisco do Sul, situado no litoral de Santa Catarina, formada por 250 homens. Essa viagem durou aproximadamente dez meses até atingir seu destino, representando “o primeiro reconhecimento em grande estilo do interior paranaense, e com ela ficou aberto o caminho aos europeus para o centro do continente”.

A expedição do alemão Hans Staden (1549) não foi tão expressiva como a de Cabeza de Vaca, mas foi muito importante pelo fato de registrar os relatos da viagem na terra brasílica e destacar os usos e costumes dos indígenas. Apresentou também em xilogravura¹³ a primeira carta da baía de Paranaguá, com o canal do Superagüi, a ilha das Peças e mais três ilhas que podem ser distinguidas como a do Mel, da Cotinga e a Rasa Cotinga. Nesta carta também é esboçada a costa desde Pontal do Sul até a ponta de Caiobá, com entrada da baía de Guaratuba¹⁴.

Cabe ressaltar, ainda, algumas particularidades da viagem do aventureiro Ulrich Schmidel, que atravessou o novo continente de oeste a leste, trilhando um percurso inverso ao de Cabeza de Vaca. Esse personagem, em seus relatos, registrou toda a trajetória da viagem, fornecendo detalhes de grande importância histórica sobre o interior do Paraná e também de Santa Catarina.

¹² MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 61-62.

¹³ Gravura em madeira

¹⁴ STANDEN, Hans. **Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 27 -47.

A viagem de Ulrich Schmidel partiu de Assunção no Paraguai por via terrestre até alcançar o porto de São Vicente na costa brasileira, sendo acompanhada por índios que conheciam a região e guiaram o europeu pelo interior da mata. Sobre a importância dos relatos da viagem de Ulrich Schmidel, Maack¹⁵ salienta que:

O relato sobre o roteiro de Ulrich Schmidel merece atenção especial, pois baseados em seus dados sobre lugares e distâncias, apareceram os primeiros detalhes do interior de Santa Catarina e do Paraná nos mapas e globos antigos.

Seguido dessas expedições muitas outras penetraram o território paranaense. Dessas penetrações cabe citar as bandeiras realizadas por Jerônimo Leitão (1585) Capitão-mor de São Vicente e Jorge Corrêa (1594), com objetivo de escravizar os indígenas. (Figura 1)

Analisando a contribuição das expedições na construção da geohistória do Estado do Paraná, verifica-se que elas constituíram a gênese da primeira etapa do processo de apropriação territorial, estabelecendo um marco histórico. Seus relatos apresentam um perfil do Paraná, ressaltando aspectos essenciais para a ocupação, sobretudo com relação à posição geográfica, ocupação indígena e características físicas.

Paralelamente ao período das expedições, surgiram os primeiros núcleos de povoamento, que foram fundados pelos padres jesuítas com permissão das autoridades espanhola por volta de 1554, com a ocupação vindo do interior do Paraná em sentido à costa brasileira.

¹⁵ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 63.

A primeira povoação européia no território paranaense foi a vila de Ontiveiros, localizada às margens do rio Paraná, nas proximidades da foz do rio Ivaí. Essa vila chegou a possuir grande número de habitantes indígenas, mas em consequência de sua precariedade foi transferida, anos depois para as proximidades da foz do rio Piquiri, sobre nova denominação de Ciudad Real de Guayrá.¹⁶

Após a fundação de Guayrá, avista-se pela primeira vez o atual “Campo Mourão” no ano de 1561. De acordo com os estudos de Maack,¹⁷ a chegada a Campo Mourão acontece:

Cinco anos após a fundação de Guaíra, no ano de 1561, o capitão espanhol Riquelme, com 100 soldados, penetrou, em direção leste, nas matas entre os rios Piquiri e Ivaí e, com surpresa, encontrou campo aberto bordado de araucárias. Assim foi descoberto o atual “Campo Mourão”.

O primeiro a fazer o reconhecimento do rio Ivaí foi o capitão Ruy Dias Melgarejo, em cujas margens, na confluência com o Corumbataí, no ano de 1579, fundou o segundo núcleo de povoamento que estabeleceu um grande centro escravista de indígenas. Esse núcleo foi denominado Vila Rica do Espírito Santo, em virtude de existirem na região grande número de cristais de rocha (ágatas), que eles julgavam serem pedras de grande valor¹⁸.

Esses povoamentos posteriormente denominados de Província de Vera ou do Guayrá possuíam como objetivos estender as fronteiras espanholas, detendo a

¹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 26.

¹⁷ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p.70.

¹⁸ LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003. p. 28.

penetração portuguesa que avançava a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas, subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região do Guairá e obter um porto marítimo para Assunção no Atlântico, na baía de Paranaguá¹⁹.

Nessas vilas implantou-se um sistema de “Encomiendas” que constituía uma instituição militar, política, social, religiosa, tributária, econômica e de trabalho. Esse sistema era formado pelos adelantados, ou seja, os “conquistadores”, indivíduos que, a mando das autoridades espanholas, vieram para as terras paranaenses visando catequizar, defender contra os inimigos e iniciar um ofício para as encomiendas (indígenas). Como pagamento, os indígenas teriam que prestar serviços para os espanhóis, os quais logo converteram a posição das encomiendas para a condição de escravos.²⁰

A cobiça dos espanhóis contribuiu para que os índios não se adaptassem ao sistema de encomiendas, o que levou o governo espanhol a implantar um sistema de Reduções, conduzida pelos padres jesuítas, da Companhia de Jesus. Sobre a implantação das reduções, Maack²¹ observa:

Patrulhas militares espanholas e jesuítas começaram a subir os rios Iguaçu, Piquiri, Paranapanema (Paraquario) e Tibagi e fundaram povoados, denominados reduções, onde os índios das vastas regiões eram catequizados e educados para o trabalho [...]. As reduções jesuítas sempre avançaram mais pelos afluentes a leste do rio Paraná para encontrarem, na

¹⁹ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

²⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 26-27.

²¹ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 70.

região do vale do Tibagi, o seu limite oriental. Além de Vila Rica, foram fundadas entre 1610 e 1630 outras 23 estações missionárias ou reduções.

Em reação às reduções jesuíticas, os portugueses, preocupados com a expansão espanhola, juntaram-se aos bandeirantes paulista que procuravam subordinar os indígenas, para destruírem esse sistema. Esse episódio é narrado por Padis²² que considera:

A ação paulista no território paranaense tem uma significação muito maior do que o simples aprisionamento de nativos. De fato, a expulsão dos jesuítas e a destruição dos núcleos por eles constituídos, significaram uma vitória dos portugueses sobre os espanhóis, na luta pela posse e conquista do território.

Essas ocupações espanholas foram completamente destruídas por volta de 1629/32, (Figura 2), e os objetivos do império espanhol a respeito do território paranaense não se concretizaram. O Tratado de Tordesilhas perdeu sua essência, sendo substituído pelos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) que asseguraram o direito de ocupação portuguesa no território paranaense.

Pode-se dizer, resumidamente, que o domínio do território paranaense pelos portugueses se concretizou graças à ação dos bandeirantes paulistas, que abriram o território paranaense para os mesmos, em meados do século XVII e XVIII. Os bandeirantes fizeram um importante reconhecimento geográfico do Paraná e toda a região ocupada pelos jesuítas passou a ser propriedade do governo Português.²³

²² PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 17.

²³ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 78.

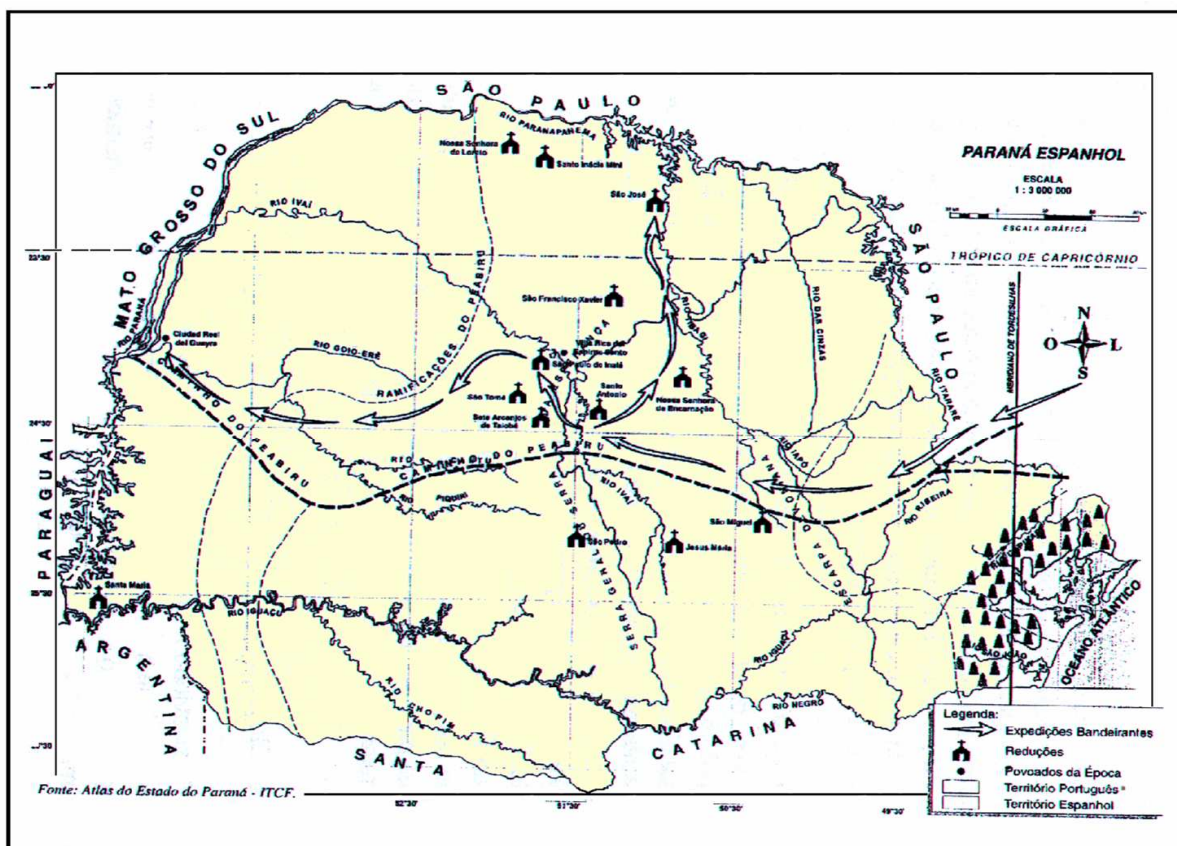


Figura 2 – Reduções jesuíticas e o avanço das expedições bandeirantes.
Fonte: Atlas do Estado do Paraná.(1988).

Neste período fundaram-se as cidades de Paranaguá, Antonina, Morretes e Curitiba. Esses núcleos populacionais estabeleceram-se a partir da descoberta de jazidas auríferas secundárias aluviais²⁴, pelos bandeirantes paulistas. Inicialmente foram descobertas grandes quantidades de ouro nas jazidas, entretanto, o ouro descoberto em aluviões se esgotou, mas cabe destacar que essa atividade constituiu outro marco histórico do início da ocupação do território paranaense.

²⁴ Ouro que ocorre em sedimentos aluviais, juntamente com areias e cascalhos aluviais, após a ação da erosão e transporte de jazidas auríferas (SUGUIO, 1998, p. 570).

Após desempenharem as bandeiras paulistas, os portugueses realizaram as expedições militares (1761 a 1780), objetivando o reconhecimento fluvial e constituição geográfica. A respeito dos objetivos das expedições militares, Maack²⁵ afirma que: “Os objetivos principais das expedições eram os sistemas dos rios Ivaí (rio Ubatuba ou rio Real), do Piquiri, do Iguaçu (rio Grande do Registro ou rio Grande de Curitiba), assim como as regiões de matas e campos do terceiro planalto”.

Várias foram as expedições militares que perfilharam os campos cobertos de araucária, que já haviam sido avistados anteriormente pelos espanhóis e que ainda se encontravam inexplorados pelos europeus. Dessas expedições, foi a comandada inicialmente pelo capitão Estevão Ribeiro Bayão (que veio a falecer de malária) e completada pelo capitão Francisco Lopes da Silva, a que proclamou a denominação de Campos do Mourão para a região entre os rios Ivaí e Piquiri.

Esta expedição dirigiu-se aos sertões no ano de 1769 até começos de 1770. Para esclarecimento deste contexto, referências históricas sobre a ocupação e colonização do município de Campo Mourão²⁶, retratam que:

No governo de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, na capitania de São Paulo, seu primo, o capitão-mor Afonso Botelho de Sampaio e Souza, então loco-tenente e figura de relevo no governo da Capitania de Paranaguá, determinou a organização da segunda expedição aos sertões do Tibagi e Apucarana, confiando o comando da mesma ao capitão Estevão Ribeiro Baião, natural de São José dos Pinhais, o qual, após percorrer o rio Ivaí em toda sua extensão, reconheceu os campos que, em homenagem ao governador da província de São Paulo, à que se subordinava, então, o Paraná, como sua 5ª Comarca, foram

²⁵ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 79.

²⁶ ITCF, Referências históricas, 1959.

denominados Campos do Mourão (assim consta em mapa da província do Paraná no ano de 1775), mais tarde simplificado para Campo Mourão.

A partir deste processo de reconhecimento desencadeou a ocupação do interior do Paraná, que foi desenrolando lentamente no decorrer dos séculos. Em uma síntese preliminar subentende-se que o encadeamento de todos os fatos históricos apresentados compõe uma parte da evolução geohistórica da região de Campo Mourão.

A análise dessa evolução levanta questões que esclarecem a configuração e organização da região de Campo Mourão. No decorrer dessa trajetória surgiram diversos problemas, essencialmente com relação à apropriação capitalista. Desta forma, para compreender e analisar os problemas desencadeados durante a ocupação e colonização da região de Campo Mourão, deve-se pensar também num sentido mais amplo, no que tange à formação do território nacional. Por esses argumentos, a tese de Celso Furtado (apud MACHADO, 1963)²⁷ conduz a refletir sobre a formação do território nacional que:

[...] é desde o início, um processo capitalista, centrado num tipo de empresa, a empresa produtora de artigo de exportação, e que se localiza num determinado lugar geográfico do território brasileiro, e durante um determinado período de tempo.

Desta tese subentende-se que a apropriação do território paranaense inserida no processo de acumulação capitalista verificado no território nacional, evoluiu baseada nos interesses dos países europeus, que precisavam expandir seus domínios para

²⁷ MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHAMA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da História. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, n. 3, p. 5, 1963.

atender suas necessidades de consumo e produção. Verificou-se nesse processo, o interesse da Europa em ordenar o rumo da ocupação preocupada essencialmente na exploração e apropriação das riquezas.

Mas é necessário salientar que, apesar do interesse econômico dos europeus durante o processo de apropriação territorial, a conquista do território paranaense foi fundamental para a organização e desenvolvimento não só do Estado do Paraná, como especificamente da região de Campo Mourão.

2.2 A questão indígena e suas particularidades sociais, políticas e econômicas.

Na história de descobrimento, para os europeus, das terras do novo continente durante o século XVI, é de suma importância o papel da figura indígena. Essa civilização, anteriormente à chegada daqueles, já havia descoberto as terras paranaenses.

As evidências dessa população indígena datam desde a pré-história, e suas marcas podem ser percebidas ainda hoje no Estado do Paraná, em que o próprio nome do Estado é de origem indígena Guarani e significa “semelhante ao mar”. Também como exemplo típico na região de Campo Mourão, encontram-se nomes de origem indígena de rios, ruas, avenidas e municípios.

Apesar do conhecimento sobre a presença indígena, existem muitos registros históricos sobre a construção espacial das terras brasílicas, que não registraram sua

influência,²⁸ uma vez que a ocupação das novas terras foi de grande importância para o desenvolvimento da sociedade européia, mas trouxe sérias consequências para os indígenas. Essa cultura foi quase destruída, porém seu referencial é muito importante, pois influenciou a formação e construção espacial não só do território paranaense, como também de todos os países latino-americanos.

Para se perceber a influência indígena, é só observar a população do Paraná, sobretudo em relação à composição étnica, já que a grande maioria deles que não foram aniquilados, foram miscigenados. Dessa mistura, incorporaram-se ao vocabulário alguns termos de origem indígena; certos alimentos como a farinha de mandioca, erva-mate e o fumo; costumes, como banho diário, cabelo cheio de loção, o uso da eni (rede), entre outros elementos aprendidos com a sua cultura.²⁹

Mas o europeu não valorizou essa cultura; quando chegou ao novo continente, considerava-se como ser superior, dominante da natureza. Nesse sentido, Mota³⁰ ressalta que o homem considerado “civilizado” achava-se no direito de se apropriar do espaço indígena, escravizando, expulsando e até mesmo aniquilando este povo.

Assim, os índios foram rebaixados à condição de mercadoria, com seu destino voltado à subordinação dos homens ditos “civilizados”, mas que na prática demonstravam pelos seus atos os verdadeiros “incivilizados”. Diante desse contexto

²⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994. p.10 -11.

²⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 8 -10.

³⁰ MOTA, op. cit., 1994. p. 11.

de injustiças, Mota³¹ compara o espaço da sociedade europeia (industrial) e o espaço das comunidades indígenas da seguinte maneira:

O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço, também são mercadorias. Por isso mesmo ele é diferente do espaço das comunidades Kaingang, Guarani, Xocling e Xetá que aí viviam, e cujas terras foram divididas, cercadas e vendidas.

Do contexto de exploração indígena pelos colonizadores, Andrade³² argumenta que a preocupação dos governantes europeus voltava-se essencialmente ao alargamento de seus domínios, objetivando o crescimento econômico de seu país de origem. Para o novo continente, não elaboraram um projeto de colonização, interessavam somente explorar os seus recursos naturais. Desse contexto, Andrade³³ explica como foi a relação dos conquistadores com os povos que aqui habitavam, segundo o autor os invasores:

Não estavam preocupados em colonizar, em civilizar, em organizar povos que admitiam ser inferiores aos europeus, mas em obter lucros, vantagens comerciais nos mercados da Europa que se encontravam em expansão desde o fim da Idade Média. Tratava-se de um empreendimento altamente capitalista [...].

Nesse processo de conquista territorial, os europeus destacavam-se em relação aos indígenas, em virtude dos indígenas lutarem com seus instrumentos rudimentares (arcos, flechas e tacapes) e os europeus com armamentos pesados. Outra tática de conquista utilizada pelos europeus era a técnica de persuasão: “ora procurando

³¹ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994. p. 15.

³² ANDRADE, Manuel Correia de. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 Comunicação, 1994.

³³ Ibid., 1994.p. 13.

conquistar os indígenas com presentes, ora amedrontando com suas armas de fogo, ora incentivando a rivalidade entre os mesmos”.³⁴

Para os conquistadores, os indígenas constituíam ameaça a suas pretensões de apropriação e ocupação das terras brasílicas, em razão do espaço estar ocupado por milhares de tribos, o que lhes dificultava a apropriação. Paralelamente a esse processo, havia a necessidade de mão-de-obra, o que no primeiro momento, levou os europeus a escravizá-los.

No segundo momento, o indígena não era mais necessário, uma vez que se conhecia a geografia do território e a escravização dele era muito difícil em virtude de sua resistência. Com isso, mudam-se as pretensões dos conquistadores, agora objetivando eliminar os indígenas para ocupar o território.

Nesses objetivos, foram dizimadas e expulsas as populações indígenas. Como relata Mota³⁵: “Cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história”.

A criação do vazio demográfico ocorreu durante o período de apropriação espacial da região de Campo Mourão, quando os índios que habitavam esta localidade foram

³⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 Comunicação, 1994.

³⁴ Ibid., 1994. p. 11.

³⁵ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994.p.15.

expulsos ou aniquilados para dar lugar aos caboclos que chegavam para ocupar a terra. Os indígenas desta região eram considerados “homens bravos”³⁶ que amedrontavam os colonos, em virtude disso, precisando ser vencidos e conquistados.

Segundo o pioneiro Francisco Irineu Brezezinski³⁷, anteriormente à chegada das expedições de reconhecimento no século XVI, a região de Campo Mourão era habitada por duas tribos de indígenas: uma chefiada pelo Índio Gembre e outra pelo cognominado Índio Bandeira³⁸.

Essas aglomerações indígenas localizavam-se uma às margens do rio Quilometro Cento e dezenove, nas proximidades da atual estação aeroviária Cel. Geraldo Guia de Aquino e a outra no chamado Campo Bandeira, onde existia a fazenda com a mesma denominação. Mas as duas tribos foram conduzidas para outra localidade por uma expedição composta de vinte e um homens, comandados pelo Comendador Norberto Marcondes, que levou a tribo do Índio Bandeira para Pitanga e a do Gembre para o Mato Grosso.

Com fundamento nesse episódio descrito por Brezezinski, percebe-se que não era interessante para o governador da província de São Paulo, para o qual o território da

³⁶ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994.1994. p. 85 – 87.

³⁷ As informações foram concedidas ao autor em entrevista realizada no dia 04/12/2003. O senhor Francisco Irineu Brezezinski é autor de livros do objeto da pesquisa.

³⁸ As informações obtidas nesta entrevistas foram confirmadas por documentos do ITCF de 1959.

região de Campo Mourão pertencia, deixar o indígena na sua terra, já que se pretendia ocupar a região.

Esse fato tornava necessário que o indígena fosse transferido para outras regiões, este ato de conduzi-lo, segundo Mota,³⁹ isso sempre era forçado, não havendo nenhuma preocupação com as conseqüências causadas em sua civilização; simplesmente procurava-se livrar de sua presença, deixando de lado a sua cultura e seu apego a sua morada.

Além dessas tribos que habitavam a região de Campo Mourão, deve-se salientar que existiam diferentes tribos de indígenas habitando as terras paranaenses. Cada tribo possuía suas tradições e costumes, que as faziam distinguir-se umas das outras. Das tribos que aqui habitavam, destacam-se a dos tupi-guarani e gê. Esses foram classificados, de acordo com os estudos de J.H. Steward, em duas áreas culturais, como salienta Wachowicz⁴⁰:

Os índios da Paraná pertenciam a duas destas grandes áreas culturais: a da floresta tropical e a marginal. No primeiro grupo está a grande família tupi-guarani, com suas inúmeras tribos e no segundo a maior parte da família dos gê. [...] Os tupi predominavam no litoral e a noroeste do Estado. Foram estes índios os primeiros a entrarem em contacto com os portugueses. Dos gê, destacaram-se os Kaingangue e os xoklêng (botocudos).

Os índios distribuíam-se espacialmente no século XVI, por todo o território paranaense, como pode ser observado na Figura 3. De acordo com os

³⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: EDUEM, 1994. p.15.

⁴⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 6 - 7.

estudos de Lazier,⁴¹ a população ameríndia era “superior a cem milhões de habitantes em 1500, sendo cerca de cinco milhões no Brasil, e duzentos mil no Paraná”.⁴²



Figura 3 - Esboço do Mapa Etno-Histórico do Estado do Paraná.
Fonte: Wachowicz (1995).

⁴¹ LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit, 2003. p. 47.

⁴² Ibid.p.47.

Atualmente vivem no Paraná poucos descendentes indígenas, habitando em pequenas áreas (Tabela 1). A localização das Terras indígenas pode ser observada na Figura 4, sendo essas protegidas pelo Estatuto do Índio que “tem o propósito de legislar sobre a preservação da sua cultura, de integração progressiva e harmônica da mesma na sociedade nacional”.⁴³

Tabela 1- Terras indígenas do Estado do Paraná.

Nº	Reservas Indígenas	Tribos	Pop.estimada	Municípios	área (ha)
1	Terra Indígena Ocoí	Guarani	335	São Miguel do Iguaçu	231,88
2	Terra Indígena Rio das Cobras	Kaingang Guarani e Xetá	2.263	Nova Laranjeiras Espigão Alto do Iguaçu	18.681,98
3	Terra Indígena Manguueirinha	Kaingang e Guarani	1.617	Chopinzinho – Manguueirinha Coronel Vivida	17.308,07
4	Terra Indígena Palmas	Kaingang	650	Palmas - PR Abelardo Luz - SC	2.944,00
5	Terra Indígena Marrecas	Kaingang e Xetá	385	Turvo	16.538,58
6	Terra Indígena Ivaí	Kaingang	877	Manoel Ribas Pitanga	7.306,34
7	Terra Indígena Faxinal	Kaingang	450	Cândido de Abreu	2.043,89
8	Terra Indígena Rio D'Areia	Guarani	51	Inácio Martins	401,56
9	Terra Indígena Queimadas	Kaingang	355	Ortigueira	3.081,00

⁴³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 22.

Continuação da Tabela 1 -

10	Terra Indígena Apucarantina	Kaingang	662	Londrina	5.574,00
11	Terra Indígena Barão de Antonina	Kaingang	395	São Jerônimo da Serra	3.751,00
12	Terra Indígena São Jerônimo da Serra	Kaingang Guarani e Xetá	375	São Jerônimo da Serra	1.339,00
13	Terra Indígena Laranjinha	Guarani	303	Santa Amélia	284,20
14	Terra Indígena Pinhalzinho	Guarani	88	Tomazina	593,00
15	Terra Indígena Ilha da Cotinga	Guarani	68	Paranaguá	824,00
16	Terra Indígena Mococa	Kaingang	79	Ortigueira	8 848,00
17	Terra Indígena Tekoha-Añetete	Guarani	Não estimada	Diamante do Oeste Ramilândia	1.774,00

Fonte: Assessoria de Assuntos Indígenas – SEMA. (2003. p. 60).

Contudo, observando os poucos indígenas existentes hoje no Paraná, percebe-se o adiantado estágio de aculturação em que este indivíduo de ascendência pré-colombiana (índio) se encontra. Na realidade, os índios perderam sua identidade passando a ter necessidades de consumo que antes não tinham.

Analisando essas transformações percebe-se o sentimento de pobreza e inferioridade nesses indivíduos, evidenciando que: “A grande verdade é que os

europeus, através da superioridade bélica, brutalidade e até do erotismo destruíram a cultura e civilização indígena”.⁴⁴

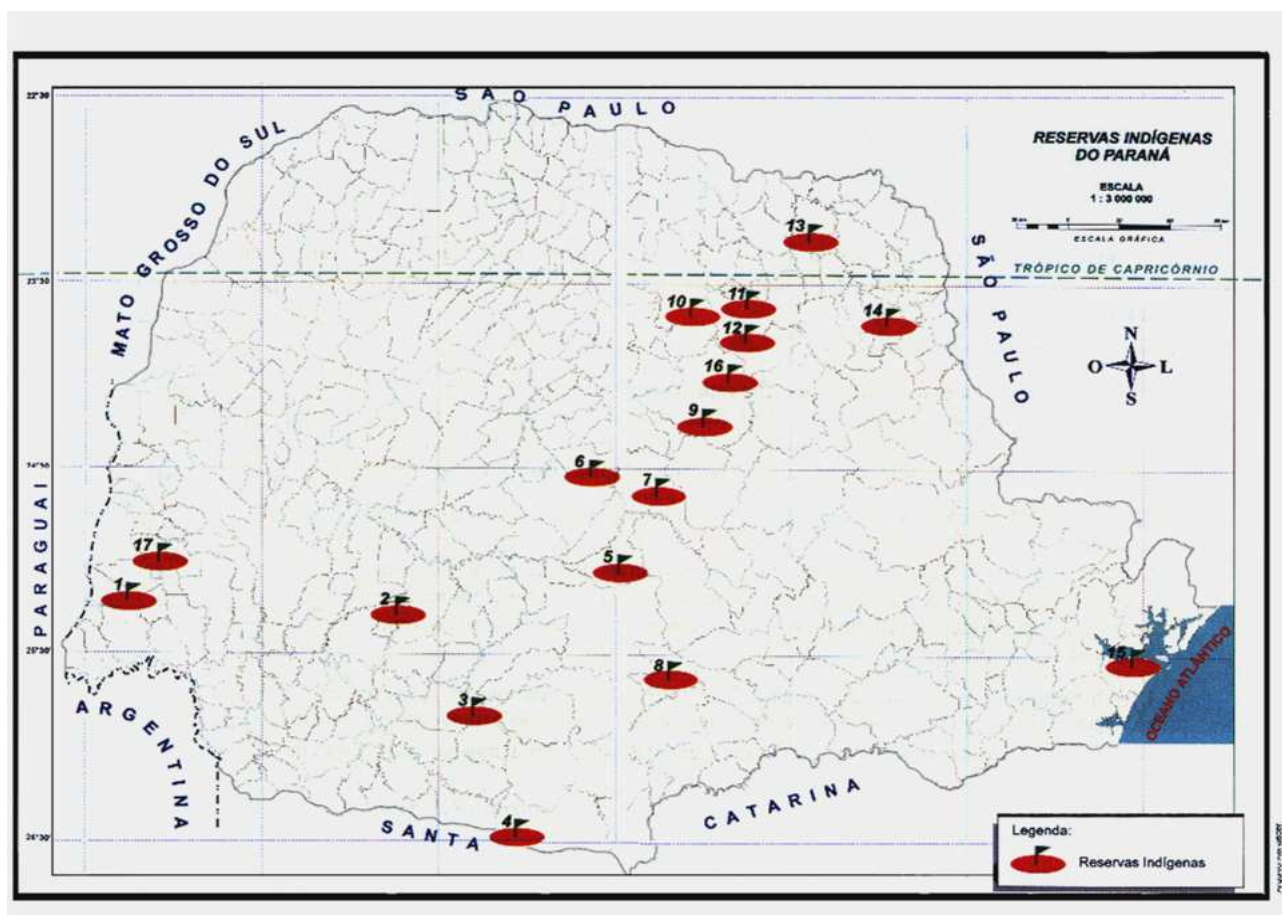


Figura 4 – Localização das reservas indígenas do Paraná.
Fonte: Assessoria de Assuntos Indígenas –SEMA (2003).

2.3 A importância do caminho de tropas como meio de comunicação com o Paraná Velho

Após o declínio da atividade extrativista aurífera, no final do século XVII e início do século XVIII, processa-se outra atividade, que se viabiliza através dos chamados

⁴⁴ LAZIER, Hermógenes. **Paraná:** terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit, 2003. p. 49.

A expansão da pecuária deve-se ao esgotamento da extração do ouro de aluvião no Paraná, que direcionou vários garimpeiros a deixarem as terras paranaenses com destino a província das Minas Gerais, onde haviam descoberto novas jazidas auríferas. Desta forma, ocorreu um esvaziamento populacional no Paraná, e a população que aqui permaneceu, como fonte de renda, passou a dedicar-se a agricultura de subsistência, à extração de erva-mate e à criação de gado.

A criação de gado era conduzida pelos tropeiros, por meio do caminho das tropas, que começava na região do Viamão no Rio Grande do Sul, atravessando o território paranaense rumo a cidade de Sorocaba. Para Wachowicz,⁴⁶ o tropeiro era:

[...] um personagem típico de nossa sociedade de antigamente. O dono das tropas não era um homem pobre. A formação de uma tropa requeria quantias razoáveis, sendo a maioria de seus proprietários homens abastados e de destaque.[...] Foi o contato íntimo e permanente do tropeiro de Sorocaba, dos Campos Gerais e do Rio Grande do Sul que conseguiu aproximar os gaúchos do resto do Brasil, impedindo que os mesmo se tornassem castelhanos.

O gado transportado pelos tropeiros destinava-se ao abastecimento dos mercados das províncias circunvizinhos, primordialmente para a província das Minas Gerais, que presenciava um grande fluxo migratório em consequência da atividade mineradora, necessitando de grande quantidade de gado para o abate e transporte. Como observa Bernardes⁴⁷:

As fazendas de gado surgiram no Paraná pela necessidade de abastecer as populações mineiras próximas; abastecer não só de carne, como também de animais de carga. Esta mesma necessidade

⁴⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995. p. 108 - 110.

manifestando-se com maior intensidade nas minas que foram florescendo em regiões mais remotas, fez com que se multiplicassem as fazendas no Paraná e o povoamento se expandisse pelas zonas de campo localizados mais a oeste.

Cabe mencionar que, por meio do desenvolvimento da atividade pecuária paranaense, originou-se o ciclo econômico de Tropeirismo, contribuindo para o crescimento demográfico paranaense. Em consequência, surgiram vários povoamentos ao longo da rota de gado. Discorrendo sobre a importância dos caminhos históricos, houve quem afirmasse que: “a civilização (paranaense) tem sua história numa história de caminhos”. (PEREIRA apud PADIS)⁴⁷

A carne bovina na forma de charque era uma fonte de alimento muito utilizada, passando até mesmo a ser exportada para outros países. Em virtude da necessidade, o governo objetivou expandir as áreas criadoras de gado, apoiando a ocupação do Paraná pelos pecuaristas. Sobre a expansão das áreas criadoras de gado, Westphalen et al.⁴⁸ afirmam que:

Da linha das tropas, as fazendas foram adentrando para a linha dos confins ocidentais dos Campos Gerais. Atravessam os matos da serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava. Daí atravessam as matas do rio Iguaçu, ocupando os campos de Palmas. Marchando mais para o sul, a comunidade campeira dos Campos Gerais, entrou nos campos de São João, de onde retrocedeu ao encontrar a expansão, em sentido contrário, dos fazendeiros do planalto catarinense. De Palmas, ocupou o campo Erê, de onde em procura de um caminho em direção às Missões, região produtora de muare, atravessou o passo de Goio-En, sobre o rio Uruguai, chegando até Santo Ângelo, com a primeira ocupação dos campos de Nonoai.

⁴⁷ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 22.

⁴⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 9, 1968.

Adentrando o interior do Paraná, os fazendeiros criadores de gado foram cada vez mais ocupando as terras devolutas do território paranaense. Essa frente de expansão atingiu a região de Campo Mourão, no ano de 1880/1881, quando expedicionários guarapuavanos, almejando a criação de bovinos, penetraram nos campos dessa localidade. Dessa ocupação, realizou-se um registro coletivo de posse, em 1893, no município de Guarapuava, abrangendo uma área de 60.000 hectares, sendo 2.000 hectares para cada proprietário⁴⁹.

Chama atenção o fato de que nesse período (final do século XIX) o acesso a terra no Brasil estava condicionado aos critérios estabelecidos pela lei nº 601 de 1850 (lei de terras), que não permitia apropriação jurídica de áreas extensas como ao ocorrido em Campo Mourão. Tal fato sinaliza para uma situação de que a apropriação do 60.000 hectares apresenta indícios de ilegalidade.

O registro coletivo constituiu o primeiro documento oficial de posse nos Campos de Mourão. Constan no título os nomes de: Lauriana de Paula Marcondes, Joaquim Gonçalves de Motta, Alfredo da Silveira, José Simões de Oliveira, Antonio José Barbosa, Bento dos Santos Martins, Domingos Moreira Gamalier, Rozendo Moreira Rattes, Pedro Moreira Rubilar, João Ribeiro Soares, Manoel de Jesus e Araújo, José Hilário dos Santos, Manoel Lourenço da Silva Bastos, Hijino Honorato de Bittencourt, Constantino de Souza e Oliveira, Horácio Hilário Pimpão, Domingos Ignacio de Araújo Marcondes, Antonio de Oliveira Rocha, Anton B. S, Pedro Moreira Rubilar

⁴⁹ 1º Título de Posse - Documento obtido no arquivo público de Curitiba – Paraná.

Filho, Norberto Mendes Cordeiro, Manoel Joaquim Cordeiro, Mizael Damasio de Camargo, Cheribim Chirspin Ayres e Guilherme de Paula Xavier.

Mas esse movimento expedicionário, apesar de contribuir posteriormente para a vinda e fixação de outras famílias, não processou o início da ocupação de Campo Mourão, uma vez que das famílias que conseguiram do governo o título de posse das terras na região mourãoense, somente Guilherme de Paula Xavier fixou residência no município, mas isso após o ano de 1921,⁵⁰ como esclarece João Oliver Camargo⁵¹:

Guilherme de Paula Xavier [...] nascido em 1846, era filho dos espanhóis, Antônio de Paula Xavier e Leocádia Franco de Paula Xavier. Antônio foi o primeiro presidente da Câmara de Vereadores do município paranaense de Campo Largo, e naquela mesma cidade seu filho Zacarias fundou uma fábrica de louças que seria uma das primeiras do Brasil. [...] A propósito de Guilherme de Paula Xavier, é preciso que se ressalte a sua têmpera de desbravador. No ano de 1893, ele e mais dois companheiros, realizaram expedição à região central do Estado, onde se localiza o município de Campo Mourão, cuja comitiva fora formada por 120 homens, tendo como objetivo demarcar terras e requerê-las, como se fazia na época, para criação de gado vacum de forma extensiva. Efetivado este trabalho inicial, Paula Xavier retornou à região de Goioxim, em Guarapuava. No ano de 1921, retornou definitivamente para Campo Mourão onde havia fundado a Fazenda Santa Maria com 6 mil alqueires, formada por cafezais, bananais e extensos campos de pastagens com considerável rebanho[...]. Guilherme [...] faleceu em Campo Mourão no ano de 1934, com 88 anos de idade depois de haver contribuído para o desbravamento e a colonização de boa parte das regiões Oeste e Central do Paraná.

⁵⁰ LARA, João Maria de. **Campo Mourão: 100 anos do desbravamento (1903-2003) uma homenagem a família Pereira**. Campo Mourão: Kromoset, 2003. p. 23.

⁵¹ CAMARGO, João Olivir. **NERJE - Laranjeiras do Sul "Raízes da nossa terra": a história épica e contemporânea**. Curitiba: Vicentina, 1999. p. 42 -59.

Cabe salientar que o efetivo povoamento da região de Campo Mourão inicia-se a partir do ano de 1903 com a chegada e fixação de moradia da família Pereira. Como descreve os registros de Faissal El-Khatib⁵²:

O povoamento desta região só se deu de maneira decisiva após 1903, [...] com a chegada dos senhores Antonio Luis Pereira, José Luiz Pereira, Bento Gonçalves Proença e Cesário Manoel dos Santos, que, acompanhados de suas respectivas famílias, ali construíram suas casas, e dedicaram-se à agricultura e pecuária, iniciou-se o seu desenvolvimento.

Esse povoamento constituiu a base inicial da colonização da região. Após a chegada desta família, várias outras vieram habitar este local. De acordo com o livro de Veiga,⁵³ juntaram-se aos Pereiras, até 1910, as famílias: “[...] de Cesário Manoel dos Santos, Bento Gonçalves Proença, Américo Pereira Pinto, José Custódio de Oliveira, Francisco Mateus Tavares, José Teodoro de Oliveira, Guilherme de Paula Xaxier, Luiz Silvério e José Luiz Pereira Sobrinho”.

Objetivando detalhar as dificuldades enfrentadas pela família Pereira após sua fixação no município de Campo Mourão, realizou-se uma entrevista com o descendente da família, Eurides Ovídio Pereira, nascido em 12 de outubro de 1918. A entrevista foi realizada no dia 05 de dezembro de 2003, na qual o pioneiro destacou aspectos da ocupação de Campo Mourão.

⁵² EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná**: municípios do Paraná. Curitiba: Cultural, 1969. p. 57.

⁵³ VEIGA, Pedro. **Campo Mourão**: centro do progresso. Maringá: Bertoni, 1999. p. 30.

Em seu depoimento contou que a fase inicial da vinda de sua família para a região ficou marcada pela grande dificuldade para a comunicação e transporte. Nessa época os mantimentos e o correio realizavam-se em cargueiros e carros de boi que transitava um percurso entre as cidades de Pitanga ou Guarapuava (Foto 1), transportando os produtos para Campo Mourão.

As casas eram rústicas, construídas com madeira bruta e as condições de vida, bastante precárias, essencialmente no que se refere ao tratamento da saúde. No distrito de Campo Mourão não havia médico e nem farmácias, havendo a necessidade de se locomover para o município de Guarapuava para comprar remédios e ser atendido pelo médico.



Foto 1 - Carro de boi e mulas cargueiras, utilizados para transportar mantimentos em Campo Mourão.

Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

A primeira casa de comércio denominava-se de Armazém Velho, onde se comercializavam mercadorias que não se produziam nas lavouras familiares (Foto

2). Outra forma de comercialização compreendia a troca dos produtos entre os moradores.

Esse pioneiro, apesar da idade avançada, lembrou de vários detalhes sobre o processo de ocupação e organização espacial dessa região, que também foram relatados por outros pioneiros e confirmados por meio de livros de estudiosos da região. O registro desses conhecimentos é de grande importância, em virtude de Pereira ter presenciado parte da geohistória que fundamenta o processo de ocupação e colonização da região de Campo Mourão.



Foto 2 - Centro de Campo Mourão: casa de comércio (1945) e correio do Geremias
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Inserido nesse primeiro momento da ocupação da região de Campo Mourão, cabe mencionar os caminhos abertos para viabilizar o tráfego dos agricultores entre os municípios. Assim como o caminho de tropas foi importante no desenvolvimento do Paraná, contribuindo não somente para o transporte do gado como também para a comunicação, circulação de mercadoria e crescimento demográfico, os acessos para

a região de Campo Mourão constituíram uma sequência direta da expansão do Tropeirismo.

A partir da chegada da família Pereira na região de Campo Mourão, verificou-se a expansão da Pecuária desenvolvida no Paraná Tradicional. Como consequência desse fato, primando alargar os acessos ao interior do Paraná, propiciando o desenvolvimento econômico do Estado, em 1906 foi aberto o caminho, denominado de Picadão. O Picadão ligava Campo Mourão com o Estado de Mato Grosso, permitindo a passagem das tropas em seu percurso, conforme observa Teixeira⁵⁴:

O picadão nessa época era muito importante para o desenvolvimento geoeconômico do Estado. Em virtude do fato, em 10 de julho de 1918, o cidadão Manoel Mendes de Camargo, com o intuito de melhorar e ampliar o picadão, estabelecendo uma rota comercial com o Estado do Mato Grosso, viabilizando o transporte de animais para os grandes centros. Obteve uma concessão do governo, que tinha o interesse por esse grande empreendimento que ligaria o Estado do Paraná com Mato Grosso, facilitando a comercialização entre os mesmos.

Esse caminho atualmente é conhecido como “Estrada Boiadeira”, denominação concedida em virtude da passagem do gado nesse percurso (Foto 3). Segundo Teixeira,⁵⁵ inicialmente a “Estrada Boiadeira” foi elaborada partindo de Guarapuava em direção a Pitanga, numa extensão de 103 km, percorrendo mais 132 km até a

⁵⁴ TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira**. Guarapuava: Monjolo, 2001. p. 5.

⁵⁵ Ibid.

localidade de Campo Mourão, seguindo mais 125 km até as barrancas do rio Paraná, totalizando aproximadamente 60 léguas⁵⁶.



Foto 3 – 1920: estrada boiadeira, passagem do gado.
Fonte: Acervo particular de Sid Sauer.

Para executar os serviços técnicos de elaboração e ampliação do caminho, Manoel Mendes de Camargo contratou os serviços do agrimensor Edmundo Mercer e de sua equipe, que construíram a “Estrada Boiadeira”:⁵⁷

[...] durante a construção do caminho, ao longo dessa via, Manoel Mendes de Camargo determinou a feitura de roças e construção de paióis, deixando no seu interior algumas panelas e tarimbadas para facilitar e permitir um pouco de bem estar aos viajantes. Ao lado desses casebres havia local destinado a abrigar os animais. Dessas roças, os viajantes tiravam para sustento dos animais, milhos e abóboras.

⁵⁶ Antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6.600m; légua brasileira.

⁵⁷ TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira**. Guarapuava: Monjolo, 2001. p. 5.00

Outros acessos e picadas foram abertos, ampliando as possibilidades de desenvolvimento do interior do Estado. Diante da importância das vias de entrada, é interessante observar que foi após a abertura dessas que se iniciou a estruturação e organização da região Noroeste paranaense.

Na ocupação, organização e estruturação espacial paranaense, cabe salientar que os caminhos contribuíam para o engrossamento da frente de expansão, facilitando a chegada dos caboclos e colonos na região de Campo Mourão. Mas esse processo de expansão do povoamento ocorreu lento e gradual, como esclarece Bernardes⁵⁸:

[...] verifica-se que de 1900 a 1920 e 1940 [...] o desbravamento progrediu enormemente, ao longo dos divisores Ivaí-Piquiri e Piquiri-Iguaçu conquistando à mata virgem largas faixa de terras. Até 1940 não se pode, no entanto, distinguir nesta zona nenhuma frente pioneira ativa, no sentido da expressão. Houve de fato, o avanço da fronteira demográfica, mas este avanço não se processou para dar lugar a uma ocupação efetiva e a um aproveitamento econômico real das áreas desbravadas[...] embora em alguns pontos seu povoamento já date de meio século ou mais, conserve ainda um certo caráter pioneiro, dada a escassez de sua população, a falta de contacto com os grandes centros e o primitivismo que caracteriza o aproveitamento da terra por seus povoadores.

Além de contribuir para a chegada de novos moradores em Campo Mourão, os caminhos abertos para a passagem dos tropeiros facilitaram o abastecimento dos moradores, propiciando maior fluxo de circulação de mercadorias e diminuição nos custos das viagens, conseqüentemente a diminuição no valor das mercadorias, o que propiciou uma melhoria na vida dos moradores de Campo Mourão.

⁵⁸ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 40, 1953.

Ademais, como consequência direta do ciclo tropeiro paranaense se processa o primeiro marco econômico de desenvolvimento para a região mourãoense. Este período fica marcado pelo avanço da frente de expansão, que estabelece o núcleo ocupacional que posteriormente originou o núcleo urbano de Campo Mourão. E esse, consolidou-se, sob a influência da frente pioneira. Em considerações finais sobre o ciclo econômico da pecuária, destacam-se as assertivas de Linhares:⁵⁹

De resto, o ciclo econômico da pecuária foi no Paraná mais importante que o do ouro, não só no sentido de ter maior duração e estabilidade que este, como também no que se refere à instalação das fazendas, consideradas as melhores do país.

2.4 O desmembramento de Guarapuava e os novos desmembramentos municipais

Com o crescimento demográfico da região de Campo Mourão, começa-se a luta pela municipalização. Essa luta é acompanhada dos objetivos do governo, que visava aproveitar racionalmente as terras devolutas do interior do Paraná, controlando a crescente expansão e o isolamento das famílias.

Nesse contexto, o primeiro passo do processo de criação do atual município de Campo Mourão verificou-se em 28 de março de 1916, através da Lei nº 1559, que concedeu à Câmara municipal de Guarapuava (Figura 6), a área ou Patrimônio que originou a cidade de Campo Mourão, nos termos⁶⁰:

⁵⁹ LINHARES, Tesmístocles. **Paraná vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 51.

⁶⁰ Campo Mourão. Folha de Londrina, Londrina, 10 out.1976. Edição especial.



Figura 6 – 1938: Campo Mourão fazendo parte do município de Guarapuava.
 Fonte: Instituto de terras, colonização e florestas (1987).

Art. 1º - fica concedida à Câmara municipal de Guarapuava a área de dois mil hectares de terras devolutas, na Serra de Pitanga e igual área no Campo do Mourão do mesmo município, destinadas a constituir as respectivas futuras povoações.

Art. 2º - Estas terras serão incorporadas ao Patrimônio da referida municipalidade, que as mandará medir e demarcar para cedê-las em lotes como for mais conveniente.

No ano de 1921, ou seja, cinco anos após a incorporação ao município de Guarapuava, o patrimônio de Campo Mourão, foi elevado à categoria de distrito policial. O domínio pleno desse distrito ficou a cargo da prefeitura municipal de Guarapuava, que recebeu uma área de 2.000 hectares, constando no título de nº 000013, de 19 de setembro de 1925 ⁶¹.

A localização definitiva do perímetro urbano do distrito de Campo Mourão levantou polêmicas entre os moradores, sendo necessária, no ano de 1939, a demarcação da área de 2.000 hectares pelo departamento de Geografia, Terra e colonização – D.G.T.C., dirigido pelo Engenheiro Sady Silva, juntamente com a colaboração de João Lemos do Prado.

O desenvolvimento dos trabalhos técnicos demarcatórios mapeou em definitivo as bases do patrimônio do distrito de Campo Mourão. Os primeiros quarteirões foram demarcados no divisor dos rios Quilometro Cento e vinte e três e do Campo, no qual se situam hoje a praça Getúlio Vargas, a antiga Estação Rodoviária Municipal e o instituto Santa Cruz. Os limites e as confrontações do distrito ficaram definidos, sendo⁶²:

⁶¹ Sobre esse assunto as informações mais precisas constam no livro de Veiga, 1999. p.33 e em documentos do ITCF, Referências históricas, 1959.

⁶² VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. p. 93 -94.

Ao norte: Pelo rio Quilômetro 123, confronta com a gleba nº9 da colônia Mourão, e terras devolutas do Estado por uma linha reta e seca na extensão de 6.009,00m., que, do Marco XXIII vai até o Marco XXXVIII, à margem esquerda do rio do Campo.

Ao Sul: Pelo rio Quilômetro 119 e uma linha reta e seca na extensão de 2.307,50m., que, do Marco IV vai ao Marco IX, confronta com terras tituladas a Miguel Luiz Pereira, e terras devolutas do Estado, por uma linha reta e seca na extensão de 1.622,60m., e pelo rio do Campo.

A leste: Pelo rio do Campo, confronta com terras devolutas do Estado.

A sudoeste: Por uma linha reta e seca na extensão de 1.136,30m., confronta com terras tituladas a Luiz Losso e Domingos Mendes e Irmãos.

A oeste: Por uma linha reta e seca na extensão de 2.835,00m., confronta com terras devolutas do Estado.

Demarcado o núcleo urbano de Campo Mourão, esse teve que ser desmembrado, em virtude de divergências na elaboração do mapa de Guarapuava, o que obrigou a prefeitura municipal a pedir a anulação do título nº 000013, no ano de 1942. Por esse motivo, o município de Campo Mourão foi desmembrado de Guarapuava, passando a pertencer, em 1943, sob determinação do Decreto nº 199, para o município de Pitanga (Figura 7)⁶³.

Em consequência do adensamento populacional, paralelamente a fatores políticos, como exemplo, a vitória do governador Moisés Lupion, no qual votaram maciçamente vários moradores mourãoenses, finalmente, em 10 de outubro de 1947, Campo Mourão emancipa-se de Pitanga (Figura 8), sendo elevado à categoria de município pela Lei nº 2. A concessão do título de domínio pleno de terras a prefeitura de Campo Mourão foi expedida no ano de 1952, pelo título nº 75.⁶⁴

⁶³ VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. p. 33.

⁶⁴ Segue em anexo o título do Patrimônio Municipal de Campo Mourão.

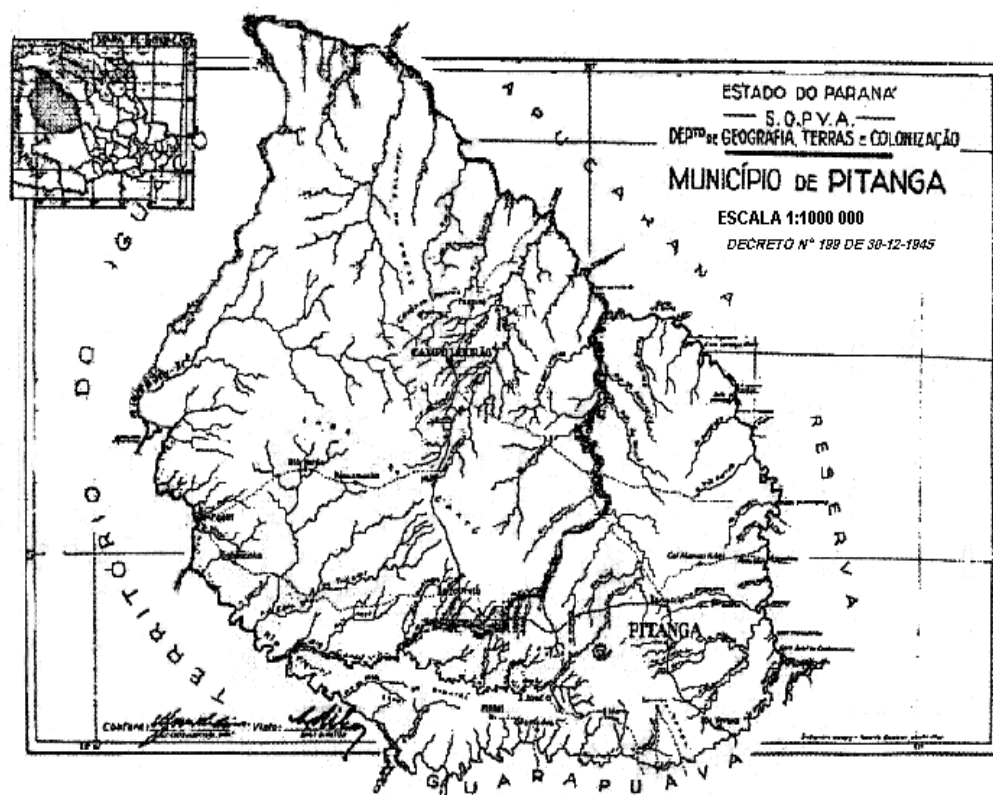


Figura 7 - 1945: Campo Mourão fazendo parte do município de Pitanga.
 Fonte: Departamento de Geografia Terras e Colonização (1980).

Após a emancipação política de Campo Mourão, como parte do plano de colonização do governo, começa a demarcação, que vai por sua vez gerar novos municípios (Figura 9). Os objetivos primordiais visavam atender as necessidades populacionais decorrentes do processo de povoamento, estabelecendo uma estruturação espacial conforme a distância existente entre estes.

Os desmembramentos municipais começaram no ano de 1953, quando Campo Mourão perdeu metade de sua área que passou a constituir o município de Peabiru, criado pela lei estadual nº 790. Em seguida, no ano de 1956, perde mais 2.000 quilômetros quadrados para a criação do município de Goioerê. Em 1960,

novamente perde outra área para a criação dos municípios de Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Fênix, Mamborê, Iretama, Roncador, Ubiratã, Janiópolis, Luiziana e, por último, no ano de 1991, perde novamente uma área para a criação do município de Farol.⁶⁵



Figura 8 – 1948: Campo Mourão desmembrado de Pitanga.
Fonte: Instituto de terras, colonização e florestas (1987).

⁶⁵ Informações obtidas em documentos do ITCF 1959.

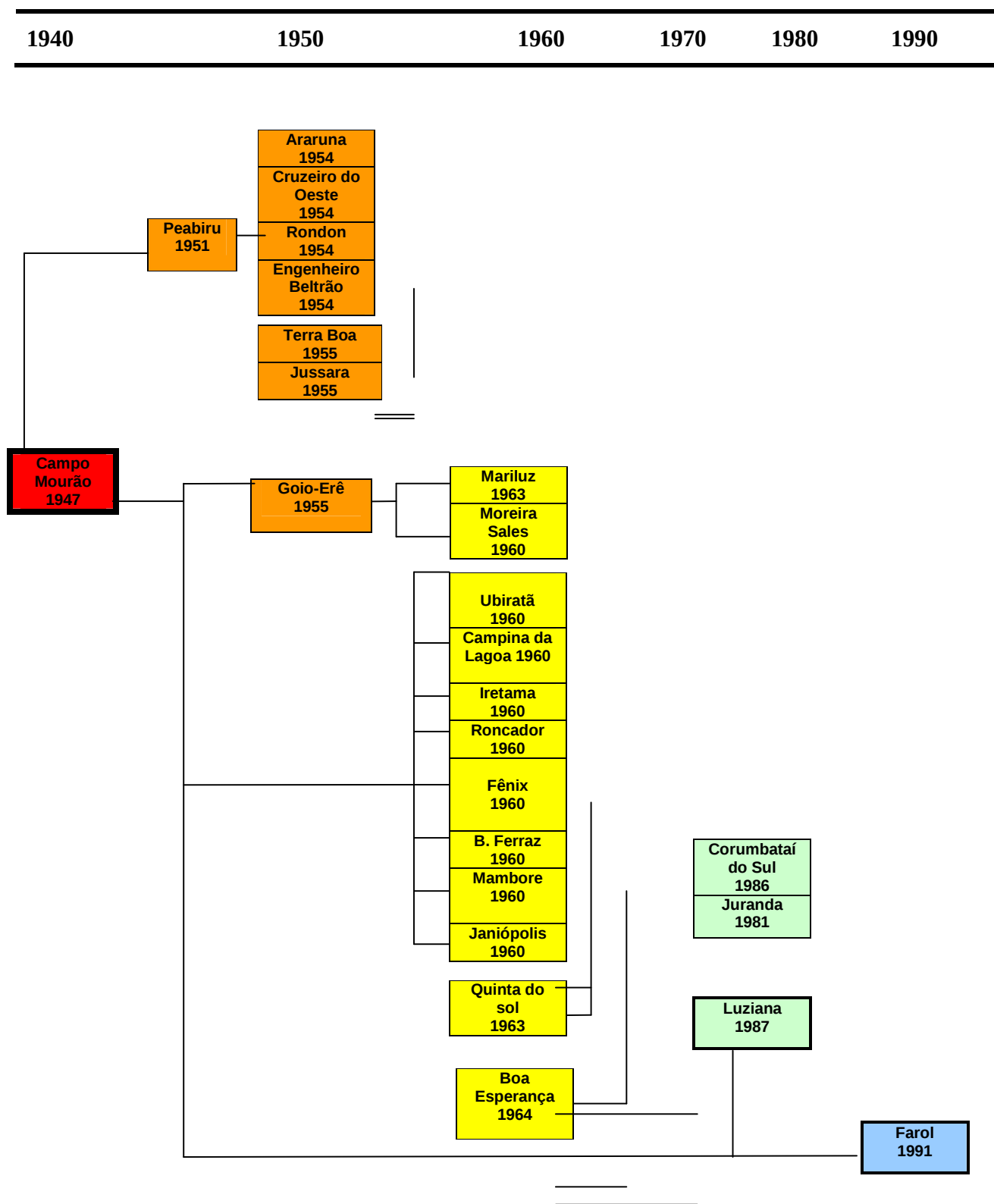


Figura 9 - Organograma de desmembramento e criação de novos municípios na Região de Campo Mourão.

Atualmente, o município de Campo Mourão possui uma área de 755,638 km², está a uma altitude de 630 metros acima de nível do mar, e localiza-se no Terceiro Planalto a 456 km da capital do Estado, Curitiba. De acordo com o IBGE (2000), Campo Mourão conta com uma população estimada de 80.420 habitantes, estando inserido na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, na qual constam os seguintes municípios: Altamira do Paraná, Araruama, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Quarto Centenário, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabirú, Quinta do sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã (Figura 10).

As coordenadas geográficas da sede municipal são 52° 22' 40" de longitude oeste e 24° 02' 23" de latitude Sul, limitando-se com os seguintes municípios: ao norte com Peabiru; ao leste, com Corumbataí do Sul e Barbosa Ferraz; ao sul, com Luiziana; a oeste, com Farol e Mamborê e a noroeste, com Araruna.

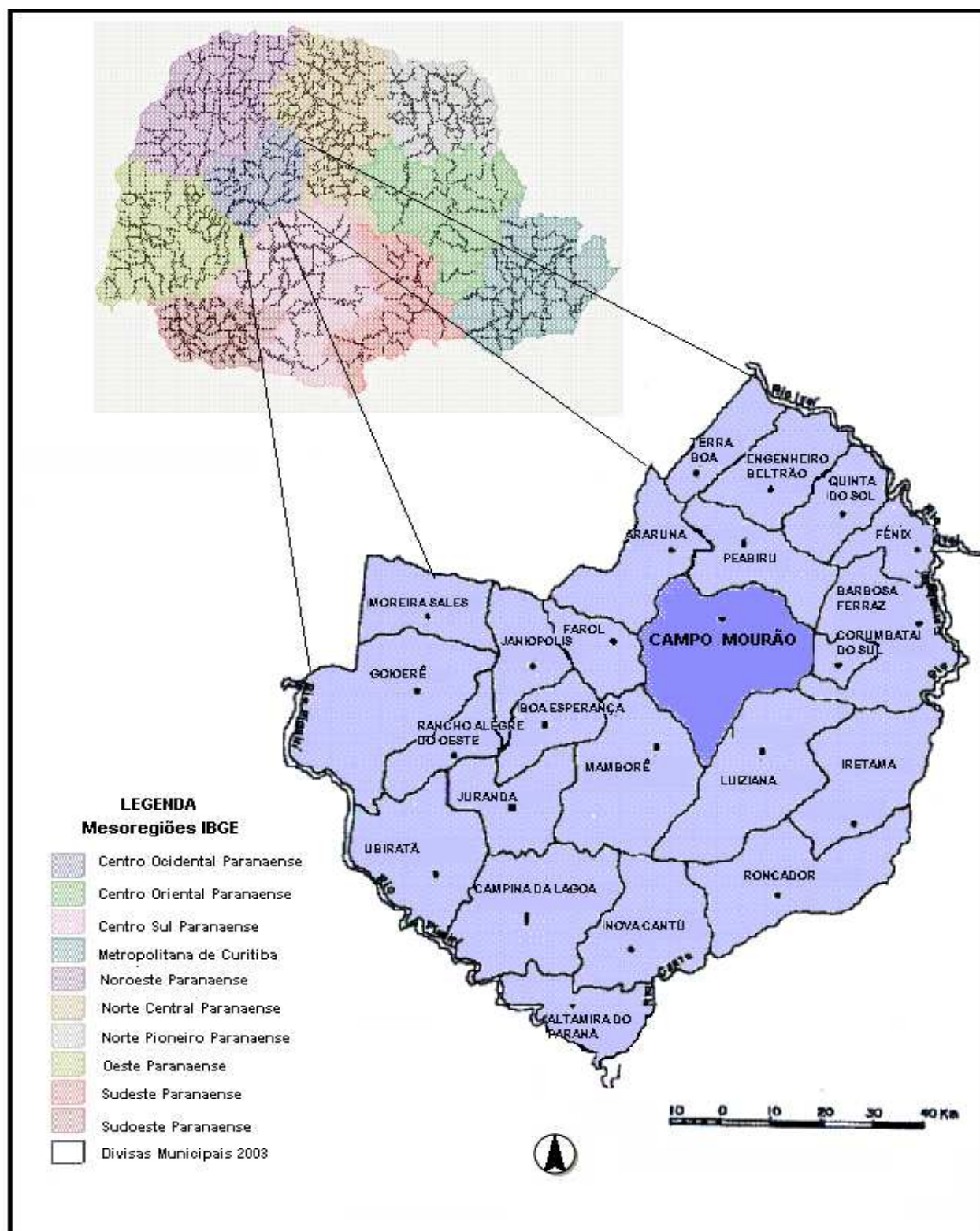


Figura 10 – Localização de Campo Mourão na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.
Fonte: IBGE (2003) – Adaptado pela autora.

2.5 A consolidação do pólo econômico e a disputa com Peabiru

O Patrimônio de Campo Mourão, antes de ser emancipado, por volta de 1934, foi afetado por uma febre amarela que matou vários moradores da região. Os habitantes que restaram começaram a lutar para melhorar a infra-estrutura, procurando trazer para o vilarejo melhores recursos.

Com esse objetivo, nos anos que seguiram, os habitantes edificaram as primeiras casas da região; reivindicaram a emancipação do município e auxílio governamental para o estabelecimento de recursos que visavam atender as necessidades básicas da região.

Em virtude dos acontecimentos, as autoridades governamentais enviam para a região um rádio-telegrafo para servir de meio de comunicação e um médico. Porém, por motivos políticos, foram desviados para o vilarejo de Peabiru, tornando Campo Mourão dependente desse. Em decorrência, os pioneiros ficaram sem meio de adequar a infra-estrutura municipal, estabelecendo assim uma disputa com Peabiru.

Essa disputa, em razão da vitória das eleições para governador por Moisés Lupion, na década de 1940, é vencida pelos moradores do patrimônio de Campo Mourão, visto que Lupion ordenou a transferência do rádio-telegrafo e do médico para este município, em reconhecimento aos mourãoenses que votaram em unanimidade no seu nome para governador.

Com o auxílio governamental, os habitantes da região de Campo Mourão conseguem também melhorar as condições das vias de acesso para esta localidade, propiciando um impulso no desenvolvimento econômico da região, melhorando a comunicação e conseqüentemente a vida dos colonos.

Paralelamente a essa melhora, intensifica-se a chegada na região de levas de agricultores, que buscavam a exploração das reservas florestais e dos recursos naturais. Esse crescimento demográfico define Campo Mourão (1940) como o Distrito posicionado em 4º lugar em número de habitantes (11.964),⁶⁶ mas a maioria desses elementos que chegaram na região se apropriaram da terra ilegalmente, desenvolvendo uma atividade predatória, como se constata no relatório de Eugênio Zaleski,⁶⁷ que denuncia:

[...] desde janeiro ano passado entrou aqui (Campo Mourão) no campo, de Londrina, mais de 800 famílias e estão entrando mais sem parar (é um verdadeiro dilúvio) e o que é mais importante, nenhum desses vindouros requereu as terras, embora que alguns deles tenha dinheiro e bastante. Fazem grandes derrubadas das matas, devassam as terras, soltando gado e animal cavalares nas capoeiras, queimando centenas de alqueires de taquarais, assim que se vê grandes áreas de terras completamente estragadas (samambaias), quer dizer terras sem valor. É uma verdadeira onda destruidora. Se o Comissariado não toma imediatas e enérgicas providências, em curto prazo não temos mais matas (florestas) no Campo Mourão.

Preocupado com o apossamento das terras devolutas e a exploração predatória, o governo, no ano de 1943, instala a Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (antigo ITCF), na região de Campo Mourão, com o

⁶⁶ Dados obtidos prefeitura municipal.

⁶⁷ CAMPO MOURÃO. Prefeitura Municipal. Sinopse estatístico-descritiva do município de Campo Mourão, 1957. p. 3.

intuito de regularizar e controlar a grilagem de terra. Esse fato, além de propiciar um controle na apropriação das terras devolutas, desencadeou a chegada na região de um grande fluxo populacional, o qual era formado por agricultores de várias localidades do Brasil, atraídos por notícias de existência de terras devolutas do Estado, que poderiam ser pagas em várias prestações ao governo.

Esse crescimento demográfico em Campo Mourão se intensificou ainda mais em 1944, em razão da abertura de uma estrada de rodagem, que ligou Campo Mourão a Maringá. Essa via de acesso viabilizou a penetração de uma frente pioneira,⁶⁸ constituída por indivíduos que não haviam conseguido terra na região de Maringá e pretendiam adquirir terras para o plantio de café e formação de “safras” (criação de porcos).⁶⁹

Nesse contexto, a soma de vários fatores tanto políticos, econômicos, como sociais, proporcionaram grande desenvolvimento para a região. E com a elevação do distrito de Campo Mourão à categoria de município-sede, surge um novo momento, no qual começa a verdadeira estruturação e organização espacial dessa localidade.

Nesta nova fase começa a estruturação do poder Executivo. O Sr. José Antonio dos Santos foi o primeiro prefeito que assumiu a chefia do município de Campo Mourão,

⁶⁸ LUZ, France; OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – município de Maringá (*). In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1976. **Anais...** São Paulo: [1.n], 1976. p. 788-789.

⁶⁹ Na região de Campo Mourão inicialmente os porcos foram criados soltos e levados a pé até o local onde seriam comercializados. (informações adquiridas em entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2003, com o senhor Eurides e verificada em várias monografias de especialização sobre Campo Mourão).

nomeado pelo governador Moysés Lupion em 18 de outubro de 1947, em caráter provisório. Após 70 dias de mandato desse prefeito, realizou-se a primeira eleição (16/11/47), que elegeu o Sr. Pedro Viriato de Souza Filho, que assumiu sua posse no dia 27 de dezembro do mesmo ano.

Para consolidação político-administrativo de Campo Mourão, no dia 14 de novembro de 1948, de acordo com a lei nº 93, foi criada a Comarca de 1ª Entrância de Campo Mourão. Instalada no dia 28 de janeiro de 1949, abrangendo os demais distritos que faziam parte até então do município de Campo Mourão.⁷⁰

Após o estabelecimento da Comarca, inicia-se o processo de consolidação econômica de Campo Mourão. A partir da década de 1950, intensifica-se a incorporação de capital no setor comercial e industrial, impulsionando a economia local.

⁷⁰Maiores informações sobre o assunto, ver a Ata da instalação da Comarca de Campo Mourão, transcrita no livro de Veiga, 1999.

3 AS PRIMEIRAS ATIVIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema.⁶⁴

As atividades sócioeconômicas influenciaram a organização espacial da chamada Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Essas atividades foram desenvolvidas em sintonia com os recursos disponíveis e as características físicas da região. Mas em cada fase distinta do processo de apropriação das terras, verifica-se a influência direta das marcas humanas na natureza. Essas marcas foram fator condicionante da organização espacial e interferiram no desenvolvimento sócioeconômico regional

No processo de apropriação espacial, o crescimento do setor econômico de Campo Mourão, se deu a princípio por causa do desenvolvimento da pecuária intensiva. A explicação que se tem, é que a vegetação primitiva, rarefeita, típica de cerrado, não impediu a associação com a pecuária, esta desenvolvida, basicamente, em virtude das pastagens naturais.

Diante do quadro pode-se afirmar que a pecuária se constituiu na primeira atividade econômica, motivando a posse das terras, pelos primeiros habitantes, mas, não

⁶⁴ SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 200.

prosperou economicamente, em parte por causa das características físicas locais.

Como destaca o Plano Diretor de Campo Mourão⁶⁵:

Condições climáticas inadequadas, com águas muito frias; inexistência de campos em abundância, fazendo com que os rebanhos fiquem expostos às doenças, e a própria estrutura fundiária, com predomínio de pequenas e médias propriedades e conseqüente necessidade de adoção de técnicas de alimentação e manejo de gado, vêm se constituindo um entrave ao seu incremento [...] constitui-se numa atividade de auto-consumo de complementação econômica às empresas rurais.

Em decorrência do declínio da atividade pecuária, as primeiras famílias que vieram habitar Campo Mourão passam a se dedicar à agricultura familiar. Para garantir sua sobrevivência, os moradores comercializavam os excedentes entre eles e também se dedicavam à criação de animais, obtendo maior lucratividade na criação de porcos, que era exportada até mesmo para fora do Estado⁶⁶.

É importante mencionar que a suinocultura desenvolvida nesse período denominava-se de “safras”. De acordo com estudo de Wachowics⁶⁷, os porcos eram “criados soltos num milharal isolado na mata (safra), eram adquiridos por um comerciante, o *safrista*. Esse comprava 500, 800 ou 1.000 porcos e levava-os tropeando, isto é, a pé, até os grandes mercados de comercialização”.

⁶⁵ CAMPO MOURÃO, Prefeitura Municipal. Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão. Campo Mourão, abril 1969. p. 7.

⁶⁶ Informações obtidas nas entrevistas e confirmadas em livros, monografias sobre Campo Mourão.

⁶⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.182.

Na comercialização dos porcos adotavam-se procedimentos curiosos, que foram enfocados em entrevista citada nos estudos da historiadora Casagrande⁶⁸. A entrevista foi realizada em 1993, com o senhor Chafic Simão (já falecido), que chegou a Campo Mourão no ano de 1945. Em seu relato, Chafic destacou a forma utilizada pelos condutores dos porcos durante as viagens, salientando que:

Para esses homens dormirem nas noitadas que passavam pelo mato, eles faziam grandes e altos cercos de galhos e colocavam os porcos dentro, porque até chegar ao destino, eles levavam muitos dias. Quando eles iam para Apucarana, tinham que atravessar o Ivaí, eles passavam de 3 a 4 porcos de cada vez porque não tinha ponte, era uma balsa pequena e eram muitos porcos, chegava a juntar 200 até 300 porcos em cada viagem para ser conduzidos. Agora, imagine o tempo que levava para chegar lá e voltar pra casa.

Na criação de porcos, além da comercialização dos suínos, ainda se podia aumentar substancialmente o lucro com a produção derivada. Entre os derivados comercializados, o mais utilizado era a banha de porco, que servia para conservar a carne, temperar a comida e para iluminar as casas⁶⁹.

É interessante a maneira como a banha era usada como fonte de iluminação que, segundo entrevista realizada por Casagrande,⁷⁰ com pioneiros de Campo Mourão: “esta era colocada em um candeeiro com um pavio de pano, substituindo a querosene, pois na época não havia luz elétrica”.

⁶⁸ CASAGRANDE, Marilsa de Paula. **Traços de uma memória**: o município de Campo Mourão em questão. 1996. 130 f. Monografia (Especialização em História e Sociedade) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996. p.38.

⁶⁹ Informações obtidas nas entrevistas realizadas com os pioneiros e em monografias sobre Campo Mourão.

⁷⁰ CASAGRANDE, op. cit., 1996.

Já na agricultura praticada pelos pequenos produtores, plantava-se milho, arroz, mandioca, batata, trigo e cana-de-açúcar⁷¹. Observa-se, na foto 4, a plantação da cana e mandioca, com ênfase para o tamanho das mandiocas que foram colhidas na região de Campo Mourão, demonstrando a fertilidade do solo para o plantio, nessa primeira fase de cultivo.



Foto 4 – As fotos da década de 1950 mostram em sequência: Beneficiamento doméstico de melado para auto consumo; mandiocas gigantes como indicativo da fertilidade da terra da região.

Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Além da atividade agrícola, as famílias produziam e comercializavam as folhas de erva-mate, o mel e cera de abelha, peles de animais silvestres para aumentar a renda. Nesse momento a ocupação não foi expressiva, mas se adensou no decorrer do tempo. Vagarosamente foram chegando famílias procedentes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídas pela terra e riquezas florestais existentes.⁷²

⁷¹ Estes dados foram obtidos através do IBGE, Censo de 1950.

⁷² IBGE, Censo agropecuário e demográfico do Paraná, 1950.

Para atender esse contingente populacional, começa a implantação, na região, de estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, afirma-se que o setor comercial teve seu crescimento vinculado à ocupação, ou seja, na medida em que foram chegando as famílias e melhorando a infra-estrutura regional, o comércio foi se aprimorando para atender as necessidades de consumo que passaram a exigir maior diversificação de produtos.

Cabe salientar que, apesar das melhorias no setor comercial, é somente após a década de 1970, com a implantação de técnicas modernas na agricultura, que o comércio realmente se expande, passando a influenciar no crescimento econômico. Essa expansão ocorre, sobretudo, no sentido de diversificação de produtos, com melhores preços e qualidades.⁷³

Sucintamente, essas foram as primeiras atividades desenvolvidas que influenciaram o setor econômico regional, na primeira fase da organização espacial. Apesar da falta de técnicas agrícolas e infra-estrutura urbana, os pioneiros plantavam e comercializavam produtos que garantiam sua sobrevivência, contribuindo para a permanência dessas famílias na região.

Com importância relativa, esse momento ficou marcado pelas dificuldades, já que: “é uma verdadeira temeridade um homem com fracos recursos internar-se pela mata.

⁷³ Informações obtidas em entrevistas, comparadas com dados estatísticos do IBGE - censo agropecuário do Paraná, 1960, 1970 e 1980.

Quanto mais agreste for a região, tanto mais de recursos se necessita. Os sofrimentos são indizíveis e as canseiras incalculáveis”.⁷⁴

3.1 A exploração dos recursos naturais: a madeira como principal atividade econômica após a década de 1950 até início de 1980.

Campo do Mourão é uma clareira de gramados rodeados de soberbos pinheirais, no divisor de águas do Piquirí-Ivaí, no centro do mais vasto e opulento sertão do Paraná. Dele para a periferia, atravessa-se, rumo ao Norte, mais ou menos 20 quilômetros dos característicos bosques de pinheiros, para depois penetrar na selva tropical, onde domina a “peroba” e mais madeira de lei, até ao rio Paranapanema, nas famosas terras roxas.⁷⁵

No primeiro momento do processo de organização espacial da região de Campo Mourão, como se mencionou, as primeiras atividades econômicas desenvolvidas visavam à subsistência, já que as madeiras existentes não tinham ainda valor comercial.

As madeiras eram extraídas em pequena escala somente para liberar espaço para as lavouras. Seu uso era limitado, geralmente utilizadas como carvão. Mas em decorrência do crescimento socioeconômico do Estado do Paraná, as madeiras passam a ser uma valiosa fonte de renda.

Nesse sentido, a verdadeira riqueza da região foi o extrativismo vegetal, ou seja, as madeiras de lei existentes, com grande variedade de espécies. Essa diversificação impulsionou a extração madeireira, constituindo-se na base de sustentação da

⁷⁴ FIGUEIREDO, Lima. **Oeste paranaense**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 171.

⁷⁵ COELHO JUNIOR. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: GUAÍRA, 1946. p. 59.

economia, contribuindo diretamente para a estruturação de Campo Mourão a partir da década de 1950 até meados da década de 1980.

Para visualização da natureza, na foto 5, observam-se as casas dos pioneiros em meio à floresta, demonstrando a beleza natural vislumbrada pelos primeiros desbravadores da região de Campo Mourão. A floresta era formada por variedades de madeiras, sobressaindo a *araucária angustifolia*, que caracterizou a região como um “Campo aberto bordeado por araucária”⁷⁶.



Foto 5 - No meio florestal a moradia dos desbravadores.
Fonte: Acervo particular de Sid Sauer.

⁷⁶ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p.70.

A *araucária angustifolia* conhecida também como Pinheiro do Paraná, podem atingir até 50 metros de altura e 2 metros ou mais de diâmetro. Seu tronco é cilíndrico, reto, raras vezes ramificado, sendo uma espécie dióica, ou seja, possui sexos separados (plantas masculinas e femininas). Produz fruto (o pinhão) com maior intensidade entre os meses de abril e junho⁷⁷.

Segundo Ab' Saber⁷⁸ a beleza das regiões de Araucária serviram de atrativo para a ocupação dos campos do interior do Paraná. Esses campos caracterizavam-se pelos seguintes aspectos:

O mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos, esguios e imponentes – um tanto exóticos e homogêneos – em face da biodiversidade marcante dos sub-bosques regionais. De vez em quando, de permeio à altamente predada região das araucárias, surgem pequenos mosaicos de campos entremeados por bosquetes de pinhais, que oferecem uma das mais lindas paisagens do território brasileiro. Um cenário de marcante originalidade ecológica [...].

Como foi salientado, além da mata de araucária na região de Campo Mourão, havia outros tipos e espécies. Essa diversificação de espécie relaciona-se à localização em uma área de transição, que está ilustrada na figura 11.

⁷⁷ Texto informativo: Araucária – Pinheiro do Paraná. SEMA – Secretaria de Estado do meio ambiente e IAP – Instituto ambiental do Paraná.

⁷⁸ AB' SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 101.

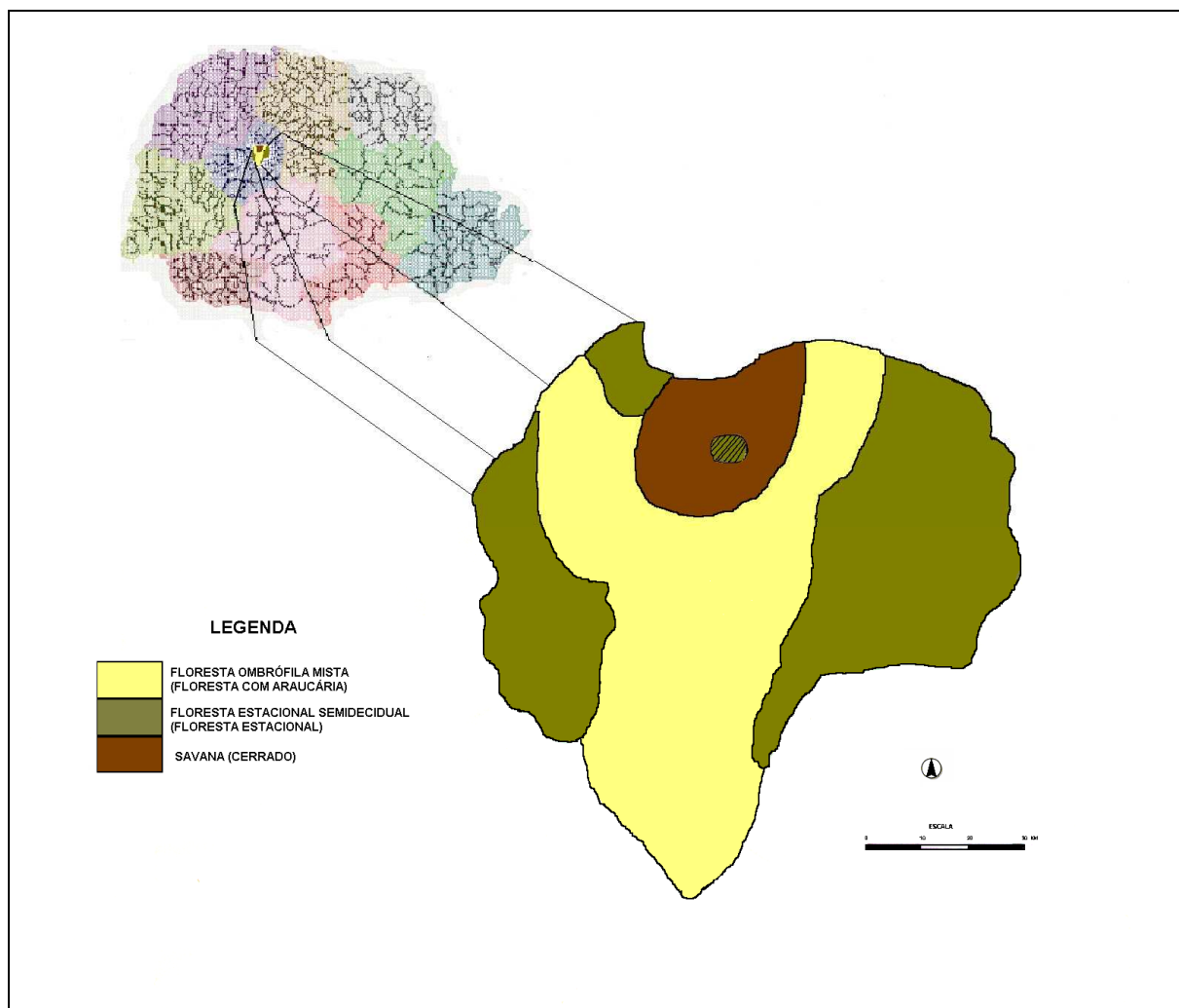


Figura 11 – Cobertura Vegetal 1950
 Fonte: IPARDES (2003) Adaptado pela autora.

Na figura, verifica-se a posição de Campo Mourão no Estado do Paraná, com destaque à cobertura vegetal que, na década de 1950, formava-se por uma área de 102 km² de campos cerrados (Foto 6), constituindo uma relíquia do Quaternário Antigo, situado a 629 metros s.n.m., na zona limítrofe entre a mata de araucária e a mata pluvial-tropical⁷⁹.

⁷⁹ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. p. 269.



Foto 6 - Cerrado: Típica vegetação de campos, do município, que inspirou a origem do nome de Campo Mourão.

Fonte: Acervo particular de João José Bigarella.

Atualmente, no município de Campo Mourão, a área de cerrado se reduz a 13.318m². Para a preservação do cerrado, professores e alunos do Departamento de Geografia da FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, reivindicaram a criação da Estação Ecológica do Cerrado, inaugurada no ano de 1993 com o intuito de preservar e oferecer “serviços em favor do desenvolvimento científico e para o aprimoramento intelectual do ser humano”.⁸⁰

⁸⁰ Dados obtidos na Estação ecológica do cerrado.

Mas, além da vegetação do cerrado, cabe destacar algumas espécies arbóreas existentes na região, como: cedro (*Cedrela fissilis* e *Cedrela sp*), canela (*Nectandra sp*, *Laurus sassafras*), imbuía (*Ocotea porosa*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), peroba (*Aspidosperma*), o pinheiro (*Araucária angustifolia*), entre outras.

Mas quase toda essa riqueza florestal foi retirada para abastecimento da indústria madeireira. A forma como foi derrubada a maioria das árvores de Campo Mourão está na foto 7, que realça também a espessura e o tamanho das árvores que existiam na região.

A extração, o aproveitamento e a comercialização das reservas florestais motivaram a chegada na região mourãoense de um contingente populacional originário de outras regiões do Paraná e de outros estados do sul do Brasil. Essa população era composta notadamente de gaúchos, com experiência na extração madeireira paranaense⁸¹.

⁸¹Informações obtidas em entrevistas realizadas com pioneiros e jornais informativos sobre Campo Mourão.



Foto 7 – Retirada de árvores, do meio da mata mourãoense.
Fonte: VEIGA, (1999, p. 104).

Essa experiência foi adquirida inicialmente por meio da extração da madeira do litoral, que segundo Lavallo⁸², foi a primeira a ser retirada, em virtude da dificuldade de comunicação com o planalto. Com o advento da ligação ferroviária com o planalto, abrem-se novas oportunidades de exploração madeireira: “As serrarias passaram, no século XX, a se concentrar no centro-sul paranaense, deslocando-se para oeste, à medida que se esgotavam as reservas de pinho mais próximas das ferrovias”.

O deslocamento do processo de extração madeireira proporcionou um impulso no desenvolvimento sócio-econômico, caracterizando a região de Campo Mourão como centro exportador de pinho, formado por várias madeiras.⁸³ A atividade madeireira, de acordo com Wachowicz,⁸⁴ caracterizava-se como sendo:

[...] a serraria uma atividade nômade, não se integra na região em que está estabelecida. Esgotada a floresta, a serraria é transferida para outro lugar e forma, em torno de si, um núcleo populacional característico, com dezenas de casas para operários, mercado, farmácia etc, tudo pertencendo à companhia exploradora.

Apesar da atividade extrativista madeireira ser caracterizada como nômade, no caso de Campo Mourão, grande parte da população que chegou à região para a exploração fixou residência. Esse fato ocorreu em virtude do deslocamento madeireiro paranaense já ter ocorrido, retirando a madeira do primeiro e segundo planalto, restando o terceiro planalto onde se localiza Campo Mourão. Dessa forma,

⁸² LAVALLO, Aída Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981. p. 13

⁸³ CAMPO MOURÃO, Prefeitura municipal. **Campo Mourão: no seu 20º aniversário - 10 de outubro de 1967**. Material promocional.

⁸⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 210 a 211.

com o esgotamento das madeiras e também com a valorização das terras do município que passam a produzir lavouras de mercado, os madeireiros estimulados com a nova fonte de renda, obtida agora pela produção agrícola, fixam residência no município⁸⁵.

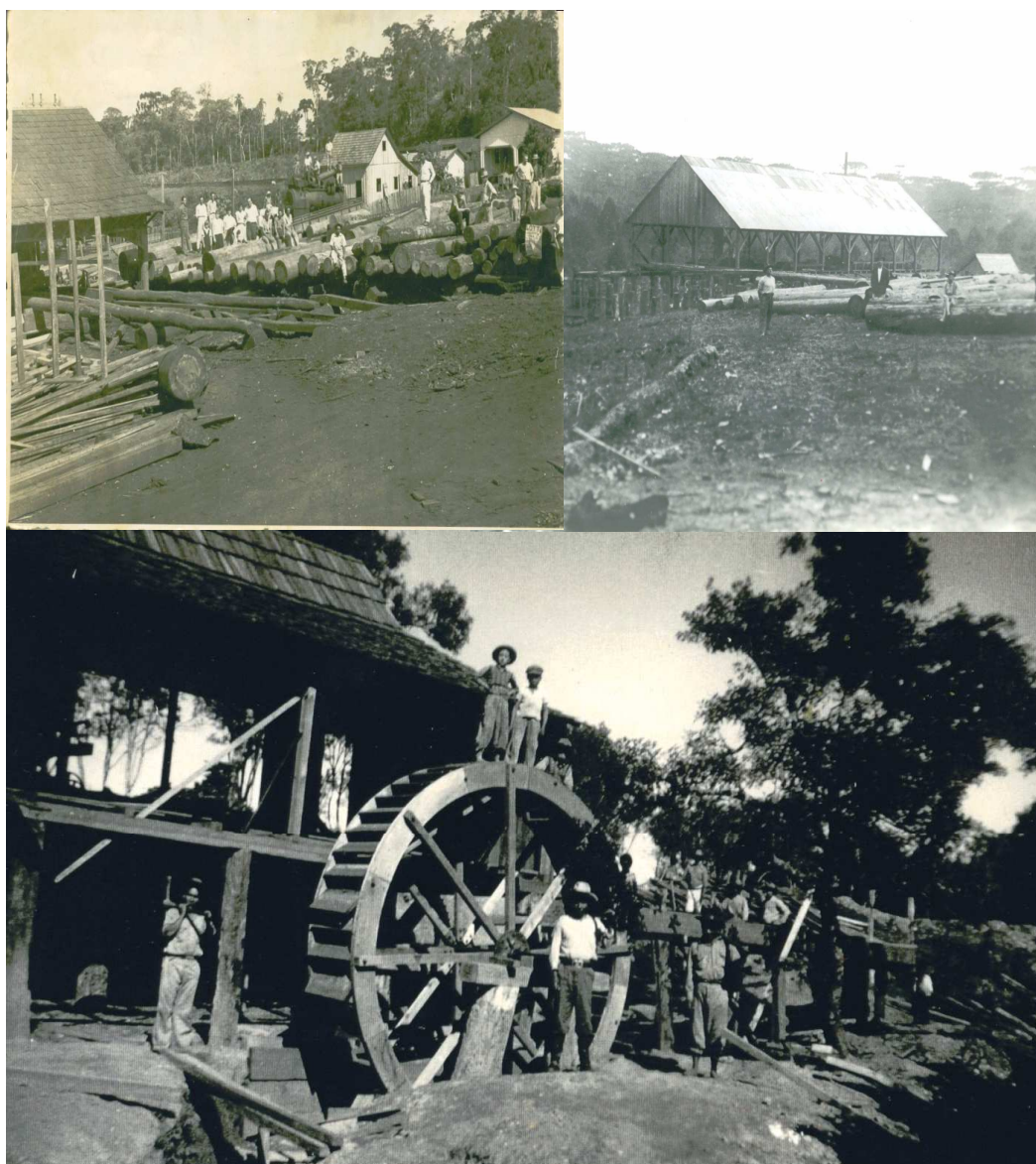


Foto 8 - Serraria Carollo: Roda d' água utilizada para o seu funcionamento.
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

⁸⁵ Informações obtidas em livros de memórias de famílias de pioneiros e em entrevistas.

Cabe ressaltar que os pioneiros da indústria madeireira mourãoense foram Belim Carollo, João Batista e Bruno Gehring, que instalaram a primeira serraria do futuro município, movida à roda d' água (Foto 8). A serraria foi implantada tendo como objetivo primeiramente abastecer o comércio local, fabricando as tábuas para as construções das primeiras casas de Campo Mourão. Da mesma forma como as outras unidades de beneficiamento, a serraria de Belim Carollo passou a atender outros mercados quando o consumo local da madeira se estabilizou.⁸⁶

A madeira produzida na região de Campo Mourão era transportada por rodovias até atingir os pontos de embarque da rede ferroviária. O transporte madeireiro até a ferrovia era, de começo, predominantemente feito por carroções e posteriormente por caminhões (Foto 9).

O problema no transporte se fixava na demora e preço do frete, mas com a abertura de novas rodovias no interior do Paraná e aumento do número de caminhões, verificou-se melhoria no transporte das madeiras, com maior rapidez e redução dos custos do frete. Nesse sentido, Lavallo⁸⁷ complementa:

A desvantagem do transporte ferroviário evidenciava-se pela diferença de frete, que era mais baixo pela rodovia, e também pelo tempo de percurso, levando os caminhões dois dias para efetuar a viagem, enquanto que por ferrovia o tempo de percurso era de cinco a seis dias. Os tipos de madeira carregados, preferencialmente, pelos caminhões eram os que apresentavam grau mais elevado de industrialização, cuja exposição às intempéries, na longa espera do carregamento ferroviário, seria totalmente prejudicial ao produto.

⁸⁶ CAMPO MOURÃO, Prefeitura municipal. **Campo Mourão**: no seu 20º aniversário 10 de outubro de 1967. Material promocional.

⁸⁷ LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.p. 56.



Foto 9 – Caminhão utilizado para transportar a madeira.
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Mas, apesar das dificuldades no transporte da madeira, essa atividade extrativa alcançava lucratividade elevada, o que contribuiu para o crescimento econômico. Campo Mourão chegou a possuir, até meados da década de 1960, um número de 52 serrarias, e também várias indústrias de transformação, conforme transcrito no Plano Diretor de Desenvolvimento local Integrado de Campo Mourão⁸⁸:

A madeira é a principal fonte de renda do município, constituída por pinho e madeira de lei em geral. A reserva florestal do município é de: 43% da área total. As diversas serrarias produzem principalmente tábuas e vigamento. Utilizam-se desta matéria duas fábricas de pasta mecânica e papelão [...]. Trabalham ainda com madeira 14 indústrias de transformação, produzindo móveis, esquadrias, cabo de vassoura e artefatos diversos contribuindo com uma boa parte no movimento financeiro do município.

No contexto madeireiro é importante considerar, além dos aspectos econômicos, os aspectos naturais, notadamente as conseqüências geradas pela ação do homem na natureza. Nesse sentido, uma entrevista realizada⁸⁹ com o senhor Getúlio Ferrari revelou fatores importantes sobre a mentalidade dos pioneiros com relação à preservação da natureza.

A vinda desse pioneiro para a região foi motivada pela exploração madeireira, que constituía um dos atrativos utilizado pelo governo para a exploração do interior paranaense. As madeiras eram de excelente qualidade, com grande disponibilidade regional. Para efeito de visualização, a foto 10 mostra a serraria de beneficiamento da madeira do senhor Getulio, destacando o tamanho das toras como indicativo da importância da indústria madeireira para a região.

⁸⁸ CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão, Abril 1969. p. 10.

⁸⁹ Entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2003, com Getulio Ferrari, descendente de italiano, que veio do Rio Grande do Sul para Campo Mourão juntamente com sua família no ano de 1951.



Foto 10 - Serraria de beneficiamento da madeira: destaque para o comprimento das toras.
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Quando Ferrari chegou a Campo Mourão juntamente, com sua família, haviam somente algumas casas e a principal atividade econômica centrava-se na exploração da madeira. Segundo este pioneiro “a extração da madeira foi o que realmente impulsionou o progresso na região, que se desenvolveu inicialmente através dos investimentos de alguns representantes madeireiros”.

O interesse econômico dos pioneiros no período da extração madeireira, conforme foi ressaltado por Ferrari, diz respeito à propriedade de terra. Segundo ele, nessa época ter terra no entorno do núcleo urbano de Campo Mourão não era importante, gerando encargos e despesas. O relevo era aplainado, mas a terra não servia para a

produção agrícola, em virtude de o solo possuir elevada taxa de acidez; paralelamente, haviam terras bastante movimentadas na região que produziam muito bem, valendo mais que as terras do município de Campo Mourão.

O pouco valor da terra no período madeireiro, de acordo com o senhor Ferrari, contribuiu para que a mentalidade dos pioneiros e também dos governantes não priorizasse a preservação, já que o “progresso” era obtido pela retirada da mata. Dessa forma, na construção e organização espacial se fazia necessária a apropriação da natureza, uma vez que se precisava de recursos financeiros e também de espaço para a estruturação e ocupação da região.

Sobre a existência de medidas de preservação da natureza no período madeireiro, Ferrari salientou que não tinha conhecimento, já que nesse momento os estímulos governamentais eram voltados para a retirada da madeira, isto até final da década de 1960. Posteriormente à década de 1960, o governo passou a estimular o reflorestamento: “Quem reflorestasse tinha um incentivo fiscal, no qual poderia descontar parte no imposto de renda”.

Por ser um representante do setor madeireiro, era interessante para ele reflorestar, uma vez que dependia da madeira, mas nem todos adotavam esta medida, já que a terra, após a implantação da modernização agrícola, passou a ser valorizada, com uso voltado para a plantação das lavouras comerciais. O Estado, no entanto, passa a desenvolver uma política de estímulo a reflorestamentos tendo em vista a manutenção da economia madeireira. Como estratégia, além de financiamentos

subsidiados aos industriais do setor, o Estado liberava áreas de terra devoluta para serem adquiridas pelos donos de serrarias.

Com essa estratégia do governo, as terras que foram adquiridas para o reflorestamento, por vários representantes madeireiros segundo Ferrari “foi o que proporcionou a sustentação para a permanência da maioria dos representantes madeireiros em Campo Mourão”.

Com o título da terra e o estabelecimento do processo de modernização agrícola, pôde-se investir na recuperação do solo para a plantação das novas lavouras comerciais que foram implantadas no município a partir da década de 1970, em especial a de soja e trigo, com as quais se desencadeou, na região, uma nova atividade econômica, paralela ao final da fase madeireira.

Com base na entrevista de Ferrari sobre o período madeireiro, é importante salientar a realização pessoal demonstrada por esse pioneiro: “Todo meu investimento financeiro priorizou o crescimento econômico da região, uma vez que deixei de investir em outras localidades para investir em Campo Mourão”. Esse senhor e seus familiares continuam residindo em Campo Mourão, dessa forma cabe ainda a explanação de sua vivência como agricultor após a década de 1970, período em que ocorre uma modificação fundiária propiciada pela implementação da modernização agrícola.

Importa salientar que, juntamente com a extração madeireira, explorava-se também, na região, outros recursos naturais, como a argila, a erva-mate e a rocha para construção civil. A exploração desses recursos servia como complementação ou fonte de renda para muitos moradores da região, que não se dedicavam à exploração da madeira.

A argila foi encontrada em grande quantidade em vários pontos do município e servia como matéria prima de qualidade regular, aproveitada nas indústrias oleiras, para a fabricação de telhas e tijolos. Na extração dessa matéria, eram utilizados métodos tradicionais de escavação, com produção voltada para o suprimento do consumo interno e demanda dos municípios vizinhos.

Também se extraía, em Campo Mourão, a rocha basáltica e, posteriormente fazia-se o britamento, transformando a rocha em brita que era utilizada especialmente nas fundações das construções civis.

Com relação ao processo de exploração da erva-mate, era semi-elaborado no próprio local e consistia no “sapecar das folhas”; isto significa expor levemente as folhas ao calor para retirar a umidade. Em seguida, essas folhas eram ensacadas para a comercialização.

Nessa fase de apropriação natural, destacados os principais recursos explorados na região de Campo Mourão, ainda não havia preocupação com a preservação ambiental, considerando que não existiam procedimentos, nem técnicas para

amenizar os impactos na natureza, sobretudo porque os recursos a serem explorados eram abundantes.

Em virtude da grande exploração, em pouco tempo diminuíram as reservas de recursos naturais. Sobre essa discussão, vários profissionais da imprensa veicularam notícias em jornais, denunciando a problemática, tentando encontrar soluções para amenizar os impactos causados pela intensa exploração natural.

Uma crítica a essa problemática está presente na denúncia publicada em 1962 pelo jornalista Eloy Maciel, que elaborou uma previsão bastante preocupante. Segundo Maciel,⁹⁰ “até 1980 desaparecerão os pinheiros da região, se não houver uma intervenção governamental”, já que:

[...] o pinheiro no ritmo como vem sendo abatido terá de ter fim brevemente, os responsáveis pelo bem estar das gerações futuras e pela própria estrutura econômica do país, têm-se mantido de braços cruzados, à espera da eclosão de uma crise que poderá desencadear-se no Brasil com a escassez das reservas madeireiras do nosso território, cuja devastação de selvas, quer para fins comerciais com a extração da própria madeira, quer para fazer desaparecer a madeira consumida pelo fogo das queimadas para dar lugar à lavoura, aumenta de ano para ano, e as constantes nudez com que o solo vem sendo exposto, será um fator que poderá determinar a criação, a formação de desertos, ou de terras insólitas.

Aparentemente, a previsão de Maciel é bastante trágica, notadamente com relação à formação de desertos na região, mas não deixa de ter fundamento. Hoje é um fato

⁹⁰ MACIEL, Eloy. **Texto elucidativo**: coisas da cidade, 1962. Texto apostilado.

verídico, o esgotamento das reservas de pinheiros, restando somente no município alguns exemplares dessa espécie. Segundo Wachowicz⁹¹ :

A serraria deixa, por onde passa, uma região devastada, sem ter contribuído para a fixação duradoura da população [...]. Calculava-se, em 1920, que no Paraná teria reservas florestais de pinheiros para 370 anos [...]. A falta de mentalidade bem formada da população provocou, em poucos anos, o esgotamento das reservas.

Dessa forma, considerando o esgotamento das reservas florestais, é preciso repensar sobre o que vem a ser “desenvolvimento”, que tanto o homem tem buscado. Para a compreensão dessa problemática, a definição elaborada por Camargo⁹² serve como contribuição:

O desenvolvimento é um conceito que está tão incutido no pensamento ocidental que é tomado quase como uma lei da natureza. O desenvolvimento tradicional usa os recursos humanos, os recursos financeiros, a infra-estrutura e os recursos naturais, comprometido com a idéia de lucro gerador do progresso. Faz crescer a produção na certeza de que isso trará o bem estar coletivo [...]. O desenvolvimento que conhecemos, no entanto, é questionável, uma vez que atende às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda destrói ou degenera sua base de recursos. Também é discutível se o processo produtivo estaria primordialmente e realmente interessado no bem-estar coletivo.

Em concordância com Camargo, cabe observar que toda ação humana é condicionada por fatores que geram uma organização, ou seja, a intervenção na natureza é necessária. Nesse sentido, o homem interage sobre a natureza visando sua sobrevivência, mas é obvio que essa interação precisa adotar medidas para não esgotar os recursos naturais versando sobre o bem coletivo.

⁹¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.211.

⁹² CAMARGO, Ana Luiza do Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campina, SP: Papirus, 2003. p. 29. (Coleção Papirus educação).

De uma forma ou de outra, o período madeireiro constituiu uma parte fundamental na organização da região, que se capitalizou pela comercialização da madeira. A extração madeireira, sendo base para o crescimento econômico, gerou impactos considerando que a exploração não foi orientada por legislação específica para o meio ambiente e ainda não havia entre os pioneiros uma mentalidade de preservação.

3.2 Os primeiros mecanismos de acesso à terra

A terra é um bem natural. [...] como costumam dizer que “a terra é uma dádiva de Deus por isso é de todos. [...] É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflitos com os pressupostos da propriedade capitalista. [...] Mas é preciso não esquecer que a lei brasileira reconhece preferencialmente a legitimidade do regime dominante de propriedade, entrando em conflito com os modos populares de conceber a relação de trabalho do homem com a terra. Quando há conflitos, prevalece na decisão, sempre, esse direito.⁹³ (grifos nossos)

De modo geral, o processo de ocupação das terras agrícolas de Campo Mourão pode ser dividido em quatro momentos distintos:

- O primeiro momento envolveu o deslocamento de aventureiros em busca de recursos naturais para exploração, sendo mais evidente a partir do século XVI.
- O segundo momento ocorre a partir do registro de uma pequena área de terra concedida pelo Estado no ano de 1893, para fazendeiros e elementos guarapuavanos que pretendiam ocupar a região, o que vai sustentar as primeiras

⁹³ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 56 – 60.

ocupação a partir de 1900 com a chegada de algumas famílias de desbravadores a Campo Mourão.

- O terceiro momento se processa entre o final da década de 1930 e início da década de 1940, com a abertura da estrada de Maringá até a divisa do rio Ivaí, propiciando a ocupação efetiva de Campo Mourão, por imigrantes vindos em sua maioria da região Norte do Paraná, Estado do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.

- O quarto momento é marcado pela implementação da modernização da agricultura após a década de 1970, quando ocorre uma reestruturação dos modos de produção e estrutura fundiária.

A análise sucinta dos quatro momentos compõe traços da geohistória regional mourãoense; mas, inserida na análise, sobressai a problemática relacionada com a luta pelo direito a terra. Essa luta tem como marco o ano de 1939, quando o governo, preocupado com a ocupação desordenada do grande contingente populacional na região de Campo Mourão, inicia os serviços de colonização das terras devolutas, demarcando as terras, planejando uma sede urbana tendo ao entorno os lotes rurais, com área variando entre 10 a 200 hectares dependendo da gleba, sendo a maioria dos lotes superior a 50 hectares⁹⁴. Dentro desse contexto, Bernardes complementa:

Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e na do Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. São estas colônias constituídas por numerosas glebas

⁹⁴ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 18-19, 1953.

cuja áreas, salvo algumas exceções, variam entre 5 000 e 10 000 hectares.

De modo geral, os trabalhos de demarcação elaborados por meio do Departamento de Geografia Terras e Colonização (D.G.T.C) e pela 8ª Inspetoria de Terras, até agosto de 1949, serviram para mapear as terras patrimoniais de Campo Mourão em colônias agrícolas, estabelecida a seguinte situação (Tabela 2):

Tabela 2 - Colônias agrícolas de Campo Mourão.

Colônias	nº de glebas	Demarcadas	Em demarcação
Manuel Ribas	5	5	-----
Mourão	15	15	-----
Piquiri	19	6	3
Cantu.	13	3	-----
Goio-Bang	10	1	-----
Goio-Erê	29	-----	4
Muquidão	19	-----	-----

Fonte: BERNARDES (1953, p. 18). Adaptada pela autora.

Concluído o processo de medição das terras, foram demarcadas as glebas de cada colônia (Figura 12), sendo publicados no Diário Oficial do Estado, editais, fazendo referência à área medida, propiciando a oportunidade a eventuais oponentes

Mapa detalhado do município de Curitiba, apresentando a divisão territorial em setores censitários numerados e nomeados. O mapa inclui o rio Pinheiros, o rio Itaipó, o rio Mourão e o rio Piquiri. Áreas como a Companhia Melhoria Norte do Paraná, o Aeroporto de Curitiba, o Parque da Pólis e o Parque da Cidadania são também indicadas. Uma escala gráfica (0 a 40 km) e uma seta indicadora de direção (Norte) estão presentes na parte inferior esquerda.

Fonte: INCRA. Conjunto das Colônias da faixa de fronteira. Adaptado por Gisele Ramos Onofre

Ao término da primeira fase, o DGTC elabora a proposta de colonização, encaminhada para decisão do governador do Estado. Após a publicação da decisão do governador, o DGTC atende os requerimentos de compra de terras.

A comercialização da terra, segundo Soriano,⁹⁵ efetuou-se rapidamente, desencadeando durante o processo de transferência conflitos entre posseiros, grileiros, pequenos proprietários e grandes proprietários, sendo a terra vendida:

Com preço significativo no mercado, [...] pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. e Companhia de Melhoramento Norte do Paraná. Em maior escala, pelo governo do Estado, por meio do Departamento de Geografia e Terras e colonização e da 8ª Inspetoria de Terras, conforme o plano de colonização em desenvolvimento. (grifos nossos)

A área total comercializada de Campo Mourão foi de 170.980,8621 hectares, sendo áreas que compunham a Colônia Mourão, subdividida em 23 glebas, assim dispostas⁹⁶:

1- Colônia Mourão Gleba nº 1 – 1ª Parte

Área: 5.510,6473 ha

Processo de Medição nº 2.712

Sentença: 24.4.1950

2- Colônia Mourão Gleba nº 1 – 2ª Parte

⁹⁵ SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência**: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002. p. 17.

⁹⁶ Informações obtidas em documentos do ITCF de 1959.

Área: 10.211,6123ha

Processo de Medição nº 3.750

Sentença: 10.8.1959

3- Colônia Mourão Gleba nº 1 – 3ª Parte

Área: 2.419,0283 ha

Processo de Medição nº 3.400

Sentença: 23.9.1954

4- Colônia Mourão Gleba nº 2

Área: 13.316,90 ha

Processo de Medição nº 2.726

Sentença: 31.8.1950

5- Colônia Mourão Gleba nº 3

Área: 12.544,6405ha

Processo de Medição nº 782

Sentença: 20.8.1947

6- Colônia Mourão Gleba nº 4 – 1ª Parte

Área: 4.946,8415 ha

Processo de Medição nº 2.296

Sentença: 28.3.1949

7- Colônia Mourão Gleba nº 4 – 2ª Parte

Área: 5.285,5178 ha

Processo de Medição nº 2.431

Sentença: 14.7.1949

8- Colônia Mourão Gleba nº 5

Área: 9.496,5000 ha

Processo de Medição nº 783

Sentença: 30.4.1941

9- Colônia Mourão Gleba nº 5 (Patrimônio Araruna)

Área: 27,0021ha

Processo de Medição nº 3.699

Sentença: 13.12.1949

10- Colônia Mourão Gleba nº 6 – 1ª Parte

Área: 8.517,8000 ha

Processo de Medição nº 2.524

Sentença: 30.11.1949

11- Colônia Mourão Gleba nº 6 – 2ª Parte

Área: 6.651,8430 ha

Processo de Medição nº 2.531

Sentença: 27.2.1950

12- Colônia Mourão Gleba nº 7

Área: 10.000,7799 ha

Processo de Medição nº 784

Sentença: 30.9.1943

13- Colônia Mourão Gleba nº 8

Área: 20.336,0108 ha

Processos Individuais (Tratos isolados)

Cada processo uma sentença

14- Colônia Mourão Gleba nº 9

Área: 12.569,50 ha

Processo de Medição nº 785

Sentença: 31.7.1942

15- Colônia Mourão Gleba nº 10 - 1ª Parte

Área: 5.450,5339 ha

Processos Individuais (Tratos isolados)

Cada processo uma sentença

16- Colônia Mourão Gleba nº 10 – 2ª Parte

Área: 3.448,5850 ha

Processo de Medição nº 2.912

Sentença: 11.12.1950

17- Colônia Mourão Gleba nº 11

Área: 8.096,7626 ha

Processo de Medição nº 786

Sentença: 12.11. 1942

18- Colônia Mourão Gleba nº 12 - 1ª Parte

Área: 6.813,6371 ha

Processo de Medição nº 2.973

Sentença: 12.1.1951

19- Colônia Mourão Gleba nº 12 – 2ª Parte

Área: 2.660,3800 ha

Processo de Medição nº 2.944

Sentença: 30.12.1950

20- Colônia Mourão Gleba nº 12 – 3ª Parte

Área: 2.600,5400 ha

Processo de Medição nº 2.766

Sentença: 26.5.1950

21- Colônia Mourão Gleba nº 13 – 1ª Parte

Área: 4.747,0000 ha

Processo de Medição nº 2.010

Sentença: 20.8.1947

22- Colônia Mourão Gleba nº 13 – 2ª Parte

Área: 6.052,0000 ha

Processo de Medição nº 2.010

Sentença: 20.8.1947

23- Colônia Mourão Gleba nº 15

Área: 9.276,8000 ha

Processo de Medição nº 2.822

Sentença: 24.10.1950

Como exemplo da repartição dos lotes de terra, a planta da gleba nº 11 (Figura 13) representa uma área pertencente à colônia Mourão. Todavia, a configuração da repartição dos lotes não obedecia a uma padronização em seu corte, em parte, como já salientado, em consequência do povoamento espontâneo que tinha se iniciado na região⁹⁷ e também por causa das áreas recobertas de matas onde o povoamento não havia avançado, sendo a repartição elaborada sem a preocupação com os moradores do local, como é o caso da gleba nº 11.

Durante o processo de regulamentação sustentado pela colonização oficial, ou seja, a realizada diretamente pelo próprio Estado, ocorre a eclosão de uma série de conflitos pela posse da terra. Esses conflitos foram entre posseiros, pequenos

⁹⁷ Não se colocou outras Plantas de glebas da colônia Mourão, especificamente com relação as que tiveram ocupação espontânea, em virtude do fato de que atualmente nenhuma planta de gleba da colônia pode ser liberada para a publicação (informações obtidas na SEMA com representantes do antigo ITCF).

proprietários e grileiros, sendo as fraudes um recurso muito usado para a ocupação das glebas. Sobre esses conflitos Westphalen et al⁹⁸ assinala que:

Problemas de terras são registrados, em 1948, em Campo Mourão, onde grossas negociatas contra pequenos lavradores, estariam sendo realizadas. Haviam sido abertas as glebas de Paranavaí e Campo Mourão, mas os moradores das zonas próximas que anseiam por um pedaço de terra, são preteridos nas suas expectativas de aquisição, pelo critério do **pistolão**. Bandoleiros atiram contra sitiante.

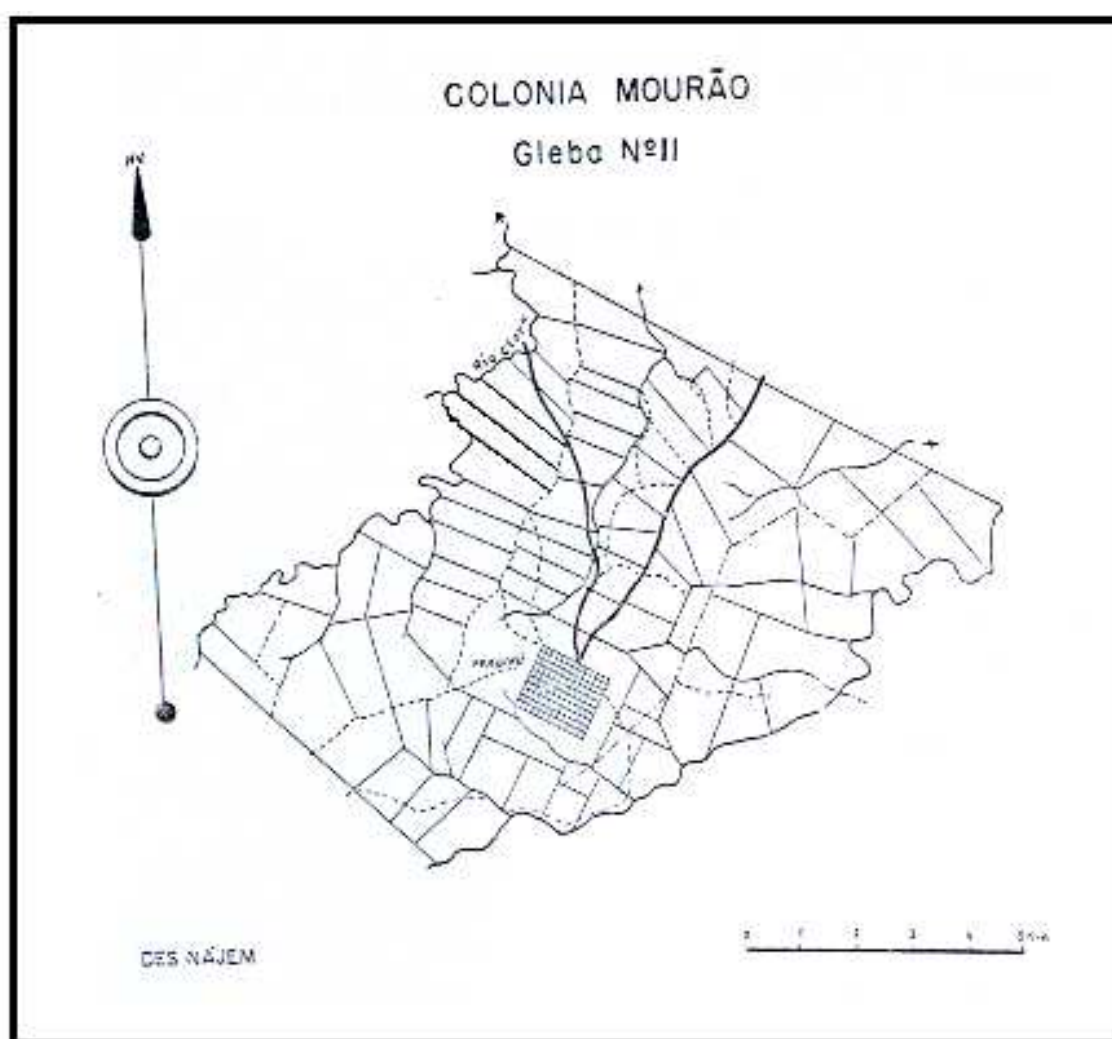


Figura 13 - Planta da gleba nº 11 da colônia Mourão
Fonte: BERNARDES (1953,p.22).

⁹⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7 p. 1-51, 1968. p.25.

Para tentar controlar esses conflitos, o Estado, em 26 de outubro de 1951, edita Decreto lei (3.060) para ser cumprido por meio do D.G.T.C, que inibe a ocupação desordenada e irregular da terra. Sobre a importância desse decreto, assinado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Valderi Santos⁹⁹ elaborou as seguintes considerações:

Os conflitos mais sérios pela posse de terras no Estado e as fraudes, recursos muito usado para a ocupação de glebas devolutas, sofreram o primeiro impacto, com a assinatura do Decreto 3.060 de 26 de outubro de 1951, pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Os ocupantes irregulares foram surpreendidos, a reação veio logo, mas precisaram conformar-se com as novas medidas. O novo regulamento inibiu também levas de especuladores chegados de outros Estados. [...] O decreto Estadual de 26 de outubro de 1951, foi o caminho inicial para a ocupação legal das terras do então Campo de Mourão, depois município de Campo Mourão, uma enorme extensão de solo fértil e cobiçado.

Em cumprimento ao Decreto Estadual, a maioria da população mais pobre desta região foi expulsa dos lotes que ocupavam. Mas muitos posseiros que tinham condições de registrar a terra e pagar pequenas parcelas por mês ao Estado, “tiveram a sorte” de se tornarem proprietários das glebas que haviam ocupado, quando conseguiam provar que moravam há bastante tempo e cultivavam na propriedade¹⁰⁰.

Na condição de morador da terra, o senhor Ananias Luiz Pereira requereu do Estado 703,6 alqueires de terras, obtendo o título de posse da chamada fazenda Campo

⁹⁹SANTOS, Valderi. **Formação histórica do território da Microrregião de Campo Mourão**: a origem de seus 24 municípios. Curitiba: CompuArt's, 1995. p. 75 e 79.

¹⁰⁰ Ibid.

Bandeira. De acordo com Lara, um descendente da família Pereira,¹⁰¹ a fazenda ficava ao lado direito do rio do Campo, possuindo uma faixa de pinheiros naturais, uma mata com palmitos e uma pequena área de cerrado e, em seguida, a terra de cultura. O mato foi sendo derrubado aos poucos para a plantação de lavoura de subsistência com a venda de excedentes como fonte de rendimento. Além da lavoura de subsistência, criavam-se porcos e gado para complementação de renda.

Mas os rendimentos obtidos com o trabalho na terra eram poucos e, no ano de 1940, esse pioneiro precisou vender sua propriedade para o senhor Georges Jort, por não conseguir pagar as prestações da terra para o governo. O título (Figura 14) da propriedade saiu ainda em seu nome, sendo escriturado em seguida ao novo proprietário.

Apesar do senhor Ananias ter obtido o título da sua terra, outros pioneiros como o caso do senhor José Luiz Pereira considerado um dos primeiros a fixar residência no município, cultivando a terra e criando gado, não conseguiram registrar a posse de propriedade da terra.

Segundo entrevista com seu neto Eurides Pereira¹⁰² a dificuldade de registrar a terra era arrumar dinheiro para ir a cavalo até Curitiba. Depois de registrada a terra, o proprietário teria que pagar uma pequena taxa mensal para o governo. Mas as

¹⁰¹ LARA, João Maria de. **Campo Mourão - 100 anos do desbravamento (1903-2003)**: uma homenagem a família Pereira. Campo Mourão: Kromoset, 2003. p. 78.

¹⁰² Entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2003, na qual o pioneiro destacou aspectos da ocupação de Campo Mourão.

dificuldades financeiras eram tantas que meu avô não tinha dinheiro nem para pagar os custos da viagem.

ESTADO DO PARANÁ



TITULO DE DOMINIO PLENO DE TERRAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

FAZ SABER que tendo sido aprovado por sentença administrativa proferida em 4 de Outubro de 1929, o processamento de COMPRA DE TERRAS DEVOLUTAS DE DOMINIO DO ESTADO requerida por Ananias Luiz Pereira denominadas Campo Mourão situadas no lugar Distrito de Campo Mourão no município de Guarapuava contendo a área de doze mil e seis mil e oitocentas e cinquenta metros quadrados (12.650 m²) limitando-se ao norte pelo rio do Campo, uma linha e linhas retas com terras das Egrs. Luiz Pereira da Cruz, terras do Estado e do Sr. Súdicio Luiz Pereira, ao sul por uma linha reta e o rio do Campo com terras de Miguel Custódio de Oliveira, a leste por linhas retas com terras do Sr. Súdicio de Oliveira e, a oeste pelo rio do Campo com terras de Luiz Pereira da Cruz.

e em vista de prova do pagamento de todos os emolumentos devidos ao tesouro estadual e atendendo ao que dos mesmos autos consta, declara: Ananias Luiz Pereira.

intestido... do direito da propriedade sobre o terreno descrito, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor.

Para firmeza, mandou expedir pelo Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, o presente «TITULO DE DOMINIO PLENO DE TERRAS» que assina e vai subscrito pelo respectivo Secretário de Estado.

PALACIO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em CURITIBA 31 de Julho de 1940


Governador do Estado


Secretário de Estado

Figura 14 - Título concedido pelo governo do estado do Paraná, em 04 de outubro de 1929 para o senhor Ananias Luiz Pereira
Fonte: Lara (2003 p. 79).

Decepcionado por não conseguir o título da terra e em virtude da morte de sua esposa, José Luiz Pereira mudou-se de Campo Mourão, deixando sua família. Mas, apesar do avô não ter conseguido terra, o senhor Eurides relatou que ajudou um agrimensor a medir fazendas em Campo Mourão, e como pagamento ganhou o direito de 200 hectares de terra, a qual pagou por mês, durante vários anos e registrou ao término das prestações.

Na regularização da posse da terra havia ainda as grandes empresas madeireiras, os grandes fazendeiros que requeriam a terra concorrendo com o pequeno produtor rural. Dessa situação, Soriano¹⁰³ salienta que:

Não era apenas o pequeno produtor agrícola com poucas economias que concorria aos lotes, também entre os requerentes se encontravam as empresas madeireiras fazendeiros e os próprios trabalhadores rurais pobres, posseiros que mantinham seus pequenos ranchos cultivados e produzindo frutos. Eles se apresentavam como requerentes com o intuito de regularizar a posse e, seguidamente, solicitar a vistoria para poder pagar as parcelas do título de domínio.

Geralmente a terra era adquirida por quem tinha dinheiro, não só para ir até Curitiba efetuar o registro, mas também para pagar as prestações mensais ao Estado. Muitos registraram terras onde residiam trabalhadores rurais e sendo possuidores do título de posse, impetravam ações judiciais contra as famílias sob a acusação de invasão e espoliação de propriedade, geralmente com causa ganha da ação na justiça. Assim foram arrolados inúmeros processos judiciais em Campo Mourão após 1946. Das

¹⁰³ SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência:** a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002. p. 81.

lutas judiciais cabe salientar as considerações de Soriano¹⁰⁴ sobre a ação da D.G.T.C. na qual:

[...] de um lado, os trabalhos empreendidos pelo órgão estatal D.G.T.C. na capital do Estado e a 8ª Inspetoria de Terras favoreceram para agilizar os trabalhos de colonização oficial em Campo Mourão, por outro, perfilhou-se uma emaranhada burocracia, alicerçada ora pela condescendência dos funcionários públicos para com um tipo de requerente, os grileiros, ora pela própria ineficácia da administração que expedia indiscriminadamente títulos de domínios, ora pelas mudanças intempestivas das demarcações das glebas. As conseqüências dessas ações geraram conflitos de terras, quase sempre, os trabalhadores rurais perdiam seus direitos às concessões de terras e sua esperança de se tornarem proprietários.

Outra forma de expulsar os agricultores da propriedade era por meio de ameaças de mortes e assassinatos. Vários jornais locais registraram a ocorrência da violência ocorrida no município de Campo Mourão. Essa violência ocorria “via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício”.¹⁰⁵

Os casos registrados de violência foram muitos. Segundo Francisco Irineu Brezezinski¹⁰⁶, a violência chegou ao extremo de forçar a desocupação das terras pela expulsão do posseiro, quando muitas pessoas foram mortas e atiradas aos rios:

As vistorias dadas pelos senhores inspetores, prevaleciam, e com isso, muitos se enriqueceram, obtendo vantagens em prejuízo de tantos, esbulhando-os, desalojando de seus ranchos, quantas e quantas vítimas foram feitas, quantas e quantas pessoas atiradas em rios, quantos ranchos queimados, quantas mães de família a chorar, quantos e quantos pais de famílias mortos, quantos e quantos entes desabrigados, quantas e quantas desumanidades. E, quantos e quantos posseiros, também, que passaram a ter uma atividade só, a de vender posses e mais posses.

¹⁰⁴ SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)**. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002. p. 81- 82.

¹⁰⁵ WESTPHALEN, op. cit., 1968. p. 26.

¹⁰⁶ BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital**. Curitiba: Juruá, 1975. p. 108.

A violência deste período de lutas no campo marcou Campo Mourão, caracterizando esta localidade como um “lugar violento”. A polícia, após os inúmeros incidentes de mortes, agia constantemente procurando a jagunçada. A ação da polícia, em virtude dos conflitos chegou a ser agressiva e impositiva contra pessoas desconhecida na cidade, como retrata o registro da entrevista de Luiz Vaz Fernandes¹⁰⁷:

Chegamos em Campo Mourão, no Paraná. Naquele tempo a polícia era chamada de captura, era severa. Esbarrou com nós e levou para delegacia, porque as pessoas que vinha daquele lado que nós viemos era tudo jagunço. Nós contamos o caso, mas não adiantou nada. Mas Deus é grande! Tinha um fazendeiro que tinha uma grande fazenda de café no ponto de colher e ele viu quando a polícia pegou nós e levou pra delegacia. Ele correu lá e disse: “É tudo empregado meu, pode liberar, estão trabalhando ali na lavoura de café”. E por incrível que pareça, parece mentira isso daí, mas foi o que aconteceu. [...] Nós recebemos comida e não faltou nada.

Apesar dos relatos da ação policial e de vários registros de queixas contra a violência ocorrida por causa da terra, a luta continuou por muito tempo. As famílias de muitos dos trabalhadores rurais que foram expulsas da terra residem ainda no município e narram toda a história.

De acordo com entrevista realizada por Soriano¹⁰⁸ com a Sra Neuza Lana em 27 de maio de 2001, filha do ex-posseiro Luís A. Lana Teixeira, que relatou a dor que significou perder sua terra, para o fazendeiro Antonio Weis Pereira. Na entrevista, Neuza contou sua história:

¹⁰⁷ Entrevista registrada no livro de MENEZES, Marilda Aparecida de. **História de migrantes**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 64.

¹⁰⁸ SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)**. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002. p. 85.

Em 1949, [...] meu tio Tião, que tinha um velho caminhão e sempre vinha a Campo Mourão, falou para meu pai que lá em Campo Mourão a terra era boa que ele poderia trabalhar lá e depois comprar um sítio. Nós morávamos em Canoinhas, Santa Catarina, distrito, perto de Rio Negro. [...]. Então veio primeiro, meu pai, Sr. Luis, depois veio a gente. Meu pai como havia gostado do lugar decidiu ficar ali mesmo. Ali começamos, serrar árvores, a queimar a mata, a carregar água de longe, todo mundo ajudava[...]. Ali era sertão fechado não dava para ver os vizinhos. Tivemos que trabalhar muito. Quando meu pai conseguiu arrumar dinheiro trabalhando. Com o recibo que pegou do guarda florestal, em mão entrou em 1953, com o requerimento da terrinha à 8ª Inspetoria de Terra. Ali disseram para aguardar que o requerimento ia até a Capital [...].

Dessa forma, segundo Neuza, foi requerido por seu pai o direito da terra, direito que era assegurado pelo Decreto nº 7.700, do governador Bento Munhoz da Rocha. Mas, como verificou Soriano¹⁰⁹:

[...] embora na teoria, o Regulamento de Terras de 1952, por meio do Decreto nº 7.700, no governo Bento Munhoz da Rocha, estabelecesse que o requerente posseiro em área devoluta com cultura efetiva e moradia habitual pudesse apresentar o requerimento junto ao D.G.T.C. ou à Inspetoria de Terra da região, seria preservado o primeiro lugar na participação do projeto de loteamento, na prática, subscrevia-se um poder paralelo, formado por funcionários públicos, que adulteravam o trâmite legal dos requerimentos.

No caso da família do senhor Luís A. Lana Teixeira, esse poder paralelo conseguiu, por meio de ameaças expulsá-los da terra. A Sra. Neuza relata que apesar de ter testemunhas e resistirem contra a grilagem de suas terras, não conseguiram obter o direito de propriedade, por causa da adulteração dos trâmites do requerimento pelo inspetor chefe da 8ª Inspetoria de terras. A dor de sua família em perder sua terra, sabendo dos seus direitos:

Foi muito triste e feio, não gosto de lembrar, a gente não se conformava, deixar tudo para trás, o ranchinho, o café, milho, abobrinha, não teve jeito, a polícia veio e começou a quebrar tudo, tivemos que sair com o que

¹⁰⁹ SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência:** a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002. p. 83.

conseguimos pegar. Lembro-me, eu não quis deixar meu cachorro e meu cabrito e o levamos preso na parte de trás da carroça.

A luta da família Teixeira em Campo Mourão, não é um caso particular, mas é registrada em muitas regiões brasileiras. E de todas as lutas a verdade é uma só, ficam somente na lembrança as memórias trágicas, não existindo possibilidades de retomar o direito de posse da terra.

A violência no campo não é recente e sempre esteve presente na história do Brasil, ficando na maioria das vezes impune, apesar das resistências. Nessa história de conflitos se insere a seguinte afirmação de Ariovaldo Umbelino¹¹⁰:

[...] talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. [Onde] contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e latifundiário de nossos tempos. A história está repleta de muitos outros exemplos. Em geral estes exemplos foram, em muitos casos, tentativas dos vencidos em romper com a injustiça reinante no país.

3.3 Terra barata, terra que não serve para o café.

De fato, na região de Campo Mourão o café não chegou a ser protagonista da história como foi no restante do Norte do estado. Apesar de importante, o café não foi predominante, sobressaindo além da exploração madeireira, a policultura (milho, arroz, feijão, hortelã, café, algodão, etc) e a suinocultura (praticada, sobretudo, pelos colonos provenientes do sul).¹¹¹

¹¹⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.15.

¹¹¹ HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatuba, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, n.1, 1993. p. 23.

O ciclo cafeeiro ocupou um lugar importantíssimo na evolução econômica brasileira. Segundo Sobrinho:¹¹² Tanto êxito financeiro lhe foi proporcionado, que não demorou a ser seguido por todos quantos, no Rio e no resto do país, de norte a sul, compreenderam que uma nova mina havia aparecido. Da cor atraente das esmeraldas, produzia frutos de rubi.

Dessa maneira, o café granjeou grande importância econômica influenciando uma tendência na agricultura, espalhando-se em território paranaense. Mas, esse fruto, considerado uma “mina lucrativa”, não conseguiu, na região de Campo Mourão, ter uma produção expressiva, em decorrência notadamente dos fatores climáticos.

Além das características físicas, os moradores dessa região não possuíam experiência nessa cultura resultando no fracasso econômico da produção. Desse contexto Hespanhol¹¹³ destaca os fatores que contribuíram na decadência cafeeira mourãoense como sendo:

Além das limitações de ordem climática (a área se localiza ao sul do Paralelo 24°), podem ser apontados mais dois fatores que contribuíram para a menor expressividade da cafeicultura na região de Campo Mourão: - significativa presença de migrantes sulinos, sem tradição no plantio de café; - o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em práticas políticas oficiais de desestímulo à lavoura.

¹¹² SOBRINHO, Alves Motta. **Civilização do Café (1820 -1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 8.

¹¹³ HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatuba, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, n.1, 1993. p. 23.

Cabe salientar que as primeiras lavouras de café foram cultivadas em Campo Mourão na década de 1920, mesmo diante das condições físicas serem adversas e faltar tradição para os produtores nessa forma de cultivo. Isso ocorreu porque nesse período, o café possuía um comércio garantido, e um bom preço no mercado, mas não se considerou que para o bom desenvolvimento da cultura eram necessários fatores climáticos propícios, manejo adequado entre outros fatores. Segundo Sobrinho:¹¹⁴

[...] para o cultivo de café necessitava-se muita terra virgem e quatro anos para produzir, mas depois, se bem tratado e em solo recomendável, poderia frutificar quase por meio século. Tal, porém jamais ocorria, porque nos primórdios cultivava-se o café como aventura para o enriquecimento.

Aventura em que muitos trabalhadores vieram para cultivar o café na região mourãoense. De acordo com Mombeig¹¹⁵ engrossaram as frentes de ocupação, nas quais:

Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais. Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões. De uma ou de outra maneira, o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo.

Os trabalhadores que conseguiram desenvolver um bom cafezal (Foto 11), geralmente possuíam propriedades localizadas em uma altitude mais baixa com clima mais quente, como salienta Bernardes¹¹⁶:

¹¹⁴ SOBRINHO, Alves Motta. **Civilização do Café (1820 -1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

¹¹⁵ MOMBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 207.

¹¹⁶ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, 1953. p. 23.

As glebas situadas na vertente do rio Ivaí, pertencentes à colônia Mourão especialmente as do vale do rio claro, gozam de grande vantagem: situadas a uma altitude mais baixa (400 a 650 metros) e sob clima mais quente, aí se desenvolve a mata latifoliada subtropical e a famosa terra roxa, propícias à cultura do café que aí tem seu limite meridional. Têm ainda a seu favor a maior proximidade das ricas zonas do norte do estado, cujo desenvolvimento vertiginoso as está contaminando.



Foto 11 - Cultura do café 1920: Predominando em algumas localidades da região mourãoense.
Fonte: Acervo particular Sid Sauer.

Com relação ao clima, segundo W. Köppen (Figura 15) predomina na região o tipo Cfa, subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. A temperatura média anual está entre 20 e 21 graus centígrados.



Figura 15 - Divisão climática do Estado do Paraná, segundo Wladimir Koppen: destaque para o município de Campo Mourão.

Fonte: Cartas climáticas IAPAR (Organizado por Gisele Ramos Onofre).

Os índices pluviométricos apresentam-se em média entre 1.400mm e 1.500mm por ano, tendo nos meses de verão as maiores concentrações de chuvas e nos meses de inverno as menores. Os ventos predominantes na região são os de quadrante nordeste, apresentando probabilidade de geadas nos meses de inverno, quando os ventos sopram de sul e sudoeste¹¹⁷.

Contudo considerando pesquisa realizada por Massoquim e Andrade¹¹⁸ utilizando dados da Estação Climatológica Principal de Campo Mourão, observam-se

¹¹⁷ O CLIMA de campo Mourão. Disponível em: <<http://www.campomourão.br/clima>>; <<http://www.inmet.gov.br>>. Acesso em: 8 ago.2004.

¹¹⁸ MASSOQUIM, Nair Glória; ANDRADE, Áurea Viana de. Interação clima e agricultura na região de Campo Mourão. In: SEMANA DE GEOGRAFIA "CLIMA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO", 13., 2003. Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2003. p. 42 – 46.

mudanças em relação a média das temperaturas e média anual de precipitação pluviométrica.

Segundo Massoquim¹¹⁹, a temperatura e a precipitação pluviométrica do município de Campo Mourão nos últimos 18 anos, apresentam valores diferenciados dos determinados por outros autores que estudaram a dinâmica climática. Na pesquisa constatou-se que a média de temperatura dos meses mais frio esta entre 15 - 16 °C e o índice pluviométrico registra a média de 1650 mm anuais.

Já com relação aos solos, especialmente em se tratando da área onde se localiza o município de Campo Mourão, anteriormente, a incorporação das técnicas de correção não eram favoráveis a produção agrícola por causa do elevado nível de acidez. Em decorrência disso, apesar do município ser localizado sobre um relevo caracterizado por colinas amplas de topos quase aplainados e vertentes médias e longas de baixa declividade,¹²⁰ o valor da terra era menor do que outras áreas localizadas em relevo forte ondulado ou montanhoso, com solo propício para agricultura.

Quanto à classificação dos solos, predominam os espessos formados a partir de rochas eruptivas, assinalando a ocorrência segundo o novo sistema hierarquizado (Figura 16) dos Latossolos Vermelho Distroférricos, a maioria com características

¹¹⁹ Informações obtidas em entrevista com Nair Glória Massoquim, no dia 21/02/2005.

¹²⁰ NAKASHIMA, Paulo; NOBREGA, Maria Teresa. Solos do terceiro Planalto do Paraná – Brasil. In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE, 1., 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: ENGEOPAR, 2003. p. 66 – 84.

álicas, os Nitossolos Vermelho Distroféricos e/ ou Eutroféricos, Latossolos Vermelhos Distróficos de textura média a argilosa, Argisolos Vermelho amarelos Distróficos e Neossolos Litólicos associados em alguns setores (NW) com Chernossolos Argiluvicos e Nitossolos Vermelhos Eutroféricos.¹²¹

Enfim, as características físicas da região e a falta de experiência na produção cafeeira, contribuíram para grandes prejuízos econômicos. E o café, que era um símbolo de riqueza, não se desenvolvendo, impediu a valorização da terra. Com isso, a terra do município ficou conhecida como: “terra barata, que não serve para café”.

Mas, apesar da produção cafeeira não se desenvolver satisfatoriamente na região mourãoense, na região norte do Paraná essa cultura constituiu-se numa “figura em máximo expoente econômico da região”, atraindo milhares de pessoas para o seu plantio. Segundo Westphalen et al.¹²² “Vieram colonos de todo o Brasil, desenvolvendo grande riqueza agrícola que, embora tivesse seu ponto de apoio na cultura cafeeira, expandiu-se com a pequena propriedade e com a policultura”.

¹²¹ Classificação de solo segundo o novo Sistema hierarquizado (EMBRAPA, 1999).

¹²² WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-51, 1968. p. 3.

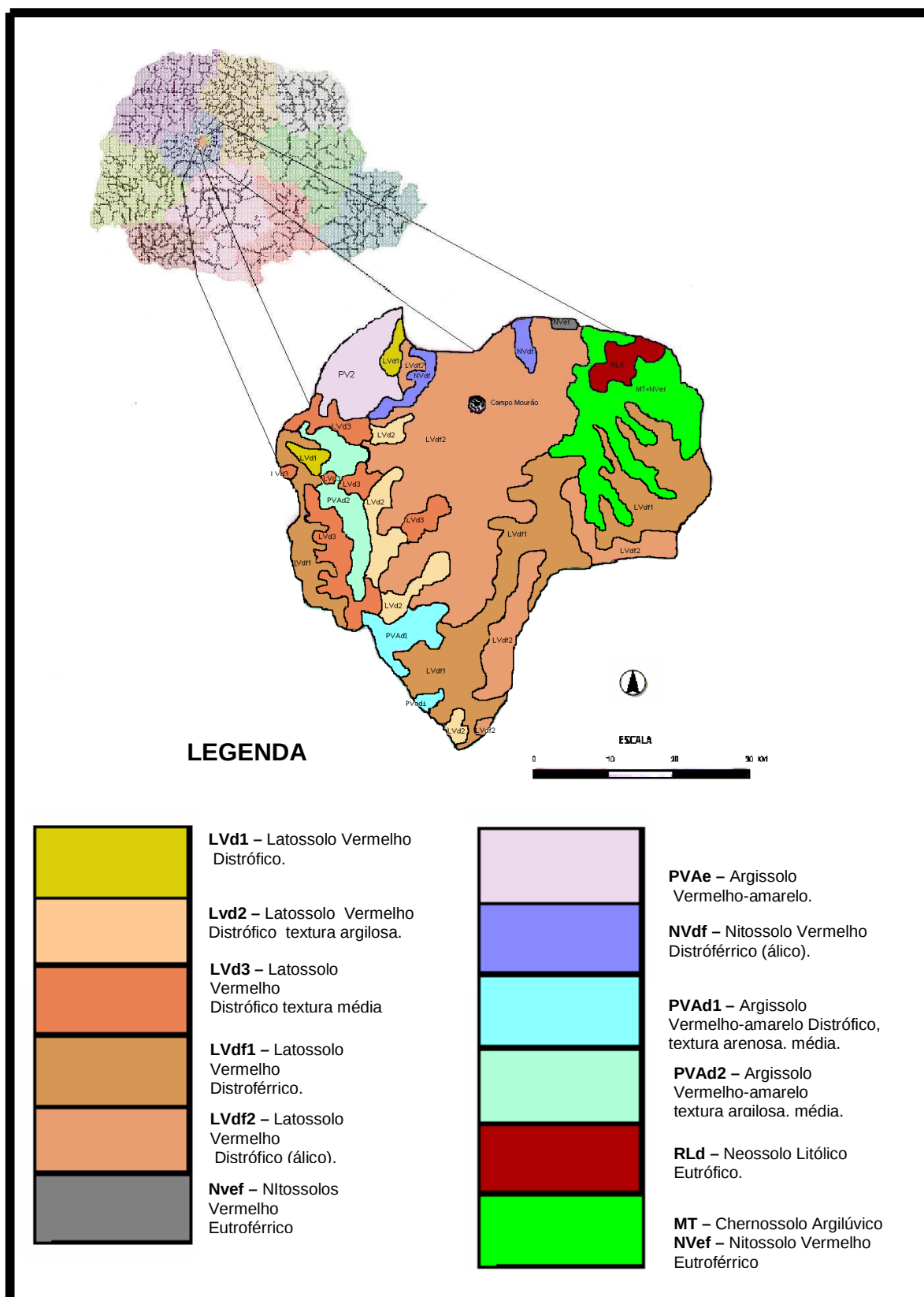


Figura 16 - Classificação dos solos de Campo Mourão
Fonte: IBGE (2003). Adaptado pela autora.

Assim a região norte do Paraná, de características físicas bem diferentes de Campo Mourão, localizada em uma altitude média de 500 metros, com latitude de 23°, predominando a terra roxa de origem vulcânica, era propícia para que¹²³:

[...] a produção, principalmente a de café, excede em muito a de outras terras, os paulistas, ao divisarem o extenso Valle paranaense do rio Paranapanema, toda da mais apurada terra roxa e esplendidamente apropriado à cultura dessa preciosa rubiacea. [...] desde logo se abalaram para aquelas fascinantes paragens. [...]. A colheita de café no Norte do Paraná alcança elevados índices como resultado da grande fertilidade das terras roxas.

A expansão cafeeira da região Norte do Paraná, favoreceu a entrada de novos contingentes populacionais em Campo Mourão, que com o esgotamento das terras colonizadas ali, penetraram na região mourãoense intensificando sua exploração econômica.

Dessa forma, Campo Mourão foi atingido por uma frente pioneira oriunda do norte, apesar de sua ocupação ter ocorrido bem antes. Serra¹²⁴ explica os motivos que contribuíram para o favorecimento da ocupação de Campo Mourão uma vez que: “o processo de ocupação no Paraná primeiro se deu com as áreas de campo, posteriormente nas áreas de mata fechada, isto justifica a ocupação de Campo Mourão ser anterior a de Maringá”.

A população que se deslocou para englobar a frente norte de ocupação que atingiu Campo Mourão procedia basicamente de duas frentes oriundas de outros Estados

¹²³ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP, 1975. p. 45 e 133.

¹²⁴ SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná**. Maringá: UEM, 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

brasileiros. A primeira, frente, refere-se às populações colonizadoras que se deslocaram de antigas fazendas do café que não deram certo, sobretudo a população das fazendas da região de São Paulo e Minas Gerais. A segunda frente estava composta por colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Comentando sobre o encontro das duas frentes de colonização, Balhana¹²⁵ descreve:

[...] a onda de colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassa o rio Iguaçu, seguindo pelo rio Paraná até a altura de Campo Mourão onde se defronta com a frente de colonização do café, formada de paulistas, mineiros, nordestinos que ao contrário, vinham do Norte pra o sul.

Com a chegada dessas frentes cafeeiras, verifica-se em Campo Mourão, um rápido crescimento populacional, que por um lado contribuiu para o desenvolvimento econômico regional, mas que, por outro lado, juntamente com o “desenvolvimento econômico”, produziu fortes impactos sobre a natureza.

No que diz respeito aos impactos causados em virtude da plantação cafeeira, foram devastadas grandes áreas florestais em pequeno prazo. Grande parte da madeira retirada para a plantação dos cafezais nem mesmo foi aproveitada economicamente, sendo na maioria das vezes queimada como carvão. Deve-se ressaltar que durante a devastação da mata para a implantação da atividade cafeeira não havia preocupação nenhuma com relação à flora e fauna da região, situações que só vão se manifestar nos tempos mais recentes com a edição de leis voltadas a preservação da natureza.

¹²⁵ BALHANA, Altiva e Pilatti et al. **História do Paraná**. Curitiba: Cultural, 1969. p.10.

A devastação nesse período estendeu-se por toda a região mourãoense, com ela se localizou até mesmo um esconderijo indígena, no meio da mata devastada para a plantação de lavouras cafeeiras. Segundo Maack¹²⁶ :

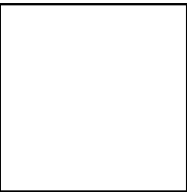
Ninguém suspeitava que um pequeno grupo de índios muito primitivos ainda se abrigava na espessa mata pluvial-tropical entre os rios Ivaí e Piquiri. Este grupo, pertencente à tribo tupi-guarani, sobreviveu mais três séculos, até por acaso foi descoberto. Em 1955, quando da expansão das plantações de café e destruição das matas, foi obrigado a recuar e viver num espaço demasiadamente limitado, não tendo mais saída de espécie alguma. Esta tribo foi conhecida como xetá.

Esses prejuízos ambientais desencadeados durante o período cafeeiro, engendraram a configuração de um novo panorama, que foi sendo organizado mediante o avanço das frentes populacionais. A vinda desse fluxo de pessoas propiciou uma segunda ocupação, caracterizada pela intensificação na apropriação da natureza.

Em suma, a vinda desse grande contingente populacional desencadeou uma agressão ambiental, causada pela apropriação desordenada dos recursos naturais. Nessa questão, verifica-se uma soma contraditória de fatores físicos, econômicos e sociais, que arrolados no decorrer histórico privilegiou obviamente a hegemonia do sistema capitalista, ou seja, o desenvolvimento econômico.

Dessa forma essa história denuncia que na região mourãoense, como também em todo o Brasil, o capitalismo, vai criando condições para seu desenvolvimento, e o

¹²⁶ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.p. 73.



homem desejando cada vez mais obter o capital, não restringe suas ações, uma vez que o capital pode proporcionar muitos bens de consumo para satisfazer o ego pessoal, como afirma Oliveira¹²⁷ : “É, pois, por esses caminhos contraditórios que o modo capitalista de produção se desenvolve, e, desenvolvendo-se, cria as condições para a sua reprodução ampliada, mas cria também as contradições desse processo”.

¹²⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. p. 83.

4 A NOVA ORDEM GEOECONÔMICA E AS LAVOURAS MODERNAS.

A abordagem do capítulo anterior caracterizou o processo evolutivo da geohistória da região mourãoense, durante sua organização espacial, que inicialmente teve como base econômica à agropecuária e o extrativismo vegetal. A compreensão desse processo é fundamental para se entender a construção do espaço humano, que após a década de 1970, presenciou a incorporação de um novo modelo para a dinâmica agrícola, assinalando uma nova ordem econômica, que pode ser analisada tomando como parâmetro a citação de Milton Santos,¹²⁴ que considera toda atividade humana baseada em uma ordenação, sendo que:

Essa ordem espacio-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção.

Neste sentido, um quarto momento se configurou no município de Campo Mourão, rompendo com os padrões da agricultura tradicional. Esse novo quadro é marcado por transformações significativas, relativas à reestruturação dos modos de produção e estrutura fundiária.

Para a compreensão dos motivos que conduziram a incorporação dessa nova dinâmica agrícola mourãoense, é necessário retornar ao ano de 1950, quando no

¹²⁴ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002. p. 203.

Brasil “as idéias oriundas da revolução verde criaram a expectativa de superação do subdesenvolvimento através de transformações no setor agropecuário”.¹²⁵

As transformações no setor agropecuário foram estimuladas pelo governo brasileiro, que pretendia colocar em ação um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura, baseado em padrões norte-americanos de produção. Esse modelo objetivava substituir os métodos tradicionais de cultivo, que eram praticados através do emprego do trabalho humano e animal; em contrapartida a mecanização e insumos eram poucos utilizados.

Com esse objetivo, visando o crescimento econômico através de um novo modelo agrícola, a agricultura presencia um processo que tem como efeito, em acordo com Silva:¹²⁶

- a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básica;
- c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo; através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

Desta forma, organiza-se o novo modelo agrícola que vai substituir o anterior, desenvolvido até então através de técnicas tradicionais, configurando um novo padrão de desenvolvimento, no qual a agricultura, passa a ser responsável por

¹²⁵ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Chain, 1988. p. 12.

¹²⁶ SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 33.

fatores que condicionam uma reestruturação espacial. Segundo Ceron,¹²⁷ o setor agrícola passa a cumprir as seguintes funções básicas:

-fornecedor de mão-de-obra, abundante e barata, para o setor industrial, a custa da migração campo-cidade, a qual foi particularmente intensificado nos anos 50; - fornecedor de matérias-primas e alimentos para satisfazer a demanda crescente de bens agrícolas de baixo preço e também diminuir a pressão sobre os salários; - produzir para as exportações com a finalidade de captar divisas necessárias para a sustentação do crescimento econômico global e ampliar a capacidade do setor como consumidor de bens industriais e serviços urbanos.

Nessa reestruturação espacial através da incorporação das inovações, a agricultura se transforma numa atividade moderna, movida pelo investimento de capital. A incorporação dessa atividade, iniciada na década de 1950, se acelera a partir da década de 1960, através do estímulo do Estado para o consumo de produtos industriais, que contribuem para aumentar a produtividade agrícola via incorporação de tecnologia pelos produtores rurais.

A intervenção do Estado foi significativa para acelerar o processo de modernização na agricultura. Assim a política governamental, adotou medidas concedendo créditos rurais, financiando os investimentos para a aquisição das inovações tecnológicas, além de regulamentar os preços mínimos de produção, fornecendo assistência técnica e estimulando a plantação de produtos de maior cotação comercial.

¹²⁷ CERON, Antonio Olívio. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, Ageteo, v. 10, n.20, p.1 - 35, out. 1985. p. 18.

Os estímulos governamentais para a adoção de tecnologia na agricultura, contribuíram para o crescimento da indústria pesada e de máquinas e insumos agrícolas. Com isso, a agricultura passa a ter uma forte dependência de outros setores da economia, como esclarece Kageyama et al.¹²⁸

O processo de modernização pode ser visualizado pela elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. [...] O aumento da participação do consumo intermediário significa que a atividade agropecuária depende cada vez mais de compras (intra e inter-setoriais) para que se possa efetivar. Em outras palavras, o processo de produzir torna-se cada vez mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital fixo e circundante.

Essa nova realidade privilegia, sobretudo, os médios e grandes produtores, uma vez que, estes possuíam mais condições para obter recursos financeiros, pois preenchiam os requisitos necessários para obter acesso ao crédito rural. Possuindo o capital para investir em tecnologia e terra para produzir, os agricultores passaram a se dedicar em especial à prática de cultivos voltados para o mercado externo.

Desta forma o campo gradativamente se industrializou, produzindo até meados da década de 1960, um processo mais avançado de modernização da agricultura, ou seja, a industrialização agrícola. Neste sentido Kageyama et al.¹²⁹ escreve:

O processo de industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus componentes. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização a “reunificação agricultura-indústria” [...]. É um momento da modernização a partir do qual a indústria

¹²⁸ KAGEYAMA, Ângela et al. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**, 1987. p. 8. Texto apostilado.

¹²⁹ Ibid., p. 10.

passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola.

O desenvolvimento da industrialização na agricultura, passa a constituir uma nova estrutura no processo produtivo, assegurando maior produtividade. Mas, além disso, a industrialização acelerou a diferenciação sócioeconômica dos produtores rurais e da população que reside no campo, acirrando as desigualdades sociais. Desta forma as “pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, *processo de fagocitose*”.¹³⁰

Com as modificações ocorridas pela implementação da industrialização no contexto rural, pode-se afirmar que acentuam-se ainda mais as diferenças entre classes, monopolizando a agricultura. Segundo Oliveira¹³¹:

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

O processo de industrialização do campo converteu, em sua maioria, a agricultura tradicional, baseada na produção familiar, em agricultura moderna, com produção voltada para o mercado, sobretudo de soja, trigo e milho. As conseqüências sociais

¹³⁰ SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 31.

¹³¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p.24.

dessas transformações interferiram diretamente na vida da população rural, intensificando a acumulação capitalista, como salienta Fleischfresser:¹³²

[...] na medida em que alguns se capitalizam, outros se tecnificam e os menores, sem recursos e com pouca terra (para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida pelo tipo de tecnologia), cujo objetivo principal da produção não é o mercado mas sua subsistência, não são atingidos pelos estímulos. Assim, tendem cada vez mais a se diferenciarem daqueles, até o limite extremo que ocorre com a perda da terra e, conseqüentemente, o assalariamento.

Nesse processo de expulsão do trabalhador rural, cabe lembrar que a introdução da mecanização acarretou uma modificação na estrutura do emprego agrícola, na qual substituiu-se grande parte do trabalho humano. As relações de parceria e colonato perderam a importância, uma vez que a oferta de trabalho assalariado temporário, garante ao proprietário o cultivo de suas terras sem a necessidade de utilizar parte da propriedade com trabalhadores residentes.

Com isso, expressivo número de trabalhadores deixa o campo, rumando para a cidade, à procura de trabalho, ocasionando uma urbanização acelerada e inúmeros problemas urbanos. Esse deslocamento populacional é interpretado por Martins¹³³ como a “liberdade de toda a propriedade” na qual:

Os trabalhadores expropriados são livres para vender o que lhes resta, a sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho.[...] O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que ela contém.

¹³² FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Chain, 1988. p. 25.

¹³³ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983. p. 152 -153.

Nessas perspectivas o processo de transformações no espaço agrário gerou inúmeras conseqüências sociais, acentuando ainda mais a concentração da terra nas mãos de uma pequena parcela de grandes proprietários, expandindo a grande empresa capitalista na agropecuária brasileira.

Com o processo de expansão da grande empresa capitalista, os pequenos proprietários que conseguiram permanecer em suas terras, recorreram complementarmente ao assalariamento de um ou mais membros da família. Também ocorreu uma maior incorporação do trabalho feminino e infantil entre os trabalhadores assalariados e parceiros, embora ainda, predomine o trabalho masculino.

Apesar dos problemas sociais gerados, não se pode afirmar que a modernização foi negativa em todos os sentidos. Segundo Ceron¹³⁴

[...] tiveram, indubitavelmente muitos aspectos positivos. Ela provocou dinamismo nos principais componentes estruturais do setor agrícola. Espaços subutilizados ou não utilizados foram incorporados aos sistemas mais dinâmicos de produção. As terras de cultivo foram ampliadas, o mesmo ocorrendo com as pastagens plantadas, que permitem a criação de gado bovino de melhor qualidade. A produção agrícola cresceu de modo acelerado, em grande parte devido aos aumentos de produtividade da terra o que provocou um aumento da oferta dos produtos agroindustriais.

A modernização agrícola atinge o Estado do Paraná na década de 1970, tardiamente em relação ao Centro-Sul brasileiro. Segundo Serra¹³⁵, a rápida implementação da

¹³⁴ C CERON, Antonio Olívio. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, Ageteo, v. 10, n.20, p.1 - 35, out. 1985. p. 19.

¹³⁵ SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná**. 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

modernização da agricultura paranaense produziu sérios impactos sociais, mais graves do que nos demais Estados brasileiros, uma vez que: “se no contexto da agricultura brasileira as mudanças, ocorrendo em 20 anos, produziram impactos, o que não dizer em nível de Paraná, onde as transformações não demoraram mais de 5 anos?”.

Neste sentido o processo de modernização da agricultura paranaense iniciado na década de 1970 se consolida na década de 1980. Todavia, o grau de abrangência da modernização ocorreu em ritmo diferenciado em cada região, isso em virtude primordialmente das restrições impostas pelo meio físico à modernização, do processo histórico da ocupação das terras, entre outros fatores. A esse respeito, Serra esclarece¹³⁶:

[...] o processo interno de modernização no Paraná não foi uniforme, abrangendo a um mesmo tempo e com a mesma velocidade todas as regiões agrícolas. As desigualdades regionais em termos de absorção e de respostas às inovações tecnológicas vão estar diretamente ligadas, em primeiro lugar às condições naturais e, em segundo lugar, à dinâmica política e econômica e à estrutura fundiária que vão caracterizar os compartimentos regionais, tornando-os mais ou menos susceptíveis às inovações.

Cabe ressaltar que, no Paraná o processo de modernização da agricultura se caracterizou bem como em todo território nacional por transformações de base técnicas; incentivos governamentais; o uso de agrotóxicos; fertilizantes; insumos

¹³⁶ SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná**. 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

químicos; alteração da forma de trabalho no campo; êxodo rural; crescimento urbano e pela geração de impactos ambientais.

No contexto da modernização paranaense, apesar de se verificar um crescimento na área trabalhada no Estado, especialmente com lavouras temporárias e pastagens plantadas (Gráfico 1), diminuiu-se grandemente o número de trabalhadores rurais do campo, isso em virtude da mecanização agrícola, que substituiu grande parte do trabalho humano. Com o êxodo rural o crescimento demográfico em todo o Paraná diminuiu aceleradamente. Segundo Serra¹³⁷:

O resultado desse deslocamento é que o Paraná, que tradicionalmente havia se caracterizado como pólo absorvedor de população recenseada de 7.629.392 habitantes, acusar uma taxa de crescimento populacional de apenas 0.94%, a segunda menor do país, perdendo apenas para Roraima, que registrou no período um índice de 0.22%. [...] Mais importante é o fato de que a população rural do Paraná teve um crescimento negativo de -3,5% a.a nesta década.

Inserido nessas transformações, que ocorreram no Estado do Paraná, encontra-se o município de Campo Mourão, situado em uma localidade de muitos fatores positivos para a implantação e desenvolvimento de uma atividade agropecuária modernizada.

Esses fatores contribuíram para as transformações que produziram uma reestruturação no processo produtivo, modificando totalmente a forma de organização espacial, apresentando alterações significativas no setor rural e urbano mourãoense.

¹³⁷ SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná.** 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

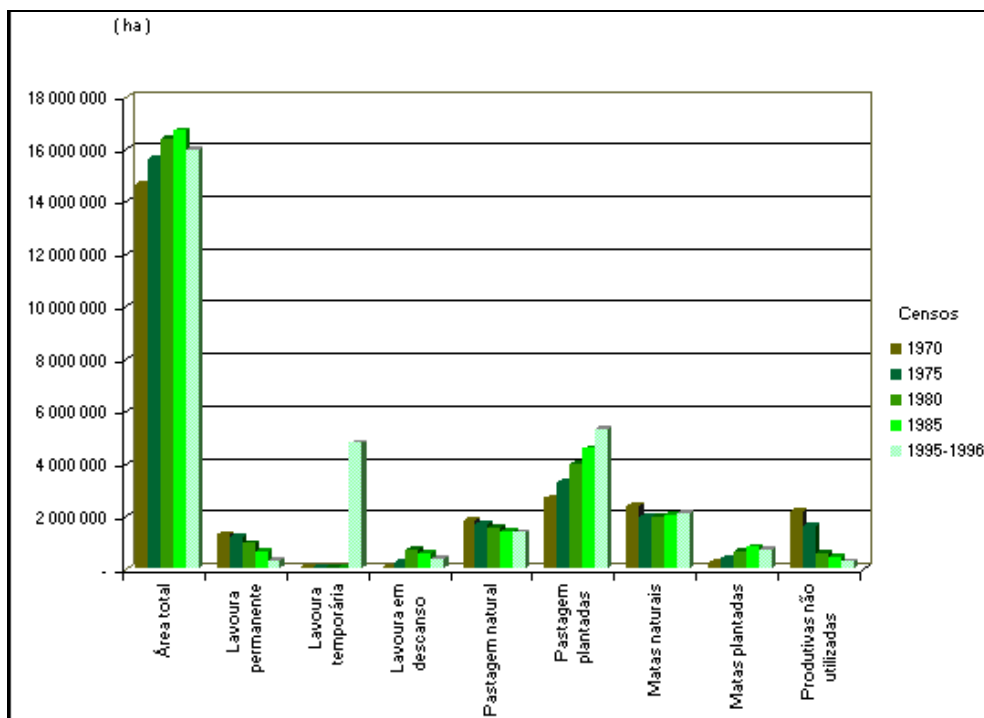


Gráfico 1 - Utilização das terras do Paraná

Fonte: IBGE -Censos Agropecuários do Paraná 1970 , 1975, 1980, 1985, 1995-1996.

4.1 As lavouras mecanizadas e a definição de um novo modelo agrícola

A partir dos primeiros anos da década de 1970, passou a haver a expansão das lavouras de soja em bases técnicas modernas na região de Campo Mourão [...].A expansão do binômio soja/trigo (sobretudo da sojicultura) na região de Campo Mourão [...], se deu num ritmo bastante acelerado, atendendo aos desígnios do poder público, que carreou um montante crescente de recursos às duas lavouras e às atividades de suporte do binômio (cooperativas, agroindústrias, etc) no decorrer de toda a década de 1970¹³⁸.

Entre as décadas de 1970 e 1980, verificou-se no município de Campo Mourão o processo de modernização da agricultura, através da implementação de técnicas novas de produção que, incorporou desde a utilização da mecanização, como

¹³⁸ HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, UEM, Maringá, n. 1, 1993. p. 25.

também insumos, sementes selecionadas, defensivos químicos, agrotóxicos e fertilizantes, propiciando uma nova realidade para o espaço agrário mourãoense.

Nesta nova realidade as terras, outrora de média fertilidade, com a incorporação das novas técnicas de recuperação do solo e de cultivo, aumentaram gradativamente sua produtividade. Essas transformações constituiriam-se num marco para o desenvolvimento regional. Este desenvolvimento refere-se estritamente ao setor econômico, não só de Campo Mourão como de todo o Paraná. Em resumo após a década de 1970, o quadro agrário paranaense, em acordo com Serra¹³⁹, apresentou-se da seguinte maneira:

- A) O processo de modernização, embora não sendo ainda uniforme, atingia a todas as regiões geográficas e deixava marcas tanto em termos de mudanças técnicas quanto em termos de mudanças nas relações sociais no campo;
- B) Evidenciava-se a tendência à concentração da posse e uso da terra agrícola e a conseqüente elevação da área média dos estabelecimentos rurais;
- C) Havia nítida associação entre tamanho do estabelecimento, tipo de cultura e acesso à tecnologia moderna. De maneira geral, o grande produtor de soja e trigo se colocava em posição de vantagem em relação ao pequeno produtor, contribuindo para isso o tamanho do estabelecimento economicamente viável a esses cultivos [...];
- D) Diminuía o nível de ociosidade da terra e em idêntica proporção diminuíram as áreas de florestas naturais e as até então consideradas impróprias pra a atividade agrícola;
- E) O preço da terra nua passava por altos índices de valorização no mercado imobiliário, influência em grande parte das novas formas de cultivo que passaram a predominar (soja e trigo, principalmente) [...] e influência também dos incentivos carreados para o campo pelo Estado na forma de juros altamente subsidiados, o que por si só tornava a agricultura uma atividade “atraente”, mesmo para quem não tivesse nenhum vínculo com o setor;
- F) Era incrementada a produção e a produtividade por unidade de área. Como forma de cultivo, eram privilegiadas as lavouras de exportação em

¹³⁹ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro: 1991.p.176.

detrimentos das lavouras de mercado interno e, principalmente, das lavouras destinadas ao auto-consumo;

G) Declinavam a pequena propriedade e o trabalho familiar e, junto, declinava a população rural, consolidando uma tendência que começou a se manifestar na década de 1960.

Vale observar, neste contexto que, atrelado ao processo de modernização verificou-se acentuada melhoria na infra-estrutura urbana e rural, em nível de construção de estrada e pavimentação, rede de telefonia, redes bancária, implantação de Cooperativas agropecuárias, implantação de grandes empresas para atender o setor agrícola, entre outras melhorias.

Outrossim, as transformações do setor urbano, foram fundamentais para atender a nova realidade. Nesta realidade, elimina-se “a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”.¹⁴⁰ Essa visão de unificação é imprescindível na análise do processo de modernização mourãoense, responsável pela reestruturação do setor urbano em prol do rural.

Nestas perspectivas, a cidade de Campo Mourão, outrora dependente de uma infra-estrutura precária para atender seus habitantes, em um curto período aproximado de 10 anos, presenciou uma evolução espacial. Para efeito de comparação a foto 12, demonstra em seqüência a paisagem urbana antes é depois da implementação da modernização na agricultura.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: Stédile, João Pedro (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.



Foto 12 - As fotos revelam a melhoria na infra-estrutura urbana, estando apresentadas na seguinte seqüência: Vista aérea 1960, vista aérea 1973, avenida Capitão Índio Bandeira (principal avenida de Campo Mourão) em 1960 e 1972.
Fonte: Acervo museu municipal Deolindo Mendes Pereira.

Essas melhorias ocorrem basicamente em virtude da intensificação do capital na atividade agropecuária, o qual consiste em fator indispensável para a adesão do novo modelo de produção. Este modelo demanda alterações na forma de exploração da terra, conforme evidencia Martins¹⁴¹:

A terra abre para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhes são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde, com acréscimo. Com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário. [...] Por isso o dinheiro empregado na terra não

¹⁴¹ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p.166 -167.

opera como capital. Sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é *renda capitalizada* e não capital.

No entanto, apesar de se verificar as melhorias tanto no setor urbano como no rural, o modo de produção capitalista faz com que a terra seja transformada também em mercadoria ¹⁴², sendo que com o processo de modernização da agricultura, acentua-se ainda mais a concentração da terra. Dessa maneira o capital passa a dominar cada vez mais a agricultura, alterando todos os setores da produção agrícola¹⁴³. Segundo Serra, ¹⁴⁴ o processo de modernização:

De maneira geral [...] não significou apenas uma palavra: foi um processo abrangente que em questão de poucos anos, no máximo cinco, fez uma reviravolta [...] mudando completamente a estrutura do espaço agrário. Como processo que inverteu a paisagem agrária, como num toque de magia.

As alterações na exploração da terra se referem a uma série de fatores, entre os quais a alteração na pauta dos produtos, no qual substituem-se as culturas alimentares básicas pelas culturas comerciais. Sobre este contexto, Hespanhol¹⁴⁵ relata:

A partir dos primeiros anos da década de 1970, passou a haver a expansão das lavouras de soja em bases técnicas modernas na região de Campo Mourão e em vastas áreas do Norte e do Oeste do Paraná, sendo que, em meados da mesma década, houve a constituição do binômio soja/trigo.

¹⁴² OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.p.79.

¹⁴³ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p.174.

¹⁴⁴ SERRA, Elpidio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**.1991. 361 f. Tese (doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro 1991.p. 170.

¹⁴⁵ HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, UEM, Maringá, n. 1, 1993. p. 25.

De acordo com dados obtidos no IBGE, que podem ser observados na Tabela 3, verifica-se que na década de 1970 havia a predominância das lavouras temporárias e permanentes perfazendo juntas 35% da área plantada, as pastagens (naturais e plantadas) ocupavam 23% da área, enquanto que as matas e florestas (naturais e plantadas) ocupavam 31% e as áreas não utilizadas 11%.

Tabela 3 - Campo Mourão: Utilização das terras agrícolas

(em ha plantados) 1970/1996.

	Lavouras				Pastagens				Matas e Florestas				Áreas não utilizadas	
	Perm.	%	Temp.	%	Nat.	%	Art.	%	Nat.	%	Art.	%		
1970	10.827	5	59.355	30	4.927	2	40.884	21	56.420	29	2.989	2	21.992	11
1975	8.824	5	82.820	44	23.568	13	13.473	7	32.751	17	3.465	2	23.082	12
1980	4.650	3	98.525	59	7.736	5	23.404	14	23.470	14	3.715	2	5.420	3
1985	1.751	1	98.759	62	7.624	5	28.597	18	14.888	10	4.467	3	1.623	1
1995/ 1996	280	0.3	38.464	62	1.429	2	14.182	23	6.712	10.5	1.317	2	115	0.2

Fonte: IBGE -Censos agropecuários de, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

O avanço da área ocupada por lavouras vai ocorrer nos anos subseqüentes incorporando áreas não utilizadas e sobretudo áreas de matas nativas. Observa-se na tabela 3. que no período 70/96 Campo Mourão perdeu aproximadamente 50.000 hectares de mata que serviram ao avanço das lavouras temporárias.

Comparando os dados de 1970 a 1980, verifica-se o aumento que em dez anos se obtém nas áreas de lavouras, principalmente as temporárias. Este aumento representou maior lucratividade para o produtor, com a substituição das culturas alimentares básicas, pela soja, trigo e milho. Com estes dados Fleischfresser,¹⁴⁶ analisando o processo de modernização do Paraná, considera:

Entretanto, não se pode negar que no Extremo-Oeste, Sudoeste e Campo Mourão a expansão da área com soja foi notável, tanto assim que juntas foram responsáveis por 60% (1.000.000 ha) da expansão na área com soja do Estado e por 68% (599.000 ha) na com trigo. No Extremo-Oeste e Campo Mourão foi significativa a redução nas áreas de arroz (115.000 ha), milho (196.000 ha) e feijão (92.000).

No entanto com relação aos dados dos censos de 1985 e de 1995 /1996, observa-se diminuição nas áreas de terras agrícolas utilizadas, especialmente quando se analisa os dados de 1995/1996. Isto se explica pelos desmembramentos dos municípios de: Juranda no ano de 1981, com área de 350,2530 km²; Corumbataí do Sul em 1986, área de 164,5750 km²; Luiziana em 1987, área de 911,7795 km² e Farol em 1991, área de 290,2434 km²; que possuíam a maior parte de suas terras para o cultivo agrícola.

Porém isso não significa que o novo modelo de produção tenha se desestruturado; pelo contrário, os dados expressam um percentual de 62% para as lavouras temporárias e apenas 0.3 para as lavouras permanentes. E ainda quando analisa-se, os dados da Tabela 3. juntamente com os da Tabela 4. fica evidente que a

¹⁴⁶ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Chain, 1988. p. 58 e 59.

modernização na agricultura vem se intensificando no município bem como em sua área de abrangência.

Cabe reforçar que, com a intensificação na implementação das novas técnicas de produção, verifica-se através dos dados a diminuição de importância da agricultura tradicional, base de produção do pequeno trabalhador rural. Neste sentido, as alterações na pauta das culturas temporárias, representa uma substituição dos principais produtos de culturas alimentares básicas.

Tabela 4 - Campo Mourão: principais cultivos agrícolas

(em ha plantados) 1970 /1996.

	café	soja	trigo	algodão	cana	arroz	Feijão	milho	Total
1970	4.960	4.340	2.809	9.294	88	18.321	14.619	30.952	85.383
1975	5.906	52.620	34.622	4.272	15	10.484	3.086	17.838	128.843
1980	2.908	75.465	35.787	2.868	26	2.493	1.418	15.241	136.206
1985	1380	70.630	33.734	3.872	1544	2960	1083	12911	128.114
95/96	55	37.574	5 364	245	4. 018	146	55	11. 916	59.373

Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Pelos dados da Tabela 4. observa-se que as culturas temporárias no ano de 1970, apresentavam maior área cultivada com culturas de subsistência como a do milho

(30.952 ha), arroz (18.321 ha) e feijão (14.619 ha). Entretanto a soja (4.340 ha) e o trigo (2.809 ha), ocupavam juntas uma pequena área de 7.149 hectares cultivados.

A partir de 1975 pode-se verificar uma substituição de culturas entre as lavouras temporárias, em virtude da expansão das áreas com soja e trigo. As áreas cultivadas com soja em 1970 correspondiam a 4.340 hectares, aumentando em 1975 para 52.620 hectares. Já a área cultivada com trigo em 1970 correspondia a 2.809 hectares crescendo em 1975 para 34.622. Com relação às culturas alimentares básicas, o feijão é o produto que apresentou maior redução.

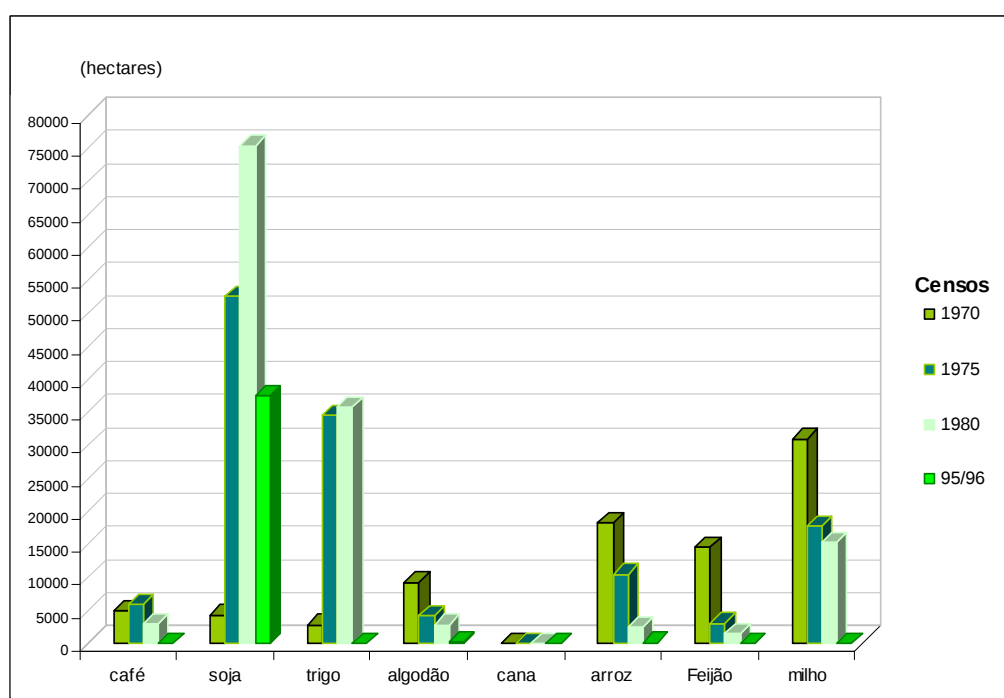


Gráfico 2 - Principais cultivos agrícolas de Campo Mourão.
Fonte: IBGE -Censos Agropecuários do Paraná 1970 – 1995/96.

Comparando os dados analisados com 1995/1996, verifica-se uma modificação na pauta de produtos ainda mais acentuada (Gráfico 2). O arroz, o feijão, o milho, o

café, o algodão e a cana vão perdendo cada vez mais área plantada, enquanto que a soja e o trigo, aumentaram ainda mais sua área cultivada.

Cabe frisar que os dados do censo de 1980, foram anteriores aos desmembramentos municipais de Juranda, Corumbataí do Sul, Luiziana e Farol. Assim, a área agrícola cultivada era maior, por isso aparece uma redução da área plantada conforme os dados de 1995/1996 dos produtos cultivados.

É importante ressaltar que, as novas técnicas de produção permitem que a soja e o trigo sejam cultivados na mesma área, porém em períodos diferentes do ano, aumentando a produtividade. O trigo é uma cultura de inverno e a soja de verão, sendo necessário para o cultivo desses dois produtos a adoção das técnicas modernas, exigindo o incremento da mecanização. Neste sentido, os dados analisados, indicam a alta implementação do processo de modernização agrícola no município de Campo Mourão.

Com o advento da mecanização no processo produtivo mourãoense, alteram-se as bases técnicas e relações de trabalho na produção agrícola. Desta maneira quando se analisa o advento da mecanização em nível local, concorda-se com Fleischfresser¹⁴⁷ que afirma:

Destaca-se a mecanização por ser uma das tecnologias que mais concorre para alterar a base técnica de produção e as relações de produção no setor agropecuário. Seu uso incide diretamente sobre o volume da força de trabalho ocupada, na medida em que, por exemplo, um trator ou

¹⁴⁷ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Chain, 1988. p. 31.

colheitadeira dispensa o trabalho de vários homens e permite maior controle das tarefas. Desse modo, viabiliza a manutenção ou aumento da área trabalhada sem aumentar os custos variáveis com mão-de-obra, porque, apesar dessas máquinas terem preços elevados, foram artificialmente barateadas devido à reduzida taxa de juros e pagamento a longuíssimo prazo [...]. Fatores que levaram os produtores, principalmente os maiores, a optar pelo uso das máquinas em lugar da contratação de empregados.

Os dados presentes na Tabela 5, por sua vez, mostram que no ano de 1970, havia em Campo Mourão, a predominância da utilização de força animal, com 92% dos estabelecimentos utilizando tal força. Com relação a força mecânica esta representava apenas 8% de uso nos estabelecimentos agrícolas.

Tabela 5 - Campo Mourão: força animal e mecânica utilizada nas lavouras e pastagens plantadas- 1970/1996.

	1970	%	1975	%	1980	%	1985	%	95/96	%
Força animal	2.473	92	1.702	55	1.521	44	1.352	43	271	29
Força mecânica	223	8	1.377	45	1.919	56	1.737	57	669	71
Total dos estabelecimentos	2.696		3.079		3.440		3.089		940	

Fonte: IBGE - Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 95/96.

Em 1975, verifica-se um declínio no uso da força animal e um maior incremento da força mecânica. Todavia, observa-se que, a força animal caiu de um patamar de 92%

em 1970 para 55% em 1975, enquanto que a força mecânica se elevou de 8% para 45% no mesmo período, o que indica o elevado índice de mecanização nas atividades agrícolas.

Entretanto os percentuais expressos a partir de 1980, detectam uma reversão no quadro sendo mais difundida a força mecânica. Comparando os dados de 1980, 1985 e 1995/1996, observa-se o decréscimo da força animal em relação a mecânica, que representava apenas 8% em utilização nos estabelecimentos agrícolas em 1970, passando a representar um percentual nos dados de 1995/1996 de 71% de utilização, enquanto que a força animal decaiu para apenas 29% de utilização nos estabelecimentos agrícolas.

Para ampliar a análise dos dados cabe acrescentar que, a rápida incorporação da mecanização (1970 até 1980) é um resultado que “pode ser creditado às políticas agrícolas, que nesse período, o do milagre” foram sensivelmente estimulantes ao setor, situação que se modera após essa data, com o agravamento da crise econômica nacional”¹⁴⁸.

Outro aspecto a ser ressaltado, na análise do processo de mecanização diz respeito ao rápido crescimento do número de tratores adquiridos. O trator um dos principais equipamentos modernos, teve aumento em campo Mourão tanto em unidades quanto em potência, o que significa que a agricultura na proporção em que se

¹⁴⁸ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Chain, 1988. p. 28.

modernizou, incorporou máquinas mais potentes, com reflexos na diminuição da área trabalhada por trator e na incorporação de trabalhadores. Para analisar os dados desse equipamento, os dados da Tabela 6. representam o número total de tratores adquiridos e a distribuição por faixa de potência.

Tabela 6. Campo Mourão: número de tratores por ordem de potência.

	1970	1975	1980	1985	1995/1996
Menos de 10 CV	19	33	17	10	5
DE 10 A MENOS DE 50 C V	142	198	318	239	83
DE 50 A MENOS DE 100 CV	118	659	996	1.179	517
100 CV e mais	16	201	171	174	138
Total	295	1091	1502	1602	743

Fonte: IBGE -Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1995-1996

Pelos dados, verifica-se que o número total de tratores utilizados na agricultura mourãoense aumentou expressivamente, passando de 295 em 1970 para 1.602 em 1985. O decréscimo nos dados de 1995/1996 foi influenciado como salientado anteriormente pela redução na área agrícola mourãoense, ocasionada pelos desmembramentos municipais.

A distribuição de tratores por faixa de potência foi alterada em favor das mais potentes, o que permite trabalhar áreas mais extensas. A explicação desse fenômeno comprova também a concentração da terra, já que para os tratores mais

potentes serem viáveis economicamente necessita-se de grandes extensões de áreas a serem trabalhadas.

Em 1970, os tratores utilizados nas tarefas agrícolas encontram-se na faixa dos de menor potência (-50 CV). Já de 1975 a 1995/1996 o quadro é alterado em favor dos tratores na faixa de maior potencia (+ 50 CV) .

Tabela 7 - Campo Mourão: pessoal ocupado na zona rural 1950/1995

	NÚMERO DE PESSOAS
1950	6.812
1960	13.668
1970	28.070
1975	19.765
1980	12.472
1985	11.653
1995	4 051

Fonte: IBGE -Censos agropecuários - 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 , 1985, 1995/1996.

A predominância na aquisição de tratores novos, e mais potentes, para o desenvolvimento da prática agrícola mourãoense, foi acompanhada de significativa

diminuição no número de pessoal ocupado na zona rural (Tabela 7.). Isso significa que ao mesmo tempo em que os tratores foram se tornando fundamentais no trabalho agrícola, verificou-se expressiva redução na mão-de-obra, o que indica que a mecanização veio desempregar a maior parte dos números de trabalhadores empregados.

Essa realidade é expressa através dos dados da Tabela 7. na qual verifica-se que de 1950 a 1970 anterior a implantação da modernização agrícola, o setor rural empregava em 1950 6.812 trabalhadores, aumentando expressivamente até 1970 para 28.070 trabalhadores.

A partir de 1975, observa-se um declínio nos dados do pessoal ocupado na zona rural, sendo que mais de 16 mil pessoas deixaram de se dedicar as atividades agrícolas de 1970 a 1985, ocasionando um verdadeiro êxodo rural, de trabalhadores e pequenos proprietários. A respeito desta nova realidade verificada não só em Campo Mourão mais em todo o Estado do Paraná, Serra¹⁴⁹ argumenta:

Como resultado, os efeitos da metamorfose ocorrida no campo se propagaram, desde seu início, de maneira desigual. E sendo desigual, serviram para acelerar o processo de diferenciação econômica entre trabalhadores e pequenos, médios e grandes proprietários que, na prática, já existia desde a época das culturas tradicionais, mas que vai ser consolidada com o advento das culturas mecanizadas.

¹⁴⁹ SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**.1991. 361 f. Tese (doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro 1991. p. 180.

Neste sentido, o processo de modernização em Campo Mourão, contribuiu para uma alteração significativa na distribuição fundiária mourãoense, na qual predominava a pequena propriedade, como pode ser observado na Tabela 8. que se refere às propriedades tituladas até o ano de 1955.

Do número total das propriedades tituladas, 52% estavam distribuídas nos segmentos de até 50 hectares, ou seja, predominava a pequena propriedade. Já em relação às propriedades acima de 500 hectares de terras estas detinham apenas 3%.

Tabela 8 - Campo Mourão: distribuição das propriedades tituladas até o ano de 1955.

Tamanho da Propriedade	Quantidade	%
Menos de 10.....	765	25
10 a menos de 50.....	825	27
50 a menos de 100.....	333	11
100 a menos de 500.....	1.017	34
500 a menos de 1.000.....	39	1
1.000 e mais.....	52	2
Total.....	3.031	

Fonte: Campo Mourão (1957).

A partir dos dados verificados após 1970 expressos na Tabela 9. pode-se afirmar que a realidade agrária mourãoense presencia um processo de concentração da posse da terra, nos estabelecimentos acima de 100 hectares. Já em relação aos estabelecimentos de menos de 100 hectares estes entram em declínio.

Tabela 9 - Campo Mourão: número de estabelecimentos e área ocupada (ha) - 1970/1996

	1970				1975				1980				1985				1995/1996			
	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%
- 10	25.731	12	4.885	61	13.514	7	2.567	57	6.955	4	1.265	44	5.324	3	1.090	42	1.652	2	315	33
10 - 50	49.667	24	2.547	32	29.291	15	1.404	30	23.147	13	1.047	35	21.705	13	911	36	9.616	15	395	41
50 - 100	15.479	6	220	3	16.184	8	218	5	16.511	9	223	8	14.484	9	198	8	6.880	11	99	10
100 - 500	42.275	20	202	2	57.753	29	263	6	65.576	38	312	11	66.690	41	310	12	28.793	45	130	13
500 - 1000	26.264	13	38	1	25.537	13	37	1	23.603	14	33	1	23.831	14	34	1	11.872	19	17	2
+ 1000	50.267	25	11	1	53.569	28	15	1	38.900	22	12	1	31.190	20	13	1	5.301	8	3	1

Fonte: IBGE -Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

Pode-se detectar pelos dados que em 1970, havia grande número de unidades menores que 10 hectares, ou seja, minifúndios, totalizando 4.885, representando 61% do total da estrutura fundiária. Entretanto, se analisar os dados do período

compreendido de 1970 a 1985, verifica-se entre os segmentos menores de 100 hectares o desaparecimento de 5.453 estabelecimentos, perfazendo um total de área reduzida em 49.364 hectares.

Cabe ressaltar que, entre os segmentos de até 100 hectares os que mais se atingiram em redução de números foram os de até 10 hectares, reduzindo em 3.795 estabelecimentos, perfazendo um total de área de 20.407 ha, o que pode ser visualizado no Gráfico 3. Essas informações sobre a redução dos pequenos estabelecimentos em Campo Mourão foram detectadas em todo o Estado do Paraná, conforme transcreve Fleischfresser¹⁵⁰:

[...] na década de 70 na agricultura paranaense – houve concomitantemente um processo de “seleção” entre os produtores. Esse processo atingiu em especial grande parcela dos produtores com unidades de até 20 hectares, porém mais duramente os com até 10 hectares, configurando entre esses um processo de diferenciação social mais acentuado, porque, na medida em que um grande número de pequenos produtores perdeu seus estabelecimentos [...], perdeu também seu principal meio de produção – terra- que permitia sua reprodução como produtores.

Em sentido contrário aos pequenos estratos, os dados dos segmentos de 100 a menos de 1000 hectares, apresentaram uma evolução tanto em número de estabelecimentos quanto em área, no período de 1970 a 1985. Em 1970 havia 240 estabelecimentos, correspondente a uma área de 68.539 hectares. De 1970 a 1985 esse segmento obteve um aumento de 104 estabelecimentos crescendo em área 21.982 hectares.

¹⁵⁰ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Chain, 1988. p. 41.

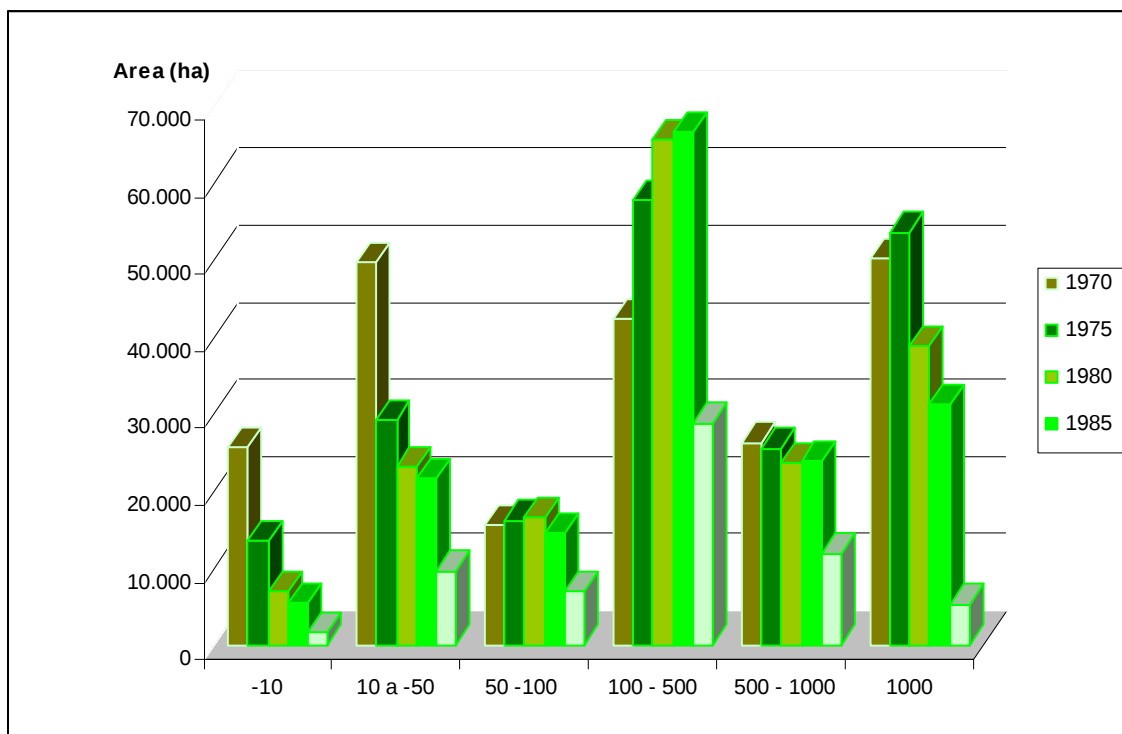


Gráfico 3 - Área ocupada por categorias dimensionais em Campo Mourão.
Fonte: IBGE -Censos Agropecuários do Paraná 1970 – 1995/96.

Destacam-se nesse estrato de área a categoria dos estabelecimentos entre 100 e 500 hectares, que no período de 1970 a 1985 tiveram seu número ampliado em 108 estabelecimentos. A redução no período seguinte (130 unidades em 1996) deve-se como já salientado ao desmembramento da área do município.

Com relação ao segmento 1.000 e mais, de 1970 a 1985 observa-se um acréscimo no número de unidades que passou de 11 para 13, representando em percentual de número de estabelecimento aproximado de apenas 1%. Todavia, este 1% de estabelecimento responde no período de 1970 a 1985 de 24% da área total, dos demais estabelecimentos.

Mediante a comparação dos dados das Tabelas 8 e 9. fica evidente que a modernização tecnológica da agricultura intensificou o processo de diferenciação sócio-econômica entre os produtores rurais mourãoenses, concentrando a posse da terra nos maiores segmentos rurais, sendo que o Gráfico 3. mostra uma concentração significativa nos estabelecimentos entre 100 - 500.

Neste contexto a concentração da posse da terra expulsou grande parte dos trabalhadores rurais do campo, o que leva a deduzir que a atividade agrícola mourãoense passou a ser em acordo com as análises feitas por Milton Santos¹⁵¹ sobre a agricultura:

[...] um privilegio dos detentores dos grandes capitais ou dos que têm acesso ao crédito[...]. Donde a criação de monopólios agrícolas que, pela aplicação intensiva acabam por converter a agricultura num ramo da indústria [...]. O espaço agrícola está, assim, marcado por desigualdades gritantes [...]. Quanto mais desenvolvidas as forças produtivas de um país, mais as pequenas explorações agrícolas tenderão a desaparecer, a menos que seja posta em marcha uma política de acordo internacional, com o apoio do Estado.

Nesta realidade marcada pelo uso intensivo de maquinários, observou-se pelos dados que juntamente com a concentração fundiária obteve-se uma expressiva evasão da população ocupada nas atividades agrícolas. Para melhor interpretar esse processo é importante verificar os dados a respeito da categoria de produtores.

Deve ser salientado que parte da população forçada a abrir mão de suas terras em Campo Mourão, assim como em todo o Paraná se deslocaram rumo ao Norte e

¹⁵¹ SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 142 -143.

Centro-Oeste do país em direção às novas frentes econômicas que se estruturavam. Nessas frentes os produtores se reincorporavam à terra e ao processo produtivo como proprietários de áreas muitas vezes superior à que haviam deixado no município e no Estado.

Baseados na forma de acesso à terra por parte dos produtores observa-se 4 categorias classificadas pelo IBGE, sendo: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante. Segundo O IBGE – (Censo agropecuário), os produtores são considerados como “a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade de exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de terceiros”. Nesses critérios segundo o Censo Agropecuário do IBGE:

[...] **proprietários** “quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fosse de sua propriedade (inclusive por usufruto ou enfiteuse)”; os **arrendatários** são aqueles que pagam renda fixa em dinheiro ou produto aos donos pelo direito de usar suas terras ou [...] “sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas mediante o pagamento em dinheiro ou sua equivalência em produto; os **parceiros**, que pagam aos donos da terra uma renda fixa sobre o produto de seu trabalho ou “quando as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de Parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida”; e os **ocupantes**, que se apossam da terra sem o ônus de um pagamento, apesar de muitos deles pagarem impostos ao Estado (INCRA) pelo direito de usá-la ou “nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem o consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso”.

Considerando tais categorias, a Tabela 10. indica o predomínio do uso da terra através do sistema de exploração direta pelos proprietários em detrimento das categorias precárias, constituídas de não proprietários. O período analisado (1970 a 1996) indica que a exploração direta é predominante e que entre as precárias a

categoria dos arrendatários é a única que se mantém incorporando áreas, sendo a que mais se adaptou ao processo de modernização. Observa-se que a área total cultivada sofreu gradativas reduções o que se explica pelos desmembramentos municipais ocorridos.

Tabela 10 - Campo Mourão: condição do produtor - 1970/1996.

Condição do responsável		1970	%	1975	%	1980	%	1985	%	1995/1996	%
Proprietário	número	3.372	43	1.998	44	1.708	59	1.491	58	750	78
	Área (ha)	173.024	82	168.175	86	154.751	89	142.684	87	57.740	90
Arrendatário	número	1.833	23	805	18	435	15	301	12	119	13
	Área (ha)	15.252	7	8.643	4	10.965	6	10.508	7	4 006	6
Parceiro	número	1.502	19	1.030	23	533	18	568	22	32	3
	Área (ha)	12.649	6	10.374	6	7.105	4	8.381	5	1 227	2
Ocupante	número	1.196	15	671	15	216	8	196	8	58	6
	Área (ha)	8.757	5	8.655	4	1.776	1	1.654	1	1 140	2
Total.....	número	7.903		4.504		2.892		2556		959	
	Área (ha)	209.682		195.847		174.597		163.227		64 113	

Fonte: IBGE. Censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1995-1996

Essas informações são importantes, pois constituem a inequívoca evidência dos resultados da modernização tecnológica, no qual o detentor do capital subordina todas as demais categorias de produtores. Neste sentido, Martins¹⁵² esclarece:

O fato de que a terra, através do proprietário, se ergue diante do capital para cobrar um preço pela sua utilização, apesar de não ter sido produzida pelo trabalho humano e, muito menos, pelo trabalho já apropriado pelo capital [...].

O que ocorre na realidade é que a terra foi transformada pelo capital em uma mercadoria que pode ser comprada, vendida ou alugada, produzindo para o seu proprietário uma renda. Esta renda é, portanto “resultado da concorrência, renda diferencial; e é, resultando do monopólio, renda absoluta”¹⁵³. Segundo Oliveira:

A renda diferencial [...] decorre da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado. [...] Enquanto isso [...] a renda absoluta, é aquela que resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe [...] Dessa forma obtêm-se um lucro extraordinário, que, ao contrário do da renda diferencial, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade.

Os dados expressos na Tabela 10. associados com as colocações de Oliveira revelam que a renda da terra capitalizou e fortaleceu os grandes e médios proprietários de terra em Campo Mourão, que se beneficiaram tanto através da renda diferencial, quanto da renda absoluta.

¹⁵² MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 161

¹⁵³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. p. 74 -75.

Essa realidade pode ser observada pelos dados expressos no período de 1970 a 1996. Neste período em Campo Mourão ocorreu a predominância da exploração direta da terra, pelos proprietários, em detrimento da exploração indireta que normalmente se dá através das categorias precárias, com o concurso dos arrendatários e parceiros. A Tabela 10. evidencia a redução em números, mas proporcionalmente essas categorias se mantêm um pouco mais reduzidas para os arrendatários e os ocupantes.

A exploração direta, quando predominante, identifica uma situação favorável em termos de lucratividade pelo uso da terra agrícola. São conhecidos na região exemplos em que, em momentos de crise, o proprietário transfere o uso da terra para as categorias precárias, obtendo com esse mecanismo vantagens que não obtém com a exploração direta. Ele além de não pagar salários e arcar com outros custos de produção, ainda afere renda na forma de aluguel da terra.

São situações que o proprietário procura evitar em momentos em que o mercado remunera bem pela produção colhida. Nesses momentos favoráveis a exploração direta evita a divisão dos lucros e serve para capitalizar o produtor proprietário. Nesse caso se opera a renda da terra, que segundo Singer¹⁵⁴:

A renda da terra aumenta porque a elevação do preço dos produtos agrícolas expande a margem entre o lucro extraordinário e o “normal” nas terras melhores. Mesmo que os capitalistas que arrendam a pior terra nada paguem aos seus proprietários [...], o fato de que o preço do cereal tenha que lhes proporcionar ao menos a taxa “normal” de lucro faz com que todos

¹⁵⁴ SINGER, Paulo. **Os economistas**: princípios de economia política e Tributação/ David Ricardo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. XXII.

os demais capitalistas paguem mais pelas terras que arrendam. O que, obviamente, deve deprimir a taxa “normal” de lucro. Como a renda da terra, de fato não é paga somente pelos capitais agrícolas, mas pelo conjunto dos capitais.

Já com relação à categoria de produtores arrendatários que desprovido da propriedade da terra, paga pelo seu uso ao seu proprietário, apresentou uma redução em número de estabelecimentos que reduziu um percentual de 11% no período de 1970 a 1985. Com relação a área ocupada após um declínio de 3% até 1975, apresentou um aumento de 3% após 1975, mantendo sua estabilidade em percentual.

Esse fato comprova que entre os arrendatários verifica-se uma elevação na área média, pela redução do número de estabelecimentos, produzindo assim uma transformação nesta categoria. Os arrendatários¹⁵⁵ “não são mais aqueles produtores despossuídos e carentes de um pedaço de terra para manter sua existência e de sua família, são produtores cujo objetivo da produção é o mercado”.

Segundo Martins¹⁵⁶ :

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio [...]. O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. [...] É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada.

Na Tabela 10. deve-se destacar também a categoria dos parceiros que ocupava 19% do número dos estabelecimentos em 1970 e em 1975 verifica-se um ligeiro

¹⁵⁵ FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Chain, 1988. p. 80.

¹⁵⁶ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 55.

aumento passando a representar 23%, sendo que em 1980 sofre uma ligeira diminuição passando a representar 18% e em 1985 verifica-se novamente um acréscimo nos dados que sobem para 22%. Com relação aos dados de 1995/1996, esses alteram totalmente a tendência apresentada, na qual a categoria dos parceiros representa apenas 3%, mas esta brusca mudança em percentual deve ser relacionada também aos desmembramentos ocorridos pós 1980.

Neste contexto a categoria dos ocupantes no período de 1970 a 1985, reduziu em área e número de estabelecimentos, sendo os mais atingidos. O motivo da redução dessa categoria em Campo Mourão tanto pode ser positivo como negativo; no caso positivo pode significar a passagem da condição de simples posseiro para a condição de proprietário da terra; já no caso negativo pode significar a expulsão desses trabalhadores pelos proprietários dos estabelecimentos.

De maneira geral, ao comparar os percentuais das áreas ocupadas segundo a condição do produtor mourãoense, verifica-se que o número de estabelecimento e área trabalhada pelos proprietários de terras cresceu em percentual mais do que todas as categorias juntas, chegando a representar em 1980, 89% da área trabalhada no município, com destaque, sobretudo, para os detentores dos estratos maiores de 10 hectares.

No Censo Agropecuário de 1995/1996 a categoria dos proprietários apresenta dominando 90% da área total, restando apenas 10% de área para ser dividida entre as demais categorias. Isso significa que o processo de modernização da agricultura

mourãoense produziu condições necessárias para que os produtores proprietários de terras aumentassem sua área cultivada por meio da incorporação de terras cedidas em arrendamentos ou parceria.

Em suma, através das informações analisadas pelos dados, foi possível compreender sinteticamente a dinâmica e estrutura fundiária mourãoense. Refletindo sobre essas mudanças ocorridas no município de Campo Mourão, questiona-se a expansão do capitalismo no campo, seguindo o pensamento de Martins¹⁵⁷, que observa:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los.[...] A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra. Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital.

4.2 As consequências sociais e econômicas da modernização agrícola

A terra é um bem natural. [...] como costumam dizer que “a terra é uma dádiva de Deus por isso é de todos. [...] É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflitos com os pressupostos da propriedade capitalista. [...] é preciso não esquecer que a lei brasileira reconhece preferencialmente a legitimidade do regime dominante de propriedade, entrando em conflito com os modos populares de conceber a relação de trabalho do homem com a terra. Quando há conflitos, prevalece na decisão, sempre, esse direito.”¹⁵⁸

¹⁵⁷ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.p. 176.

¹⁵⁸ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: (a Questão política no campo).** 3. ed. Hucitec: São Paulo, 1991. passim.

A terra é o lugar no qual se produzem os alimentos necessários à vida, por isso, tem que ser considerada um dos bens mais preciosos do homem. Com o crescimento populacional torna-se necessário aumentar a produção para alimentar a sociedade. Esta necessidade, conduziu o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas visando a produtividade junto com a lucratividade, com reflexo na expulsão do homem do campo. A produtividade passa a exigir técnicas avançadas de produção, que incorporam um novo padrão tecnológico nas atividades agrícolas.

Esse modelo de produção para ser “economicamente viável” necessita de uma injeção de capital e de concentração territorial para o plantio das novas lavouras, já que o produtor tem que adquirir os maquinários, aprender a utilizar as novas técnicas de produção, juntamente deve adquirir uma quantidade de terra que possa produzir uma lucratividade para suprir seus investimento.

Essa mesma lucratividade gera ao produtor o capital e este passa cada vez mais a investir na agricultura e também na infra-estrutura urbana. Assim o novo modelo agrícola passou a exercer o papel de comandante dos meios de produção, mas produziu como consequência contraditória a redução de grande quantidade de mão-de-obra, constituindo-se em uma válvula para a expulsão de uma grande parcela de mão-de-obra excedente.

Os trabalhadores segundo Martins¹⁵⁹ “liberados do instrumento de seu sustento, ou seja, a terra”; vão procurar trabalho nas cidades, no setor comercial e industrial na expectativa de melhores condições de vida, já que não conseguem permanecer no campo. Assim, ocorre um esvaziamento do campo; paralelamente ocorrendo uma concentração da propriedade da terra.

A pequena agricultura, desenvolvida através do trabalho familiar, na qual o produtor planta basicamente para a subsistência, não consegue cumprir as exigências impostas para se beneficiar das políticas e das concessões de créditos e demais vantagens que privilegiam as grandes empresas capitalistas que passam a acumular através da agricultura o capital. A terra deixa de ser um bem natural, passando a ser um investimento e o trabalho do homem do campo passa a ser explorado pelo capitalista, como exemplifica Martins¹⁶⁰:

A propriedade capitalista [...] um regime distinto de propriedade.[A qual] Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela distingue porque é propriedade que tem função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração.

Outro fator contraditório da nova realidade agrícola, diz respeito a problemática urbana desencadeada pela vinda dos trabalhadores expulsos do campo. As cidades não estando preparadas para absorver toda essa população, presenciam uma série de problemas em sua infra-estrutura.

¹⁵⁹ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.p. 159.

¹⁶⁰ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 54.

Esse contingente populacional sem possibilidades de se fixar em áreas urbanizadas, vai habitar nas zonas periféricas, formando as favelas, construindo um quadro baseado na desintegração social e econômica, de trabalhadores desempregados, geralmente analfabetos e sem qualificação profissional, ampliando assim a marginalidade rural e urbana.

Por não possuir instrução e mão-de-obra qualificada, a maioria dessa população não consegue emprego na cidade e acaba por rumar para outras localidades ou continuam por manter vínculos esporádicos com o campo na condição de assalariado temporário volante, ou seja, bóia-fria.

As mulheres para ajudar na complementação da renda familiar começam a trabalhar ou na roça, ou como empregada doméstica, ou mesmo de diarista com rendimento geralmente inferior a um salário mínimo. Também o trabalho infantil passa a ser incorporado na agricultura, já que com as máquinas diminui-se a necessidade de grande esforço físico para a realização dos trabalhos nas lavouras.

Diante da nova realidade, apesar da expulsão dos trabalhadores rurais, a agricultura passa a ser uma atividade que produz alto rendimento para seu proprietário. Esse rendimento começa a ser investido no município em maiores proporções a partir de 1975 em melhorarias na infra-estrutura urbana, impulsionando também crescimento no setor industrial e comercial, contribuindo para aumentar as propostas de emprego, que ainda não são suficiente para empregar toda mão-de-obra vinda do campo, ainda mais desqualificada.

Dessa forma apesar do desemprego gerado pela concentração da terra, o capitalista, ou seja, aquele que com recursos próprios ou que teve o direito aos benefícios do crédito rural, conseguiu ampliar ainda mais seus recursos investindo na melhoria urbana. Assim a partir de 1975, surgiram na cidade inúmeras construções de prédios e casas, mas em contrapartida estruturou-se vários focos de pobreza constituído pelas famílias expropriadas do campo.

Assim, considerando que a modernização começou em 1970, atualmente, após 34 anos de implementação, ainda observa-se as conseqüências sociais desse modelo tecnológico. Em certas localidades do município de Campo Mourão, a pobreza é nítida na qual famílias sobrevivem somente de ajuda governamental como bolsa escola, bolsa alimentação, vale gás e outros. Como exemplo a Favela São Francisco de Assis, Vila Guarujá, Jardim Paulino, Jardim Tropical I e II, Jardim Aeroporto, Jardim Santa Cruz, Jardim Pio XII entre outros que constituem em abrigos dos expropriados.

Os expropriados do campo foram numerosos, como pode ser observado nos dados da Tabela 11, que registram os dados censitários de 1950 a 2000. Pelos dados percebe-se que a população rural chegou a atingir em 1960 um patamar de 121. 668 habitantes, e que após 1970 essa população só decaiu, atingindo em 2000 o menor índice registrado de 5.722 habitantes.

Tabela 11. Campo Mourão: população urbana, rural e total 1950/1996

	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
URBANA	836	1	19.489	6	27.780	8	49.401	15	72.335	23	73.535	23	74.754	24
RURAL	32.112	13	121.668	48	49.333	19	27.769	11	9.983	4	5.973	2	5.722	23
TOTAL	33.949	6	141.157	25	77.113	13	77.170	13	82.318	15	79.508	14	80.476	14

Fonte: IBGE, Censos Demográficos – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

Esses dados revelam como foi forte a influência da implantação da modernização agrícola, sobre a vida da população rural, comprovando o que foi salientado anteriormente, ou seja, a expulsão do trabalhador rural do campo. Para melhor visualizar esses dados o gráfico 4 representa essa dinâmica demográfica.

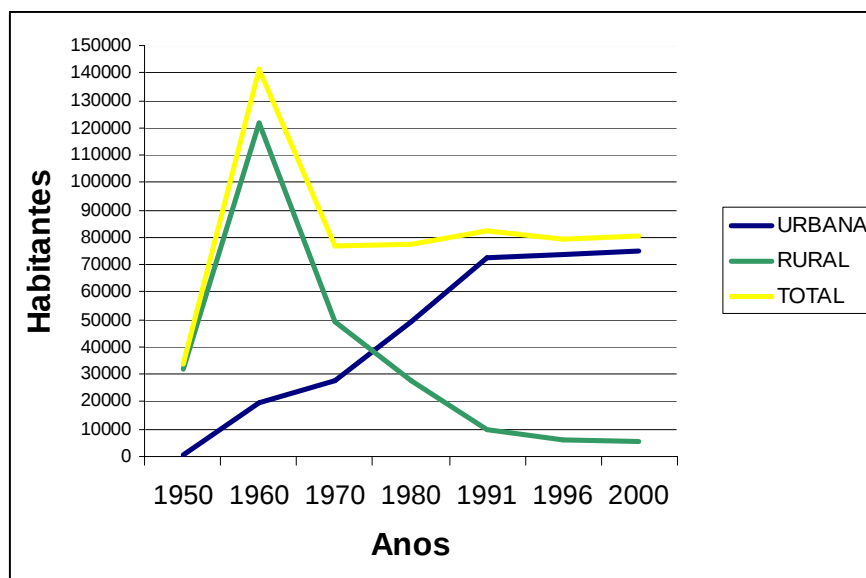


Gráfico 4 - População urbana, rural e total de Campo Mourão.

Fonte: IBGE, Censos demográficos – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000.

No gráfico observa-se um pique no crescimento populacional a partir do ano de 1950 até 1970, destacando o crescimento superior da população rural em relação a população urbana. Após 1970 essa aceleração no crescimento passa a ser inversa, ou seja, diminui-se drasticamente a população rural e aumenta significativamente a urbana.

Vários foram os motivos que influenciaram nas transformações ocorridas na dinâmica populacional mourãoense. Contudo, além da influência do novo modelo agrícola, não se pode esquecer dos desmembramentos municipais ocorridos entre 1950 a 1980, que influenciaram na diminuição populacional, uma vez que Campo Mourão elevado a categoria de município sofreu diversos cortes de área e população durante este período, como foi salientado anteriormente.

Deve-se esclarecer que em virtude da modernização obteve-se um grande desenvolvimento econômico, mas o que ficou obvio foi o descaso com o desenvolvimento social. Diante dos fatos, em concordância com Tavares, se observa que¹⁶¹:

A velocidade e a natureza do processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não tiveram, porém, correspondência nos planos de justiça social e da democratização política. [...] O deslocamento de importantes contingentes de trabalhadores rurais para a periferia das cidades de pequeno e médio porte disfarça um pouco a pressão sobre a terra.

¹⁶¹ TAVARES, Maria da conceição. **Folha de São Paulo**. 5 maio 1996. p. 2-5.

4.3 As relações entre o homem e a natureza

De um estágio de produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem esta cada dia permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Trata-se de início, da história de um grupo isolado, de um punhado de homens e de um pedaço de Natureza mediatizado pelas técnicas que o próprio grupo inventou para assegurar sua sobrevivência. [...] Agora, o problema é o de saber como os grupos humanos, mudando, alterando suas relações com a Natureza, mudam dessa forma a história; outro problema é o de também localizar as respectivas e múltiplas cadeias de causas e efeitos¹⁶².

Paralelamente aos descompassos entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, ocorridos pós 1970, cabe destacar os prejuízos ambientais, ocasionados pela vontade de obtenção de lucro do homem capitalista. É fato que na busca desenfreada pela lucratividade não existem barreiras que impeçam esse objetivo.

O homem apesar de saber que a natureza é a essência da vida, e que ele depende diretamente do equilíbrio ambiental, em suas interações com seu meio ambiente, esta sempre se apropriando de uma parcela cada vez maior dos recursos naturais.

Preservar a natureza é *slogan* de vários projetos sem sentido que se executam mas que não produzem resultados. Em Campo Mourão, a questão ambiental como já se mencionou, sempre esteve em repercussão sendo objeto de inúmeras discussões entre os representantes da mídia e empresários, mas que na realidade só produziram “ibope” para os diferentes veículos de comunicação.

¹⁶² SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.p. 204.

A retirada das matas acompanhou praticamente todo processo histórico da ocupação. No período da extração madeireira, as discussões foram muitas, mas o resultado foi a retirada em massa da floresta, sendo que essa retirada se intensificou a partir dos anos de 1970 com a penetração das lavouras mecanizadas no município. Essas lavouras, particularmente a soja justificaram pelos preços de mercado a incorporação de extensas áreas, entre elas as ocupadas por florestas naturais.

Dessa forma, o espaço mourãoense foi organizado, assim como muitos espaços do território nacional, priorizando o setor econômico sem considerar os impactos produzidos na natureza. Atualmente restam no município apenas algumas áreas de preservação, que servem como atrativo turístico e como lazer para os moradores dessa localidade.

Cabe salientar que com a implantação da modernização agrícola, o agravamento dos problemas de degradação ambiental, relacionam-se mais especificamente ao uso intensivo de venenos agrícolas e fertilizantes químicos. A poluição química prejudica a saúde do homem, podendo ser diminuída pela utilização de técnicas e equipamentos apropriados durante a aplicação de veneno na lavoura.

Contudo, essas técnicas não são utilizadas corretamente, já que foram detectados numerosos casos de intoxicação por veneno agrícola. Além disso, só o fato da utilização dos agrotóxicos, produz a poluição química do ar e também do alimento

produzido e ainda não se comprovou o que o efeito cumulativo desses elementos tóxicos pode produzir para o homem.

Apesar dos danos acarretados pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e também da falta de informações precisas sobre o efeito desses para o meio ambiente e para o homem, intensifica-se entre os produtores rurais, a utilização dessas práticas na produção, uma vez que com a aplicação de venenos e outros produtos químicos, melhora-se a produtividade e a qualidade do produto.

Nessa realidade objetivando verificar os cuidados tomados durante a aplicação do veneno nas lavouras e também a consciência dos produtores rurais em relação a questão ambiental, realizou-se entrevistas com produtores rurais mourãoenses¹⁶³.

Através das entrevistas foi possível detectar como o produtor vem se comportando com relação ao meio ambiente, diante de um contexto em que o capital comanda a produção e que se exige cada vez mais a melhoria na qualidade dos produtos para competir no mercado consumidor.

É indiscutível que muitas vezes “o discurso não corresponde com a prática”, assim por se tratar de entrevistas com produtores rurais que como todos no mundo capitalista visam o lucro e que preservar custa dinheiro, as informações nem sempre retratam a realidade.

¹⁶³ As entrevistas foram realizadas com 10 produtores rurais, no mês de novembro de 2005, obedecendo uma padronização nas perguntas realizadas.

Cabe salientar que existem normas gerais para o uso de defensivos agrícolas, que são regulamentada pela ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal juntamente com ações do Comitê de Educação e Treinamento sobre Uso Seguro (CETUS) com o propósito de dar orientações básicas aos profissionais que trabalham na agricultura sobre todas as etapas no uso correto e seguro, que vai desde o momento da aquisição do produto até o destino final das embalagens vazias¹⁶⁴, a qual solicita que o produtor:

Antes da aquisição de qualquer defensivo agrícola deve-se fazer uma avaliação correta do problema e da necessidade da aplicação. Não adquira nenhum defensivo agrícola sem receituário agrônomo e verifique a data de validade evitando comprar produtos vencidos e com embalagens danificadas. Não aplique defensivos agrícolas sem estar vestindo os Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessários. Fazer a tríplice lavagem da embalagem após o uso e inutilizá-la por meio de furos. Toda embalagem vazia e inutilizada de qualquer defensivo agrícola deverá ser retornada aos pontos de compra (oriente-se junto ao vendedor). Cumpra as suas obrigações e exija seus direitos de consumidor.

Nas entrevistas todos os produtores salientaram ter conhecimento da existência das normas, já que todos fazem uso do veneno na agricultura, e que durante a aplicação afirmaram tomar todos os cuidados necessários, utilizando-se dos Equipamentos de Proteção individual (EPIs) como máscaras protetoras, óculos, luvas impermeáveis, chapéu impermeável de abas largas, botas impermeáveis, macacão com mangas compridas e avental impermeável, tomando o devido cuidado com as embalagens e recipientes dos produtos, realizando a tríplice lavagem e furos e guardando esses para posterior entrega no local onde foi comprado (Figura 17). Como afirmou um dos produtores:

¹⁶⁴ NORMAS gerais para o uso de defensivos agrícolas. Disponível em: <<http://www3.pioneer.com/Brasil/index.asp?cod=3631>>. Acesso em: 12 dez. 2004.

Em nossa propriedade utilizamos durante a aplicação do veneno, os EPIs necessários que são comprados na COAMO. Há um cinco anos atrás as embalagens plásticas dos venenos eram vendidas para os caminhões que iam lá comprar, hoje já não, hoje a gente já faz a tríple lavagem, perfura o fundo dela e faz todas as recomendações necessárias que foram ensinadas na COAMO, e no momento oportuno a gente trás na cooperativa e entrega no local adequado.



Figura 17 - Ilustrações sobre o uso correto e seguro dos produtos fitossanitários/ agrotóxicos.
Fonte: MANUAL DE USO CORRETO E SEGURO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS/ AGROTÓXICOS. (2004).

Apesar dos cuidados, que os 10 entrevistados relataram, somente 3 não enfrentaram problemas de saúde em algum membro da família ou empregado por causa do veneno aplicado na lavoura. O que indica a falta de um manejo adequado das técnicas de aplicação e utilização dos equipamentos. Dos problemas cabe salientar o relato de alguns dos produtores que afirmaram:

Já tive caso de empregado, meu irmão passou por problemas respiratórios ocasionado pelo veneno na lavoura e minha mãe problemas na pele.
(1º produtor entrevistado)

Problema de saúde isso aí, há muito tempo atrás, isso a gente teve, com empregado que teve uma intoxicação com veneno, ficou no hospital. E hoje a minha esposa inclusive está fazendo tratamento, e é constatado que é ocasionado por produtos agrotóxicos, talvez por ser utilizado próximo da propriedade ou alguma coisa e que ela se intoxicou.
(3º produtor entrevistado)

Sim, já tivemos vários casos, inclusive eu já me intoxiquei 2 vezes e dois empregados também já se intoxicaram 2 vezes. (4º produtor entrevistado)

Eu mesmo tenho um problema, um produto que me dá uma irritação na pele, e eu tenho já certeza que não posso utilizar o produto, esse problema eu já tive. (6º produtor entrevistado)

Dos entrevistados, 8 afirmaram possuir mata ciliar em sua propriedade, sendo que somente 2 relataram que quando compraram sua área de terra já não havia mais a mata nativa, mas que se preocupavam com a questão ambiental, e que pretendiam reflorestar, especialmente nas margens dos rios, para impedir impactos ambientais maiores. Para melhor esclarecimento das entrevistas dos que afirmaram ter mata ciliar e também dos que não, seguem 2 depoimentos :

Mesmo vivendo de propriedade própria e também de arrendamento, a gente procura sempre por mais que pague arrendamento a gente abandona algumas áreas de beira do rio ciliares, por que tem que sempre está pensando no amanhã, então eu procuro sempre preservar essas áreas aí.¹⁶⁵

Na minha propriedade sim, mais tem em algumas em que estavam faltando e que já está sendo reflorestada novamente . Nós estamos refazendo elas novamente e mais até uns cinco anos elas vão estar prontas. [sendo considerado para esse produtor a questão da falta de reserva ciliar o maior problema de sua propriedade com relação ao meio ambiente]¹⁶⁶

¹⁶⁵ Entrevistado que possui mata ciliar.

¹⁶⁶ Entrevistado que ainda falta reflorestar a mata ciliar.

Para a maioria dos entrevistados o maior problema de sua propriedade em relação ao meio ambiente é a utilização dos venenos. Durante a aplicação tem que haver um cuidado muito grande, possuir equipamentos sempre revisados e mesmo com os cuidados tomados, ainda é perigoso, como relatou um dos entrevistado:

[...] o tempo é curto para aplicação, tem que se tomar cuidado para ver se não tem muito vento no momento da aplicação e também é melhor não aplicar os fitossanitários nas horas mais quentes do dia, tendo muito cuidado para não deixar escorrer para o rio e nem para a mata nativa e também não esquecer de entregar os recipientes no local que se comprou o produto”.

Com relação ao uso do solo, todos plantam lavouras comerciais de soja, trigo e milho, intercalando esporadicamente com aveia para recuperação do solo, através do plantio direto, colhendo em média de 120 a 130 sacas de soja por alqueires de soja, e em média 370 sacas de milho e aveia em torno de 40 sacas por alqueire. A produção dos entrevistados geralmente é entregue para a COAMO, Agroindustrial Cooperativa, para a COOPERMIBRA – Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil e também para terceiros.

Com as entrevistas pode-se afirmar que a utilização de veneno na lavoura produz impacto ambiental ao homem e natureza. Nesse sentido para melhor esclarecimento cabe mencionar que o termo “impacto ambiental” passou a ser utilizado em 31 de agosto de 1981 sob a égide da legislação brasileira, através da implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, objeto da Lei Federal nº 6.938, com regulamentação no Decreto Federal nº 88.351, de 01 de junho de 1938, com sua

definição legal no Artigo nº 001, de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA¹⁶⁷, com a seguinte descrição:

[...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam: I – A saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

Mas mesmo causando impactos ao meio ambiente para os agricultores o uso do veneno nas lavouras ainda é indispensável, já que essa técnica reduz grandemente as pragas que afetam as lavouras e também apesar dos riscos, sua utilização torna-se um mau necessário.

Deve ser considerado que além dos agrotóxicos outros problemas são gerados ao meio ambiente por agentes relacionados ao processo de modernização. O uso de máquinas pesadas, por exemplo, é responsável pela compactação do solo; o processo erosivo, da mesma forma é gerado, em grande parte pela mecanização do solo. A erosão e a compactação afetam além do solo os recursos hídricos que passam por processos conseqüentes de assoreamento e contaminação.

Enfim o homem recorre aos meios que possam lhe assegurar benefícios econômicos, mesmo que esses benefícios estejam vinculados à ingestão da "dose diária aceitável - o veneno nosso de cada dia'.

¹⁶⁷ PARANÁ. **Coletânea de legislação ambiental e estadual**. Curitiba: SEDU/ CEDMA, 1990.

4.4 A COAMO e as transformações na agricultura de Campo Mourão.

O cooperativismo como fruto do movimento operário resultou na criação de um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembléia dos associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras no final de um ano de trabalho deve ser feita de uma maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista. Isto é, nesta última, a referida distribuição se faz em função da participação dos associados nas operações da mesma.[..] A cooperativa não lucra em cima do associado, ela é apenas um instrumento, para os associados, estes sim, lucrarem.¹⁶⁸

Como parte integrante nas transformações ocorridas no campo em todo o Estado do Paraná, pós implantação do processo de modernização da agricultura, as cooperativas ressurgem com uma nova moldagem, baseada em padrões capitalistas de produção, apesar de sua origem histórica estar ligada à ideologia da ajuda mútua.

Nessa nova realidade as cooperativas modificaram sua doutrina que centrava primeiramente no ser humano procurando através do “self-help” (ajuda-te a ti mesmo) e da associação democrática (ajudemo-nos uns aos outros), sanar os males da sociedade capitalista prestando serviços, eliminando os exploradores e explorados, para se tornarem empresas capitalistas, que têm como objetivo em primeiro plano a renda; ou seja, empreendimento “em que pessoas se reúnem para produzir bens ou serviços com o propósito de receber a retribuição monetária”.¹⁶⁹

¹⁶⁸ RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 14.

¹⁶⁹ RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000. p. 58.

Nesse sentido considerando as modificações na proposta do sistema cooperativismo, Martins¹⁷⁰ afirma:

A coletivização da venda dos produtos agrícolas ou, até mesmo, a coletivização da compra de insumos e outras mercadorias necessitadas pelos lavradores, como se faz através do cooperativismo, não atinge o próprio processo de trabalho, a própria produção. Apenas barateia os custos parcialmente na comercialização. Os ganhos sociais da cooperação não estão principalmente na comercialização, mas na produção.[...] É o que nos coloca diante de um problema sério: onde a produção foi drasticamente ampliada através da cooperação no trabalho, agrícola ou industrial, o capitalismo já está presente para se apropriar de ganhos que deveriam ser sociais porque frutos do trabalho social; onde a produção permanece em bases artesanais e tecnicamente modestas, a cooperação tolerada se restringe à circulação das mercadorias produzidas e não à produção e ao trabalho. Com isso, mesmo o produtor cooperativo acaba trabalhando para o grande capitalista. Como os preços dos gêneros alimentícios são fixados em nosso país de cima para baixo, através de tabelas e preços mínimos, os produtores procuram no cooperativismo manipular esta estreita faixa de alternativas, retendo para si o que antes se destinava ao comerciante-intermediário, mas sem afetar o preço que os consumidores pagariam por seus produtos. Ao invés de estenderem a cooperação ao conjunto do processo de produção, apenas reforçam as condições da sua submissão ao capital industrial que continua a explorá-los.

Dessa forma o cooperativismo tornou-se um novo movimento e essa nova forma de cooperação, veio auxiliar os produtores na implementação da modernização da agricultura no município de Campo Mourão, como se verificou em entrevista realizada com o senhor Getúlio Ferrari¹⁷¹ proprietário de terras no município.

Na entrevista o senhor Ferrari relatou como surgiram os primeiros movimentos cooperativistas na região de Campo Mourão que ocorreram mais intensamente a partir da década de 1970, com a entrada na região da cultura de soja, que também influenciou na valorização das terras. Para Ferrari, a Cooperativa, no caso a COAMO - Agroindústria Cooperativa, foi uma base para a produção da soja, que

¹⁷⁰ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 57 – 58.

¹⁷¹ Entrevista realizada no dia 24/11/2003.

segundo ele, a produção dessa cultura, começou no município por causa de uns parentes seus, que vieram primeiramente do Estado do Rio Grande do Sul para vender a oloígena:

[...] numa cidade um pouquinho pra frente de Londrina, em uma indústria que transforma a soja em óleo. Ai eu perguntei pra ele: mais pra que trazer tão longe, você nunca procurou a SANBRA pra saber?, a SANBRA compra tudo que é tipo de produtos agrícolas. Ele respondeu: eu não!. Daí eu liguei para o gerente da SANBRA que era meu conhecido e falei pra ele, se ele já havia visto falar em soja, e ele disse: eu já ouvi falar! Eu perguntei vocês compram soja? Ele respondeu que na lista de produtos estava a soja. Nós compramos soja sim! E eu perguntei qual é o preço? Ele respondeu; Daí perguntei: pra entregar onde? Ele respondeu pra entregar no entreposto lá de Maringá. E foi nesse dia que eu ouvi falar da soja.

Em 1969, seus parentes vieram novamente para Campo Mourão, com o objetivo de posteriormente irem para o Estado do Mato Grosso comprar terra para produzir a soja. Nessa ocasião chegaram no município seu primo Genaro Riva, sua esposa Teresinha e seus pais. Sobre esse episódio Ferrari declarou que:

Meu primo era uma pessoa que tinha uma visão e conversava muito sobre o processo de desenvolvimento do país, como estava o Rio Grande do Sul. E ele comentando o negócio da soja, que estava começando e a intenção dele era ir pro Mato Grosso adquirir uma área de terra para produzir soja. [...] Eu falei pra ele escuta o Genaro! essa soja, o que é que precisa pra produzir soja; ele falou o que precisa é chuva e uma terra corrigida; e eu falei onde produz arroz produz soja? Ele falou produz! Daí eu falei aqui tem um pessoal, uns alemães que produzem arroz e tem maquinários! Ele respondeu: E dá pra ir lá pra ver essa fazenda? Eu falei amanhã cedo eu peço pro Osmar te levar lá [...]. E ele foi e quando chegou me falou que não ia mais pro Mato Grosso, pois aqui a região é própria para o cultivo da soja e vou adquirir uma área aqui próximo a cidade. E ele adquiriu ali próximo da Usina mourão, e voltou para o Rio Grande do Sul e daí começou a vir gente de lá: os amigos dele, os conhecidos começaram a vir pra cá, por influência dele, pra comprar terra e plantar soja. E o que aconteceu começou um processo diferente do que se verificava, [...] em 1970 criou-se a COAMO porque já se havia iniciado o plantio de soja e trigo na região, porque no Rio Grande do Sul se tinha cooperativa e com a vinda dos gaúchos se pedia a criação de uma cooperativa.

Esse foi, segundo Ferrari, um dos motivos que contribuiu na fundação da cooperativa COAMO. A COAMO inicialmente denominada de Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., foi fundada em 1970 no dia 28 de novembro, por 79 agricultores e a partir de 2003 a denominação social passou para COAMO Agroindustrial Cooperativa.

A sigla COAMO, foi sugerida pelo agricultor Gelindo Stefanuto e aprovada por unanimidade e “segundo a história fazia uma alusão a uma cooperativa com amor”.

A primeira diretoria da COAMO foi assim constituída: Presidente: Fioravante João Ferri; Vice-presidente: Gelindo Stefanuto; Diretor Secretário: Nelson Teodoro de Oliveira; Membros efetivos: Jorge Garcia Árias, Rosalino Manuseto Salvadori e Susumo Takasu; Membros Suplentes: José Binote, Sebastião Evangelista Bezerra e Martin Kaiser; Conselho Fiscal: Odonel Procópio de Oliveira, Joaldo Saran, Theodoro de Andrade, Emílio Gimenes, Lourenço Tenório Cavalcante e Armindo Appelt.

A sede da COAMO se localiza em Campo Mourão, atuando na prestação de assistência técnica, acompanhando a produção dos seus cooperados, oferecendo suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra, além de oferecer cursos, treinamentos e encontros para os cooperados (Foto 13) .¹⁷²

¹⁷². COAMO. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2004.



Foto 13 – As fotos evidenciam em seqüência: assistência técnica prestada pelo agrônomo da COAMO, que vai até a lavoura do cooperado; e encontro de cooperados com objetivo de avaliar os resultados alcançados e projetar as ações futuras.

A cooperativa, mantém 86 unidades e postos de recebimentos de cereais, algodão e café espalhados pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Possui 3,7 mil funcionários e 19 mil agricultores associados¹⁷³. Segundo o Diretor Vice-Presidente da COAMO, Sérgio Luiz Panceri¹⁷⁴:

A perfeita integração tornou a COAMO uma das maiores cooperativas agrícolas da América Latina. Esse crescimento relaciona-se diretamente ao fato da cooperativa ter nascido junto com a implementação da nova agricultura na região de Campo Mourão. Esse novo modelo de produção exigia que os agricultores tivessem um órgão que os apoiassem. Tivemos a felicidade de estar na região o Engenheiro Agrônomo José Aroldo Gallassine, trabalhando na ACARPA, que era o órgão de extensão rural, que organizou a cooperativa.

Por ser considerada uma das maiores tem influenciado de maneira significativa os agricultores e o desenvolvimento do setor econômico do município, gerando emprego e renda. Para seus associados a cooperativa garante linhas de financiamentos para aquisição de máquinas e implementos, investimentos em fertilidade do solo e calcário, além de orientação técnica sobre época de plantio,

¹⁷³ Dados de 2004, obtidos na Cooperativa.

¹⁷⁴ Dados obtidos em entrevista realizada no dia 04/12/2005, com o Diretor Vice-Presidente da COAMO: Sérgio Luiz Panceri.

prática de conservação, uso de agrotóxicos, correção do solo entre outras técnicas.

Como salientou um de seus cooperados em entrevista¹⁷⁵:

A COAMO oferece assistência técnica e também financiamentos que pode ser pago em até 3 anos, podendo ser pago através de permuta a prazo de safra para a compra dos insumos para o plantio da lavoura, o que influencia em minha preferência por esta cooperativa.

Possui um parque industrial com duas indústrias de óleo bruto de soja (uma em Campo Mourão e outra em Paranaguá), uma refinaria de óleo de soja, uma fiação de algodão, um moinho de trigo, uma indústria de gordura hidrogenada e uma fábrica de margarina. Cabe salientar que apesar de sua infra-estrutura, segundo Ávila¹⁷⁶ a COAMO:

No transcorrer de sua evolução histórica, acompanhando todas as vicissitudes da política econômica do país e do exterior [...] estruturou-se como uma mega empresa capitalista distanciando-se do dogma do cooperativismo. Como empresa capitalista o seu principal objetivo é obter lucro em seus empreendimentos, proporcionando uma boa remuneração para a produção de seus associados.

Dessa forma de acordo com seu presidente José Aroldo Gallassini Arroldo¹⁷⁷ as indústrias são importantes porque agregam valores à produção dos cooperados e valorizam os produtos para a competição no mercado globalizado.

A política da empresa é regida por um Estatuto social que tem como objetivos conforme descrito no Capítulo II:

¹⁷⁵ Entrevista realizada no dia 20 de dezembro com cooperados da COAMO.

¹⁷⁶ ÁVILA, Jader libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UEM. Maringá: UEM/DGR, 2002. p. 100.

¹⁷⁷ Entrevista cedida ao Jornal Tribuna do Interior, Domingo, 28 de outubro 2004. p.11

Política de Estoque (armazenagem) – Transportar sempre que possível, do local da produção para suas dependências os produtos agropecuários de seus associados.

Política de Vendas – Beneficiar, padronizar, armazenar, industrializar e comercializar, em comum, os produtos, registrando as marcas quando for o caso, bem como realizar expurgo de produtos agrícolas armazenados de associados ou terceiros; - Produzir e comercializar sementes e mudas.

Política de Compras – Adquirir, para fornecimento a seus associados, bens de produção e outros necessários ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, inclusive artigos de uso doméstico e pessoal.

Política de Estoque (produção) – Proceder à produção de artigos destinados ao abastecimento dos seus associados, através de processos de transformação, beneficiamento, industrialização e embalagem.

Política de Créditos – Fazer adiantamento em dinheiro, sempre que possível, sobre o valor dos produtos recebidos dos associados, ou que estejam em fase de produção; - Obter recursos para financiamentos de custeio de lavouras, investimentos, para associados, pelo repasse de Crédito Rural, na medida em que for possível e que o interesse social aconselhar.

Política Social – Prestar serviços de assistência técnica e orientação aos associados, vinculados ou não ao Crédito Rural, mediante convênios ou credenciamentos, quando necessários; - Realizar pesquisas e treinamentos que

visem o aprimoramento tecnológico da atividade agropecuária; - Promover reflorestamento para fins energéticos.

Política de Recursos Humanos – A Cooperativa promoverá, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional de seus dirigentes, associados e de seus próprios empregados e participará da expansão do cooperativismo, do fomento da agropecuária e da racionalização dos meios de produção.

Política de Sobras – A Cooperativa efetuará suas operações sem qualquer finalidade lucrativa própria.

Política de Operação com Terceiros – A Cooperativa poderá operar com terceiros até o limite de 100% (cem por cento) do maior montante das transações realizadas nos 3 (três) últimos exercícios; - A Cooperativa poderá participar de empresas não cooperativistas para atendimento de objetivos acessórios ou complementares; - A Cooperativa poderá filiar-se a outras congêneres, integralizando capital e assumindo os direitos e obrigações por elas estabelecidas; - A Cooperativa poderá prestar fiança e oferecer bens ou direitos em garantia a empresas a que se refere o parágrafo 1º (primeiro) desse artigo, inclusive em operações contratadas no exterior, desde que sua participação no capital seja majoritária.

Seguindo esse regimento a empresa aumentou gradativamente seu quadro de associados, chegando a ter 34 mil cooperados. De acordo com o Diretor Vice-Presidente Sérgio Luiz Panceri¹⁷⁸:

Hoje contamos com 19 mil associados, não é o maior número de associados que a cooperativa já teve. A cooperativa já chegou a ter 34 mil, com uma área de atuação muito menor. Por que isso? Por que com a desestruturação do algodão no Estado do Paraná e com a concorrência que nós começamos a ter na época do presidente Collor que liberou as importações sem impostos nenhum, logo os agricultores ficaram muito prejudicados e também por problemas de clima, como chuva na hora da colheita, então perdemos muito algodão, desestruturando notadamente os pequenos agricultores que trabalhavam quase todos em áreas arrendadas. Com isso eles foram embora para as grandes cidades gerando problemas sérios nas grandes capitais e estas áreas foram incorporadas por outros agricultores. Tanto é que hoje com menos associados, recebemos 2 ou 3 vezes mais produtos do que recebíamos ai nos anos de 1985, que foi o auge do número de associados.

Pela argumentação de Panceri fica evidente a exigência de capital na adesão do novo modelo agrícola, uma vez que apesar da assistência técnica prestada pela cooperativa em auxílio do agricultor para implantar o novo modelo de produção, os fatores climáticos e sobretudo a política governamental foram decisivos para a expulsão do pequeno agricultor. E com relação aos que possuem mais capital esses conseguiram permanecer em sua área de terra e ainda aumentar sua área produtiva. Para melhor esclarecimento segundo entrevista realizada por Ávila:¹⁷⁹

[...] somente 4,76% dos proprietários [cooperados da COAMO] reduziram sua unidade produtiva; 26,19% continuaram com a mesma área e, 69,05% ampliaram a propriedade rural. [...] até o final de 1980 era viável economicamente as unidades produtivas de 50 a 80 hectares, no entanto, a partir de 1990, tornou-se inviável esta prática, em virtude das culturas de exportação [...]. [Diante disso] as posses fundiárias dos cooperados, quando da aquisição, constituíam-se em área média de 130,48 ha que, foi

¹⁷⁸ Dados obtidos em entrevista realizada no dia 04/12/2005, com o Diretor Vice-Presidente da COAMO: Sérgio Luiz Panceri.

¹⁷⁹ ÁVILA, Jader libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UEM. Maringá: UEM/DGR, 2002. p. 109.

ampliada para 213,36 ha, em média, uma ampliação na unidade produtiva de 63,52%.

Esses dados comprovam a capitalização do cooperado, juntamente com transformações na estrutura fundiária, desencadeando a concentração da terra. Também fica evidente através dos dados o papel que a cooperativa exerceu no crescimento econômico da região, sendo que a COAMO foi implantada desde o início com objetivos específicos de viabilizar para o agricultor a implantação do novo modelo agrícola, cumprindo a risca esse objetivo.

Enfim, fica evidente a importância da cooperativa COAMO, que é apontada por várias revistas como sendo a segunda maior empresa privada do Paraná e a 86ª maior entre as 500 empresas privadas do Brasil, conforme a revista Exame, alcançando excelente performance no ranking das exportações brasileira, estando entre as maiores exportadoras do Sul (6ª posição), segundo a revista Expressão. A cooperativa também está na lista das 100 empresas mais ligadas do Brasil em TI – Tecnologia da Informação, ocupando a 39ª posição, segundo a revista Info¹⁸⁰.

Contudo deve ser salientado que a COAMO ao se posicionar ao lado das grandes empresas privadas do país se distanciou da proposta cooperativista, tanto que sua forma de atuação assume características essencialmente empresariais. O que a cooperativa visa é muito mais uma política de resultados econômicos do que uma

¹⁸⁰ COAMO. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br>>. Acesso em: 12 de dez. 2004.

política de promoção humana, estando neste ponto seu distanciamento da verdadeira ideologia associativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar é muito gratificante, conduzindo de forma envolvente o conhecimento ao pesquisador. Esse conhecimento é divulgado a um público através de publicações sobre o objeto de estudo. Assim se desenvolve o conhecimento através do envolvimento do pesquisador com sua pesquisa. Desse envolvimento construiu-se a dissertação de mestrado intitulada **“Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais”**, seguindo a ótica geográfica, embasada numa análise multidisciplinar.

Entretanto, as informações contidas na dissertação não esgotam a história da construção espacial de Campo Mourão e sim abre o caminho para novos estudos sobre a mesma temática. Com esse objetivo, verificam-se, no decorrer do registro das particularidades da temática, diversos pontos de discussões para o encaminhamento de outras pesquisas.

A parte da história de Campo Mourão que já foi desvendada é atribuída a ciência, graças a uma série de pessoas (pioneiros, professores, agricultores, empresários entre outros) conscientes sobre sua responsabilidade como cidadão integrante de uma sociedade, com raízes em um contexto histórico que ainda não tinha sido contado sob o âmbito da Geografia, e que agora a partir dessa pesquisa espera-se que se desenvolvam muitas outras.

A pesquisa procura resgatar os fatos históricos que contribuíram para a organização e construção espacial da chamada Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e para a posterior consolidação do município de Campo Mourão, que exerceu inicialmente papel fundamental no decorrer desse processo, uma vez que toda a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense constituía-se na região de Campo Mourão, não tendo como separar a história do município, com a história da região, já que tudo era conhecido como Campo Mourão.

Campo Mourão como se menciona no decorrer da dissertação, durante sua construção espacial foi marcado por ciclos econômicos, que exerceram papel fundamental na organização e estruturação, não somente dessa região como também das demais regiões ao seu entorno. Isso porque essa localidade é uma das primeiras do interior do Paraná a ser ocupada e a organização espacial dessa região possibilitou o reconhecimento das áreas ao seu entorno, favorecendo sua ocupação, revelando também a grande importância geohistórica dessa localidade, indicando as conexões existentes entre as diferentes espacialidade, ou seja, o contexto histórico mourãoense produziu como consequência diversas peculiaridades na organização espacial das demais regiões ao seu entorno.

Com o processo de Modernização da agricultura, implantado em Campo Mourão na década de 1970, verificou-se melhorias na infra-estrutura urbana, acompanhada de crescimento econômico nos setores industriais e comerciais. Isso ocorreu em virtude da capitalização do médio e grande agricultor, que se beneficiou com a implantação

do novo modelo agrícola de produção, podendo investir em novos empreendimentos no município.

Mas apesar das melhorias verificadas no município e da influência exercida para a ocupação das demais regiões, nota-se que Campo Mourão após 1980, em virtude das transformações ocorridas no setor agrícola, começa a vivenciar um período de estagnação tanto no setor econômico, político e social, sobretudo em se tratando de infra-estrutura na qual essa localidade passa a ser dependente do município de Maringá que com o sucesso de sua colonização se tornou uma cidade pólo regional. Essas argumentações sobre o processo de construção espacial enfatizam a importância da continuidade e aprofundamento da análise geográfica sobre a região, viabilizando ainda uma comparação entre as duas regiões onde se localizam Maringá e Campo Mourão, para verificar esse paradoxo.

Um outro fator analisado sobre os ciclos econômicos é que estes foram se desenrolando a partir de relações contraditórias entre setor econômico e natureza. Essas contradições podem ser observadas no decorrer do contexto histórico, no qual o homem visando suas necessidades sociais, políticas e econômicas vem produzindo impactos ambientais que precisam ser avaliados não somente com base no setor econômico, mas também a partir da ótica de preservação e qualidade de vida.

Nessas perspectivas fica um questionamento sobre a atuação do homem durante a apropriação dos recursos naturais, mas não se pode desconsiderar que toda ação

humana é condicionada por fatores que buscam uma organização. Como exemplo pode-se citar o período madeireiro, que por um lado, as árvores foram derrubadas para aproveitamento da madeira, com a retirada da floresta abriu-se espaço para a plantação das lavouras modernas, o que produziu a seqüência das atividades lucrativas para subsidiar a economia de Campo Mourão. Mas por outro lado, sem um manejo que objetivasse compensar a perda da floresta, verificou-se na região o esgotamento do pinheiro, árvore símbolo do Paraná.

Dessa forma considerando que toda a prática humana deve servir como exemplo para melhorar a interação do homem com seu espaço, as agressões ambientais produzidas, podem dar base para a elaboração de projetos de extensão que visem mitigar e compensar a natureza, buscando manter o equilíbrio natural e a sobrevivência humana, já que o passado tem a finalidade de fundamentar o presente e o presente alicerça o futuro.

Outro aspecto do contexto de formação e organização de Campo Mourão abordado, diz respeito a história de violência que se presenciou no município que não é um caso particular, mas constitui em um dos muitos exemplos ocorridos no Brasil.

A luta e violência ocorrida em Campo Mourão por causa da terra, passou a se desenvolver em dois períodos históricos distintos. Primeiramente na fase da ocupação pioneira, a violência ocorre entre grileiros e posseiros na disputa pela posse da terra (a meta dos grileiros) e pelas condições de sobrevivência (a meta dos posseiros). Na fase recente a violência vai ocorrer pela expulsão e expropriação dos

trabalhadores como consequência da implantação do novo modelo agrícola, altamente dependente dos recursos que demandam capital e pouco dependente de recursos que demandam trabalho.

Diante desse quadro é um dever dos geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, denunciar essa problemática, buscando um espaço humanizado, no qual o homem possa trabalhar e sobreviver honestamente, sem haver separação entre classes de exploradores e explorados, um espaço justo, instrumento da reprodução da vida e não somente uma mercadoria, como hoje é tratado.

Assim é imprescindível que a Geografia exerça seu papel em favor da sociedade, uma vez que o espaço, seu objeto de estudo se tornou uma mercadoria, sobretudo em se tratando do setor agrário, o qual com a implementação da modernização da agricultura na década de 1970, vem cada vez mais deixando de ser o local onde se produz para a sobrevivência, para se tornar gerador de renda para uma pequena classe social, enquanto que um grande contingente populacional sobrevive em situação de extrema pobreza, morrendo até mesmo de fome, e a maior parte das pessoas que sofrem atualmente são os trabalhadores expropriados do campo.

6 REFERÊNCIAS.

AB' SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.

A COOPERATIVA COAMO. **Jornal Tribuna do Interior.** Campo Mourão, 28 de out. 2004. p. 11

AGRICULTURA E COOPERATIVISMO. **Jornal da COAMO.** Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo>> . Acesso em: 10 dez. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O sentido da colonização.** Recife: 20-20 Comunicação, 1994.

ARAÚJO, Lílian Alves de. Perícia ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Texeira. (Org.) **A questão ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ÁVILA, Jader libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão.** 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM/DGE, Maringá, 2002.

BALHAMA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 12, p. 65-80, maio/jun. 1969.

BALHANA, Altiva e Pilatti et alli. **História do Paraná.** Curitiba: Cultural, 1969.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, n.3, 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, n. 4, 1952.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Texeira. (Org.) **A QUESTÃO ambiental:** diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Berttrand Brasil, 2003.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: Brandenburg, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. (Org.). **Para pensar outra Agricultura.** Curitiba, PR: UFPR, 1998.

BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital.** Curitiba: Juruá, 1975.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARGO, Ana Luiza do Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campina, SP: Papirus, 2003. (Coleção papirus educação).

CAMARGO, João olivir. **NERJE – Laranjeiras do Sul “Raízes da nossa terra”**: a história épica e contemporânea. Curitiba, PR: Vicentina, 1999.

CAMARGO, Manoel Borba de. Uma introdução à história de Pitanga. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 50, p. 181- 200,1999.

CARMO, Jose Henrique. O Paraná: sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.76, p. 33-59, jul./set. 1981.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: Brandenburg, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. (Org.).**Para pensar outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. **Campo Mourão**: no seu 20º aniversário, 10 de out. 1967. Material promocional.

CAMPO Mourão. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 out. 1976. Edição especial.

CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão. Curitiba: CISPE, abril 1969.

CAMPO MOURÃO. Prefeitura municipal. Sinopse estatístico-descritiva do município de Campo Mourão. Campo Mourão, 1957.

CASAGRANDE, Marilsa de Paula. **Traços de uma memória**: o município de Campo Mourão em questão. Monografia (Especialização em História e Sociedade) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Um caso de mudança sócio-econômica e tecnológica: o Paraná, do café à agricultura moderna. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 42, p.87-143, 1984.

CERON, Antonio Olívio. Distribuição da terra agrícola e a questão da reforma agrária no Brasil. **Geografia**. Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 1 - 35, out. 1985.

CIGOLINI; MELLO e LOPES. **Paraná**. São Paulo: Saraiva, 2004.

COAMO. Disponível em <<http://www.coamo.com.br>> . Acesso em: 12 dez. 2004.

COELHO JUNIOR. **Perfis e panoramas (o que vi e ouvi nos sertões do Paraná)**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1940.

COELHO JUNIOR. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: GUAÍRA ,1946.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. São Paulo: Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP, 1975.

COSTA, Odah Regina Guimarães. A Proclamação da República (1989) e a mudança da política de terras: o caso do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 67, p. 63-94, 1990.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná (*). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1976, São Paulo: **Anais...** São Paulo, [s.n], 1976.

COSTA, Vera Marisa Henriques de Miranda. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo Agroindustrial no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1992, Maringá: **Anais...** Maringá: UEM, 1992. p. 2-26.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Texeira. (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CURRIE, Karen. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

DAVID, César de; CORRÊA, Walquíria Krüger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – de 1960 aos dias atuais. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 17, p. 23-44. 2002.

DRABIK, Alexandre. O Caminho do Peabiru – possibilidade histórica. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 50, p. 7-12, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o desenvolvimento econômico. In: **A QUESTÃO agrária e o desenvolvimento nacional**. Santa Catarina: UFSC, 1987. p. 43 – 56.

DENIS, Pierre. A colonização no Paraná. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 100, 1951.

EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná: municípios do Paraná**. Curitiba: Cultural, 1969.

ENCICLOPÉDIA dos municípios Brasileiros. Curitiba: IBGE, 1959.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: **MOVIMENTOS sociais no Campo**. Curitiba: Criar, 1987.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades brasileiras: origem e significado de seus nome – Paraná.** Curitiba: MB- Memórias do Brasil, 2000.

FILHO, César Muniz. Divisão regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 82, p.149-174, 1994.

FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 82 p.131-148, 1994.

FIGUEIREDO, Lima. **Oeste paranaense.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Chain , 1988.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabloca e inclusão social. In: Brandenburg, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. (Org.). **Para pensar outra Agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro século de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Texeira. (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Colonização, reforma agrária e impactos socioambientais em Querência do Norte: Estudo de uma área de Conflitos.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá: UEM, 2002.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: O caso dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP. São Paulo, 1990.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. **Boletim de Geografia**, UEM, Maringá, n. 1, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Coordenadoria Regional do Paraná. **Diagnostico fundiário.** Curitiba: INCRA, 1984.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Referências históricas.** Curitiba, 1959.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Atlas do Estado do Paraná.** Curitiba, 1987.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural, programa de manejo e conservação do solo em microbacias hidrográficas.** Curitiba: IPARDES, 1993.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Imagens estatísticas do Paraná 1990.** Curitiba: IPARDES, 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1985.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1976.

KAGEYAMA, Ângela et al. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** 1987. Texto apostilado.

LARA, João Maria de. **Campo Mourão – 100 anos do desbravamento (1903-2003):** uma homenagem a família Pereira. Campo Mourão: Kromoset, 2003.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária do Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1992.

LAUSCCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativas e produtor rural.** Rio Grande do Sul: UNISINOS, 1995.

LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LINHARES, Tesmístocles. **Paraná vivo: um retrato sem retoques.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOURENÇO, Luiz. Agricultura e cooperativismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM. 1992. v.2, p. 27-43.

LUZ, France; OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Município de Maringá (*). In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1976, São Paulo. **Anais....** São Paulo: USP, 1976.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHAMA; ALTIVA, Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, n. 3, 1963.

MACIEL, Eloy. **Texto elucidativo**: coisas da Cidade. 18 out 1962. Texto apostilado.

MANUAL de uso correto e seguro de produtos fitossanitários/ agrotóxicos. Disponível em: <http://www.andef.com.br/uso_seguro/index.htm> Acesso em: 12 dez. 2004.

MARTÍNE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guaira [1960].

MASSOQUIM, Nair Glória; ANDRADE, Áurea Viana de. Interação clima e agricultura na região de Campo Mourão. In: SEMANA DE GEOGRAFIA “CLIMA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO”. 13., 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2003. p. 42 – 46.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2001.

MENEZES, Francisco. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira?. In: Brandenburg, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. (Org.). **Para pensar outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **História de migrantes**. São Paulo: Loyola, 1992.

MOMBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira – a escola nova.** São Paulo: Cortez, 1989.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na Geografia do Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 5, maio 2003.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Território e história do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924).** Maringá: EDUEM, 1994.

MULLER, Geraldo. **O complexo agroindustrial brasileiro.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná: textos introdutórios, 1).

NAKASHIMA, Paulo; NOBREGA, Maria Teresa. Solos do terceiro Planalto do Paraná – Brasil. In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE, 1., 2003, Maringá, **Anais...** Maringá: ENGEOPAR, 2003. p. 66 – 84.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 26, p. 19-65, set./ out. 1971.

NORMAS gerais para o uso de defensivos agrícolas. Disponível em <<http://www3.pioneer.com/Brasil/index.asp?cod=3631>>. Acesso em 12 dez. 2004.

O CLIMA de campo Mourão. Disponível em : <www.campomourão.br/clima > Acesso em: 8 ago.2004.

O CLIMA de campo Mourão. Disponível em : <www.inmet.gov.br > Acesso em: 8 ago.2004.

OLINGER, Glauco. Capacitação técnica para Reforma agrária. In: **A QUESTÃO Agrária e o Desenvolvimento Nacional.** Santa Catarina: UFSC, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção caminhos da geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: Stédile, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45 – 67.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **NOVOS caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Moacyr. A questão agrária na constituinte. In: **A QUESTÃO agrária e o desenvolvimento nacional**. Santa Catarina: UFSC, 1987.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. **Coletânea de legislação ambiental e estadual**. Curitiba: SEDU/CEDMA, 1990.

PEREIRA, Francisco José. Algumas questões em torno da reforma agrária. In: **A QUESTÃO agrária e o desenvolvimento nacional**. Santa Catarina: UFSC, 1987. p. 11- 15.

POLTRONIÉRI, Lígia Celoria. Atividade agrícola, impactos e riscos ambientais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá: **Anais...** Maringá: UEM, 1992. v.2, p.176-192.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RECLUS, Elisée. **L' Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universelle, 1905. 6 v.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agricultura e agroindústria: perspectivas de novas configurações. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 1992. p. 44-61.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo - razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Valderi. **Formação histórica do território da microrregião de Campo Mourão (a origem de seus 24 municípios)**. Curitiba: CompuArt's, 1995.

SERRA, Elpídio. A reforma Agrária e o movimento camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais ...** Maringá: UEM, 1992. v. 2, p. 108-138.

SERRA, Elpídio. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná Moderno. **Boletim de Geografia**. Maringá, n. 1, 1993.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro 1991.

SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná**. 1999. Relatório preliminar de pesquisa.

SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo. **Anais...** São Paulo: A. G. B. 1973. v. 18.

SILVA, José Graziano da. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 82, p. 175-196, 1994.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 33.

SIMIONATO, Edina. **Campo Mourão 50 anos**: na espiral do tempo. Campo Mourão: Bacon, 1996.

SIMIONATO, Edina. **Campo Mourão**: sua gente... sua história. Campo Mourão: Nerygraf, 1997.

SINGER, Paulo. **Os economistas**: princípios de economia política e Tributação/ David Ricardo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, Olavo. **O andarilho das Américas (Cabeza de Vaca)**. Ponta Grossa: KUGLER, 1981.

SOBRINHO, Alves Motta. **A civilização do Café (1820 -1920)** São Paulo: Brasiliense, 1978.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (campo mourão: 1946-1964).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

STANDEN, Hans. **Meu cativo entre os selvagens do Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950.** Londrina: UEL, 2002.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SWAIN, Tânia Navarro. A capitalização da Agricultura na história recente do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense.** Curitiba, v. 42, p.147-169, 1984.

TAVARES, Maria da conceição. **Folha de São Paulo,** São Paulo 5 maio 1996. p. 2-5.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira.** Guarapuava: Editor da Revista Monjolo, 2001.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

VEIGA, Pedro. **Campo Mourão: centro do progresso.** Maringá: Bertoni, 1999.

VIANA, Helio. **História do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1972. v. 2.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de negócio: estudo da colonização no oeste Paranaense.** 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 10.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O Comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway no sul do Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense,** Curitiba, v. 62, p. 43-77, 1984.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

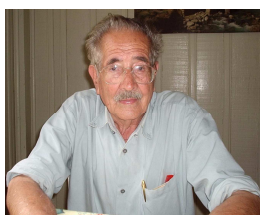
WALTER, Jorge. **Campo do Mourão**: histórico elucidativo da posse pacífica e sem interrupção, ou possível contestação, de imóvel de “Campo do Mourão”, obtido com a área total de 324.957,600 m² ou 3.428 alqueires. Guarapuava: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1949.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-51, 1968.

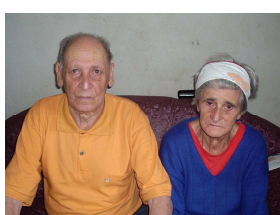
WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense do século XIX. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 82, p. 51-64, 1994.

7 ANEXOS

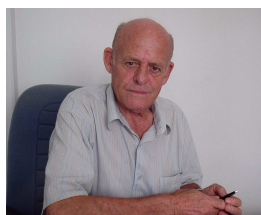
7.1 Fotos de alguns dos entrevistados:



Eurides Ovídio Pereira
(Pioneiro e agricultor)



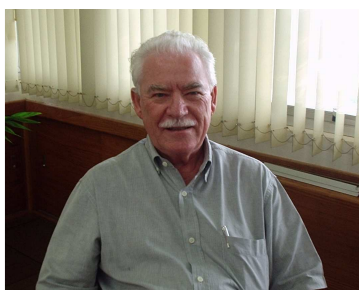
Hercílio Pereira dos Santos
(Pioneiro)



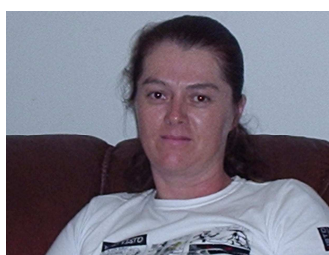
Getúlio Ferrari
(Pioneiro, agricultor e empresário)



Francisco Irineu Brezezinski
(Pioneiro e escritor)



Sérgio Luiz Panceri
(Diretor Vice-Presidente COAMO)



Vanderleia Nantes
(Filha de Pioneiro e agricultora)



Altamir Paula Neves
(agricultor)



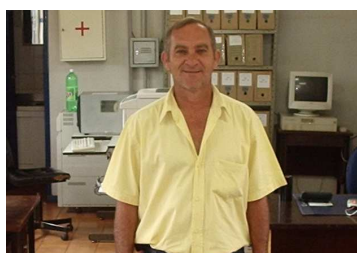
Geovani Marcos Fantin
(agricultor e cooperado COAMO)



Paulo Izaltino Bossa
(agricultor e cooperado COAMO)



Carlos Chagas Pereira
(agricultor e cooperado COAMO)



Domingos Martins Pereira
(agricultor e cooperado COAMO)



Valdemar Fantim
(agricultor e cooperado COAMO)



Valter Mario Rotta
(agricultor e cooperado COAMO)

7.2 Título do patrimônio municipal.

ESTADO DO PARANÁ
TÍTULO DE DOMÍNIO PLENO DE TERRAS

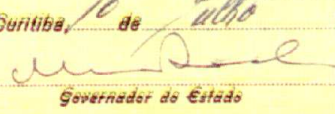
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

FAZ SABER que tendo sido aprovado por sentença administrativa preferida em 10 de Julho de 1952, o processado de «COMPRA DE TERRAS DEVOLUTAS DE DOMÍNIO DO ESTADO», requerida por pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão situadas no lugar denominado Patrimônio Municipal de Campo Mourão do distrito de Campo Mourão e município de Campo Mourão contendo a área de oite milhões de metros quadrados (20.000.000 m²) limitando ao Norte: pelo Rio Kilometro 113, confrontando com terras da Glba n.º 9 da Colônia Mourão, e terras do Estado por uma linha reta na extensão de 6.009,00 m que, do marso XXIII vai até o marso XXXVIII e margem esquerda do Rio do Campo; ao Sul: pelo Rio Kilometro 119 e uma linha reta e seca na extensão de 2.307,50 m que do marso IV vai ao marso IX confronta com terras tituladas a Miguel Luiz Pereira e terras do Estado, por outra linha reta e seca na extensão de 1.632,60 m e pelo Rio do Campo; a Oeste: pelo Rio do Campo, confrontando com terras do Estado; a Sudoeste: por uma linha reta e seca na extensão de 1.136,40 m confronta com terras tituladas a Luiz Corso e Domingos Amador T. Simões; a Leste: por uma linha reta e seca na extensão de 2.835,00 m confrontando com terras de domínio do Estado;

e em vista de prova do pagamento de todos os emolumentos devido ao tesouro estadual, e atendendo ao que dos mesmos autos consta, declara: a Prefeitura Municipal de Campo Mourão investido, - do direito de propriedade sobre o terreno descrito, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor.

Para firmeza, mandou expedir pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização da Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, o presente «TÍTULO DE DOMÍNIO PLENO DE TERRAS», que assina e vai subscrito pelo respectivo Secretário de Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ,
em Curitiba, 10 de Julho de 1952


Governador do Estado


Secretário de Estado

7.3 Verso do título do patrimônio municipal de Campo Mourão.

Aprovação:
O presente título é expedido com amparo legal no disposto pela Lei n.º 2.126 de 31 de Março de 1932 e, de acordo com o parecer jurídico n.º 157 de 27 de Setembro de 1951, anexa aos autos, e para que produza os devidos e legais efeitos faz a presente aprovação.
D. G. T. C. Em 8 de Julho de 1952
Curral Martins do Rozari

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

Expedição do título sob n.º 75 do livro n.º 98 de
"TÍTULOS DE COMPRA DE TERRAS DEVOLUTAS"

Pagamento escriturado a ficha n.º 1.919, de
"CONTAS CORRENTES DE TERRAS"
Em 8 de Julho de 1952
Curral Martins do Rozari

Cr\$ 16.278,30

Certifico o pagamento da quantia de (dezois mil, duzentos e setenta e oito cruzeiros e trinta centavos) constante do - talão n.º 429579 de 8 de Julho de 1952

Expedido - pela Exatoria de Rendas Estaduais de Curitiba
por saldo de todos os emolumentos devidos ao Tesouro do Estado, de conformidade com a conta devidamente registrada no respectivo processo, documentos esses que se acham arquivados neste Departamento.

D. G. T. C. em 8 de Julho de 1952
Curral Martins do Rozari

O valor total das terras a que se refere o presente Título é de Cr\$ _____

Em _____ de _____ de 19 _____

VISTO

Americo
Engenheiro Diretor

Vilmar Modesto
Engenheiro Chefe de Divisão

7.4 Registro do título do patrimônio de Campo Mourão.

 República dos Estados Unidos do Brasil

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CAMPO MOURÃO — ESTADO DO PARANÁ

SADY PARIGOT DE SOUZA
OFICIAL

TALÃO N.º 24 Página 26 TRANSCRIÇÃO

CERTIFICO, que as fls. = e sob N.º 2.326 do Livro 3 A de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES foi efetuada a transcrição do teor seguinte:

DATA DO REGISTRO: 17/7/52
CIRCUNSCRIÇÃO: Campo Mourão
SITUAÇÃO DO IMÓVEL: PATRIMÔNIO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES

Área de terras contendo vinte milhões de metros quadrados (20.000.000m²), situadas no lugar denominado distrito de Campo Mourão, deste Município, limitando.- Ao Norte, pelo Rio Kilometro 123, confrontando com terras da Gleba nº 9 da Colonia Mourão e terras do Estado por uma linha seca na extensão de 6.009,00 m. que, do marco XXIII vai até o marco XXXVIII a margem esquerda do Rio do Campo; ao Sul, pelo Rio Kilometro 119 e uma linha reta e seca na extensão de 2.307,50 m. que do marco IV vai ao marco IX confronta com terras tituladas a Miguel Luiz Pereira e terras do Estado, por outra linha reta e seca na extensão de 1.622,60 m. e pelo Rio do Campo; a Leste, pelo Rio do Campo, confrontando com terras do Estado; a Sudoeste, por uma linha reta e seca na extensão de 1.136,40 m. confronta com terras tituladas a Luiz Losso e Domingos Mendes & Irmãos; a Oeste, por uma linha reta e seca na extensão de 2.835,00 m. confrontando com terras de domínio do Estado.

ADQUIRENTE: Prefeitura Municipal de Campo Mourão
TRANSMITENTE: O Estado do Paraná
TÍTULO: Título de Domínio Pleno de Terras
DATA DO TÍTULO: Título expedido pelo Governo do Estado do Paraná, em 10 de Julho de 1.952.
VALOR: R\$ 16.278,30

CONDIÇÕES: O presente título é expedido com amparo legal no disposto pela Lei nº 2.126 de 31 de Março de 1.922 e, de acordo com o parecer jurídico nº 157 de 27 de Dezembro de 1.951, anexo aos autos, e para que produza os devidos e legais efeitos fiz a presente averbação. D.G.T.C. Em 8 de Julho de 1.952. (a) Durval Martins do Rozani.

O referido é verdade e dou fé.

Campo Mourão, 17 de Julho de 1952

O Oficial 

